

PUBLICIDADE LEGAL

CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A. – CADIP		
CADIP Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.	C.G.C. nº 00.979.969/0001-56 - NIRE 43300034518	GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA FAZENDA
COMPANHIA ABERTA		
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA		
<p>Convidamos os Senhores Acionistas a comparecer à Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 28 de março de 2023, às 10 horas, na sede social da Companhia, situada na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Mauá, nº 1155, Conj. 502 A, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:</p> <p>a) tomar as contas dos Administradores e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras por eles apresentadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;</p> <p>b) deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;</p> <p>c) deliberar sobre orçamento de capital para o exercício de 2023;</p> <p>d) deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, fixando as respectivas remunerações.</p> <p>Os documentos a que se refere o art. nº 133 da Lei nº 6.404/1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia.</p> <p style="text-align: center;">Porto Alegre, 17 de março de 2023 Conselho de Administração</p>		

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

MBM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - CNPJ 92.892.256/0001-79**Assembleia-Geral Ordinária - Edital de Convocação**

O Presidente do Conselho Deliberativo da MBM Previdência Complementar, no uso de suas atribuições estatutárias prevista no art. 10, §2º, **CONVOCA** os participantes que preencham os requisitos do artigo 10, do Estatuto Social, para a Assembleia-Geral Ordinária, a realizar-se na sede social da Entidade, na Rua dos Andradas, nº 772, 2º andar, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, no dia 28 de março de 2023, terça-feira, reunindo-se em primeira chamada às 10h00min, com a presença de dois terços (2/3) dos seus membros, em segunda chamada às 10h30min, com a presença da metade dos seus membros e em terceira e última chamada às 11h00min, com a presença de qualquer número de seus integrantes, a qual encerrará às 17hs do mesmo dia, para apreciar e deliberar a seguinte ordem do dia: Pauta Única: Eleição dos membros do Conselho Deliberativo. Porto Alegre, RS, 17 de março de 2023. **Altair de Freitas Cunha - Presidente do Conselho Deliberativo**

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC





Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T

CNPJ nº 92.715.812/0001-31

www.grupocpfl.com.br Companhia Aberta

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("CPFL Transmissão" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2021, exceto quando especificado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2022, a CPFL Transmissão cumpriu com sua agenda estratégica. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a Companhia e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de transmissão, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. Na sequência do processo de aquisição da Companhia, ocorrido em outubro de 2021, a CPFL Cone Sul realizou as seguintes operações ao longo de 2022: 1. Oferta Pública de Aquisições de ações ("OPA") mandatória, com leilão realizado em 6 de abril; 2. OPA de deslistagem, com leilão realizado em 18 de novembro. Como resultado das referidas OPAs, a CPFL Cone Sul passou a ser titular de aproximadamente 99,32% do capital social total da CPFL Transmissão. Como consequência da OPA de Deslistagem, em 30 de novembro de 2022, a conversão de registro da Categoria "A" para Categoria "B" foi deferida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia, realizada em 7 de dezembro de 2022, foi deliberado e aprovado o resgate compulsório das ações em circulação remanescentes. Em nova AGE da Companhia, realizada em 16 de dezembro de 2022, as ações resgatadas foram canceladas. Com isso, a CPFL Cone Sul passou a ser titular de 100% do capital social total da CPFL Transmissão. Ainda, ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste da Receita Anual Permitida ("RAP") visando remunerar investimentos feitos para melhoria dos serviços e repor perdas de inflação.

2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2022 começou sob os auspícios de uma nova onda global de Covid-19, causada pela variante Ômicron. A variante se mostrou muito mais transmissível, porém menos letal (para a população vacinada). Isso levou à forte redução das restrições de circulação e a pandemia se tornou uma questão de menor impacto econômico. Mas, isso não significou imediata normalização da economia. Ao desequilíbrio das cadeias produtivas já existente no início de 2022 se somou um novo choque, trazido pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Os temores com relação à disponibilidade de grãos, metais e energia decorrentes do conflito elevou sobremaneira os preços das principais commodities. Por seu turno, a retomada das atividades pós-pandemia impulsionou o consumo de serviços e o mercado de trabalho, repercutindo sobre o consumo de forma geral. A inflação global se tornou uma grande preocupação ao longo do ano e os principais bancos centrais mundiais promoveram um aperto sincronizado e significativo de condições monetárias. Já o Brasil foi beneficiado pela alta de preços de commodities no mercado internacional em duas frentes. A primeira foi nas contas externas: com o bom desempenho da balança comercial, foi possível manter em patamar confortável o déficit em transações correntes e os indicadores de endividamento externo. O segundo benefício foi o aumento da arrecadação federal associada ao setor de minério de ferro (2021) e do petróleo (2022), que foi decisivo para que o setor público consolidado brasileiro voltasse a registrar superávits primários em 2021 e 2022 - algo que não se observava desde 2013. Contudo, tais surpresas proporcionaram espaço para aumento dos gastos e desonerações. Elevando as incertezas sobre a sustentabilidade fiscal brasileira, principalmente a partir do momento em que a regra fiscal em vigor - o teto de gastos - foi alterada para viabilizar a expansão de despesas pela União em pleno ano eleitoral. Este cenário gerou forte deterioração das perspectivas para o endividamento público. Boa parte dos analistas passou a prever alta expressiva da razão dívida/PIB ao longo da década atual (partindo de um nível em 2022 já relativamente elevado para uma economia emergente). Estas incertezas com relação à sustentabilidade fiscal foram responsáveis também, em larga medida, por manter a taxa de câmbio mais pressionada no segundo semestre de 2022. Essa pressão sobre o câmbio ocorreu a despeito da forte alta dos juros reais e dos bons resultados das contas externas. Por outro lado, as desonerações permitiram uma expressiva descompressão da inflação, especialmente no segundo semestre do ano, quando se registrou deflação na comparação mensal por três meses consecutivos (jul-set). Assim, a despeito de ter atingido 12,1% no acumulado em 12 meses até abril, a inflação encerrou o ano de 2022 em 5,8%. Apesar de se situar pelo segundo ano consecutivo acima do teto da meta, está bastante abaixo da taxa de 10,1% registrada no ano anterior e do que teria sido sem as medidas de desoneração. A atividade econômica também se beneficiou do impulso fiscal, especialmente na segunda metade do ano. O primeiro semestre foi marcado pela forte expansão do mercado de trabalho e aumento do consumo, especialmente dos serviços prestados às famílias (reflexo da retomada pós-pandemia), o que garantiu uma expansão de 1,4% em relação ao encerramento de 2021. Já as medidas de desoneração e gastos consolidaram a expansão da renda real (pelo Auxílio Brasil turbinado, consignado do Auxílio Brasil, queda da inflação, entre outros) e garantiram uma expansão do PIB no terceiro trimestre do ano, a despeito dos efeitos negativos da contração monetária já começarem a se fazer sentir no quarto trimestre.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Reajuste Tarifário Anual ("RTA"): Com a retificação da REH nº 2.960/2021 que trouxe o resultado definitivo da Revisão Tarifária Periódica ("RTP") de 2018 (após a fiscalização da SFF/ANEEL), para o Contrato de Concessão nº 055/2001, o índice de reposicionamento definitivo ficou em +4,71%. Nos ciclos 2020-2021 e 2021-2022 foram recebidos os valores considerando o índice de reposicionamento definitivo provisória que era de +7,53%, conforme REH nº 2.845/2021. A diferença dos valores entre as RTP definitiva (+4,71%) e provisória (+7,53%) está sendo devolvida por meio de parcela de ajuste, no ciclo 2022-2023. A REH nº 3.067, de 12 de julho de 2022, estabeleceu as RAPs da Companhia e suas controladas, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023. A RAP do Contrato de Concessão nº 055/2001, sem considerar a parcela de ajuste, é de R\$ 933 milhões, representando um incremento na ordem de 22% quando comparada à RAP Homologada do ciclo anterior (2021-2022). Este aumento é devido, principalmente ao segundo ciclo do repêrimento do componente financeiro da PRT nº 120/2016 (RBSE) onde há um incremento de 46% no componente, bem como da trajetória de O&M oriunda da RTP de 2018 e de ajustes no componente econômico da PRT nº 120/2016. Além destes, houve o reconhecimento de recursos interpostos contra as REH nº 2.895/2021 e REH nº 2.959/2021 e outros ajustes realizados na base, somados ao reajuste pelo IPCA que superam o impacto negativo da RTP e resultam no incremento de receita para o ciclo 2022-2023.

(em milhares de reais)								
REH 2.959/2021 (*)	IPCA	Ampliações, reforços e melhorias		RBSE (**)	RTP	Ajuste da base	Parcela de ajuste	REH 3.067/2022 (*)
763.074	86.892	7.692		83.693	21.318	13.566	16.359	933.599

(*) Valores homologados não considerando a Parcela de ajuste - PA;

(**) Valores incluem incremento do componente financeiro, ajuste no componente econômico (PRT 120/16) e a trajetória de O&M.

A Receita Homologada Líquida (de PIS e COFINS) total da Companhia, referente aos Contratos de Concessão nº 055/2001, nº 080/2002 e da controlada TESB, nº 001/2001, apresenta a seguinte composição:

(em milhares de reais)										
Contrato de Concessão	REDE BÁSICA					Demais Instalações de Transmissão - DIT				
	RBSE	RBNi	RBL	Parcela Ajuste	RPC	RCDM	RPEC	Parcela Ajuste	Total 2023 (*)	Total 2022 (*)
055/2001	579.905	144.032	-	-23.386	133.693	75.970	-	7.027	917.241	832.373
080/2002	-	-	22.438	-705	-	-	-	-	21.733	19.717
001/2011	-	-	25.214	-3.915	-	-	2.710	-	24.009	18.374
	579.905	144.032	47.652	28.006	133.693	75.889	2.710	7.027	962.983	870.464

(*) Valores considerando as parcelas de ajuste - PA

Revisão Tarifária Periódica ("RTP") TESB: Em 21 de junho de 2022 foi publicada a REH nº 3.050/2022 que homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica dos Contratos de Concessão outorgados mediante licitação, na modalidade de leilão público. Para esses contratos, a revisão é realizada sobre a RAP ofertada no Leilão, mediante o recálculo do Custo de Capital de Terceiros^(pp). Neste escopo constou a revisão do Contrato de Concessão nº 001/2011 da controlada TESB que resultou em um índice de reposicionamento de +26,71%. **Contrato de concessão nº 4/2021 - ANEEL:** Em 31 de março de 2021, foi celebrado o Contrato de Concessão nº 004/2021-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão na SE 230/138 kV Cachoeirinha 3, referente ao Lote 6 do Edital do Leilão nº 01/2020-ANEEL. A entrada em operação dos ativos está prevista para 2024 e a RAP que a Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão é de R\$ 11.106.511,48 (onze milhões, cento e seis mil, quinhentos e onze reais e quarenta e oito centavos), conforme RAP Homologada atualizada para o Ciclo 2022-2023.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Desempenho no segmento de transmissão de energia elétrica: A CPFL Transmissão tem apresentado excelente desempenho técnico-operacional no decorrer dos últimos anos. **Energia Não Suprida ("ENS"):** O indicador de ENS consiste na análise do quantitativo da energia interrompida por indisponibilidade de ativos de transmissão e, portanto, constata o impacto efetivo da indisponibilidade para a

sociedade. Em 2022 o ENS totalizou 975,72 MWh, comparado a 1.005,44 MWh em 2021, representando uma redução de 2,96%. **Parcela Variável ("PV") descontada:** A PV Descontada consiste na relação percentual dos descontos de PV efetivados sobre a base do Faturamento Mensal da Transmissora. Tais dados são disponibilizados mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"). Em 2022, a PV incidente totalizou 0,916%, comparado a 0,696% em 2021, representando um aumento de 31,6%. Realizando uma análise comparativa do desempenho operacional do segmento de transmissão de energia elétrica, entre as nove concessionárias de transmissão do país que tiveram suas concessões renovadas, no ano de 2022, novamente a CPFL Transmissão teve um desempenho destacado ao apresentar o segundo melhor resultado.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita operacional: A receita operacional bruta foi de R\$ 2.063 milhões, representando um aumento de 37,1% (R\$ 558 milhões), devido principalmente a: (i) ajuste na margem de construção no IFRS (R\$ 386 milhões); (ii) do aumento de 81,1% (R\$ 101 milhões) na receita com construção da infraestrutura da concessão e (iii) reajuste anual da RAP das transmissoras que representou uma variação de 10,63% (R\$ 93 milhões) (na receita de remuneração do ativo contratual). Esses efeitos foram compensados por uma variação negativa de R\$ 22 milhões nos demais itens. As deduções da receita operacional foram de R\$ 253 milhões, apresentando uma redução de 0,8% (R\$ 2 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 1.809 milhões, um aumento de 44,9% (R\$ 560 milhões). **Geração operacional de caixa - EBITDA:** A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 1.164 milhões, um aumento de 179,7% (R\$ 748 milhões), devido a uma melhora de 44,9% (R\$ 560 milhões) na receita operacional líquida e por uma redução de 51,4% (R\$ 343 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores: • Redução de 6,7% (R\$ 14 milhões) nas despesas com pessoal; • Aumento de 5,4% (R\$ 4 milhões) nas despesas com serviços de terceiros; • Variação positiva (ganho) de R\$ 292 milhões em outros custos/despesas operacionais; • Redução de 38,0% (R\$ 40 milhões) no item Entidade de Previdência Privada. Em contrapartida, houve um aumento de 50,2% (R\$ 108 milhões) no custo com construção da infraestrutura e uma redução de 92,4% (R\$ 46 milhões) na equivalência patrimonial.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2022	2021
Lucro Líquido	905.788	36.860
Depreciação e amortização	10.990	17.856
Resultado financeiro	(3.704)	45.973
Contribuição social	66.589	80.469
Imposto de renda	184.745	235.097
EBITDA	1.164.408	416.256

*Conforme Resolução CVM nº 156/22.

Lucro líquido: Em 2022, o lucro líquido do exercício atingiu R\$ 906 milhões, ante um lucro líquido de R\$ 37 milhões no ano anterior, uma alta de (R\$ 869 milhões), refletindo principalmente: (i) o aumento de 179,7% (R\$ 748 milhões) no EBITDA; (ii) a redução de 20,4% (R\$ 64 milhões) no imposto de renda e contribuição social, (iii) a melhora de R\$ 50 milhões no resultado financeiro, e (iv) a redução de 38,5% (R\$ 7 milhões) na depreciação e amortização. **Endividamento:** No final de 2022, a dívida financeira bruta da Companhia atingiu R\$ 1.061 milhões, apresentando um aumento de 56,2%.

5. INVESTIMENTOS

Em 2022, foram realizados investimentos de R\$ 307 milhões, para a manutenção e expansão do negócio. Incluso nesse valor estão os investimentos realizados pela controlada Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB, que totalizaram R\$ 47 milhões em 2022. A principal oportunidade de alocação de capital da CPFL Transmissão no momento é por meio de projetos de reforços e melhorias na concessão renovada. Estes investimentos dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL e a Companhia já possui autorizações para investimentos no montante de, aproximadamente, R\$ 1.200 milhões, para execução nos próximos anos.

6. MERCADO DE CAPITAIS

Neste ano, na sequência do processo de aquisição da Companhia, ocorreu a OPA Mandatória, visando os 33,92% de suas ações em circulação (*free float*), com o leilão sendo realizado na B3 em 6 de abril de 2022. Como resultado, a CPFL Cone Sul passou a deter 99,26% do capital social total da Companhia. Em 25 de julho de 2022 ocorreu uma AGE, em que foi aprovada a saída da Companhia do Nível 1 de Governança Corporativa da B3. Dessa forma, as ações da Companhia passaram a ser negociadas no Segmento Básico de listagem da B3, a partir de 27 de julho de 2022. Em 18 de novembro de 2022, ocorreu o leilão da OPA de Deslistagem, onde a CPFL Cone Sul passou a ser titular de 9.592.444 ações de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 99,32% do seu capital social total. Em 30 de novembro de 2022, a conversão de registro da Categoria "A", para Categoria "B" foi deferida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Dessa forma, as ações de emissão da Companhia passaram a não ser mais admitidas a negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários. Tendo em vista a conclusão da OPA de Deslistagem e o fato de as ações em circulação representarem à época menos que 5% do total de ações de emissão da Companhia, foi convocada e realizada uma Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia, em 7 de dezembro de 2022, onde foi deliberado e aprovado o resgate compulsório das ações em circulação remanescentes. Em nova AGE da Companhia, realizada em 16 de dezembro de 2022, as ações resgatadas foram canceladas. Com isso, a CPFL Cone Sul passou a ser titular de 100% do capital social total da CPFL Transmissão.

7. SUSTENTABILIDADE E ASPECTOS ESG (AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA)

A CPFL Transmissão desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir. **Plano ESG 2030:** aprovado em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. **Plataforma de Sustentabilidade:** ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030. **Comitê de Sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa. **Mudanças do Clima:** estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: www.cpfl.com.br/ri > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas. **Gestão Ambiental:** nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos socioambientais, consolidada na forma de programas aprovados pelos órgãos ambientais e executados nas fases de implantação e operação dos empreendimentos, em conformidade com a legislação e com as licenças ambientais.

8. AUDITORES INDEPENDENTES

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela CPFL Transmissão para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza
Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)
Revisão da ECD Contábil do ano calendário 2022
Auditoria do RCP (Relatório de Controle Patrimonial)

A contratação dos auditores independentes é de competência do Conselho de Administração, que analisa sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes. Em linha com o previsto pela Instrução CVM 162/22, a Administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

9. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Transmissão agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2022. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

continua →

→ continuação

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Balancos Patrimoniais											
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)											
Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	215.857	741.923	268.915	747.166	Fornecedores	15	69.495	29.992	72.391	32.904
Investimentos em títulos do governo	6	46.744	108.121	46.744	108.121	Obrigações trabalhistas	16	19.966	50.799	19.966	50.812
Concessionárias e permissionárias	7	113.166	99.200	116.244	100.981	Obrigações fiscais	17	58.640	54.092	62.156	55.518
Tributos a compensar	8	47.483	20.472	47.587	20.576	Empréstimos e financiamentos	18	4.179	656.088	4.179	656.088
Estoques		38.820	32.632	38.820	32.632	Debêntures	19	78.937	–	78.937	–
Empréstimos a receber	10	–	187.180	–	187.180	Entidade de previdência privada	20	70.355	102.178	70.355	102.178
Ativo contratual	11	555.713	696.944	573.783	723.810	Obrigações da concessão	21	37.124	36.735	37.360	36.990
Outros créditos a receber	9	55.944	66.472	55.984	58.188	Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias	22	9.321	27.797	9.321	27.797
Total do circulante		1.073.727	1.952.944	1.148.077	1.978.654	Outros Passivos	24	43.472	40.885	43.850	40.885
						Dividendos obrigatórios e juros sobre capital próprio	25.5	227.069	8.858	227.069	8.858
						Total do circulante		618.558	1.007.424	625.584	1.012.030
Não circulante						Não circulante					
Tributos a compensar	8	16.242	1	16.242	1	Empréstimos e financiamentos	18	19.552	23.591	19.552	23.591
Depósitos judiciais		116.984	72.333	149.347	101.586	Debêntures	19	958.298	–	958.298	–
Investimentos em títulos do governo	6	9.256	–	9.256	–	Entidade de previdência privada	20	408.023	706.184	408.023	706.184
Ativo contratual	11	3.039.014	2.060.736	3.289.346	2.375.764	Obrigações fiscais	17	–	–	4.921	5.218
Outros créditos a receber	9	2.959	4.141	2.959	4.141	Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias	22	251.716	171.893	271.094	189.222
Investimentos	12	259.204	128.021	17.848	16.050	Obrigações da concessão	21	57.191	59.964	57.191	59.964
Imobilizado	13	85.174	86.715	85.187	86.731	Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	481.260	284.063	481.260	284.063
Direito de uso	13.1	6.532	4.853	6.532	4.853	Outros passivos	24	60.901	53.375	140.305	277.390
Intangível	14	11.232	19.004	11.232	19.004	Total do não circulante		2.236.941	1.299.070	2.340.644	1.545.632
Total do não circulante		3.546.597	2.375.804	3.587.949	2.608.130	Patrimônio líquido	25				
						Capital social		981.343	981.343	981.343	981.343
						Reserva de capital		(16.148)	–	(16.148)	–
						Outros resultados abrangentes		(300.055)	(601.721)	(300.055)	(601.721)
						Reserva legal		112.499	67.091	112.499	67.091
						Reserva lucro a realizar		59.887	–	59.887	–
						Reserva especial - Dividendo não distribuído		354.367	1.153.883	354.367	1.153.883
						Reserva de Incentivos Fiscais		–	421.658	–	421.658
						Dividendo		572.931	–	572.931	–
								1.764.824	2.022.254	1.764.824	2.022.254
						Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		–	–	–	6.868
						Total do patrimônio líquido		1.764.824	2.022.254	1.769.797	2.029.122
						Total do passivo e do patrimônio líquido		4.620.324	4.328.748	4.736.026	4.586.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	27	1.784.277	1.211.677	1.809.228	1.248.915
Custo de operação	28	(254.063)	(308.743)	(308.101)	(328.845)
Depreciação e amortização		(2.456)	(9.362)	(2.459)	(9.362)
Outros custos com operação		(251.607)	(299.381)	(305.642)	(319.483)
Custo com serviço prestado a terceiros	28	(198.376)	(103.443)	(240.069)	(216.332)
Lucro operacional bruto		1.331.838	799.491	1.261.058	703.738
Despesas operacionais	28	(101.224)	(387.638)	(103.908)	(494.496)
Despesas com vendas		(6.810)	(3.102)	(6.810)	(3.102)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(6.810)	(3.102)	(6.810)	(3.102)
Despesas gerais e administrativas		(103.252)	(94.116)	(105.936)	(97.581)
Depreciação e amortização		(8.523)	(9.108)	(8.523)	(9.108)
Outras despesas gerais e administrativas		(94.729)	(85.008)	(97.413)	(88.473)
Outras despesas operacionais		8.838	(290.421)	8.838	(393.813)
Outras despesas operacionais		8.838	(290.421)	8.838	(393.813)
Outras receitas	29	13.029	171.875	13.029	171.875
Outras despesas	29	(32.291)	(33.031)	(20.579)	(33.031)
Resultado do serviço		1.211.352	550.697	1.149.600	348.086
Resultado de participações societárias		(54.219)	(140.660)	3.818	50.310
Resultado antes do resultado financeiro		1.157.133	410.037	1.153.418	398.396
Resultado financeiro	30				
Receitas financeiras		173.156	159.666	177.011	160.666
Despesas financeiras		(172.743)	(206.409)	(173.307)	(206.639)
Lucro antes dos tributos		413	(46.743)	3.704	(45.973)
Contribuição social	23.4	(66.005)	(80.190)	(66.589)	(80.468)
Imposto de renda	23.4	(183.375)	(234.526)	(184.745)	(235.095)
Resultado líquido das operações continuadas (Transmissão)		(249.380)	(314.716)	(251.334)	(315.563)
Resultado líquido das operações descontinuadas (Geração)		908.166	48.578	905.788	36.860
Lucro líquido do exercício		908.166	85.587	905.788	73.869
Lucro líquido atribuído ao acionista da companhia controladora		–	–	908.166	85.587
Lucro líquido atribuído ao acionista não controlador		–	–	(2.378)	(11.715)
Lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação ordinária - R\$		94,68	5,03	94,43	3,82
Lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação preferencial - R\$		94,68	5,03	94,43	3,82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
1 - Receita	2.037.853	1.632.501	2.085.597	1.676.844
1.1 Receita operacional bruta	2.000.742	1.447.518	2.048.486	1.491.862
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.810)	(3.102)	(6.810)	(3.102)
1.3 Outras receitas	43.921	188.085	43.921	188.085
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(298.309)	(201.321)	(441.049)	(326.397)
2.1 Material	(3.952)	(3.927)	(3.958)	(5.165)
2.2 Serviços de terceiros	(62.741)	(60.101)	(73.185)	(68.064)
2.3 Outros custos operacionais	–	(1.186)	–	(1.186)
2.4 Custo de construção	(198.376)	(103.443)	(329.660)	(179.747)
2.5 Outras despesas operacionais	(33.240)	(32.664)	(34.245)	(72.234)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.739.544	1.431.180	1.644.548	1.350.447
4 - Retenções	(1.367)	(308.187)	33.273	(427.885)
4.1 Depreciação e amortização	(7.036)	(11.668)	(7.039)	(11.668)
4.2 Depreciação do ativo de direito de uso	(3.943)	(6.186)	(3.943)	(6.186)
4.3 Provisões	9.612	(290.334)	44.255	(410.031)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.738.177	1.122.993	1.677.821	922.562
6 - Valor adicionado recebido em transferência	118.937	19.006	180.829	210.976
6.1 Resultado de participações societárias	(54.219)	(140.660)	3.818	50.310
6.2 Receitas financeiras	173.156	159.666	177.011	160.665
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.857.114	1.141.999	1.858.651	1.133.538
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	238.708	285.113	238.833	285.513
8.1.1 Remuneração direta	113.190	155.349	113.190	155.736
8.1.2 Benefícios	51.486	15.192	51.487	15.206
8.1.3 Plano de benefícios previdenciais	58.391	95.674	58.495	95.674
8.1.4 Compromissos previdenciais	6.845	7.975	6.866	7.975
8.1.5 FGTS	8.795	10.922	8.795	10.922
8.2 Impostos, taxas e contribuições	531.830	599.840	534.795	602.466
8.2.1 Federais	520.951	597.901	523.740	600.527
8.2.2 Estaduais	17	33	17	33
8.2.3 Municipais	10.862	1.906	11.038	1.906
8.3 Remuneração de capital de terceiros	178.410	208.469	179.235	208.699
8.3.1 Despesas de locações	5.701	2.059	5.853	2.059
8.3.2 Despesas financeiras	172.709	206.410	173.382	206.640
8.4 Remuneração de capital próprio	908.166	48.578	905.788	36.860
8.4.1 Juros sobre capital próprio	95.000	–	95.000	–
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	707.870	–	707.870	–
8.4.3 Reserva de lucro	105.295	48.578	102.917	36.860
Total	1.857.114	1.141.999	1.858.651	1.133.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	908.166	48.578	905.788	36.860
Outros resultados abrangentes	301.667	556.067	301.667	556.067
Varição líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(5.371)	(33.692)	(5.371)	(33.692)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre outros resultados abrangentes	1.826	7.202	1.826	7.202
Ganhos (perdas) atuariais	305.212	590.657	305.212	590.657
Outros ajustes de avaliação patrimonial	–	(8.101)	–	(8.101)
Resultado abrangente do exercício	1.209.833	604.645	1.207.455	592.927
Atribuído ao acionista da companhia controladora	–	–	1.209.833	604.645
Atribuído ao acionista não controlador	–	–	(2.378)	(11.715)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucro			Dividendo	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Participação dos			
			Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucro a Realizar	Reserva Legal				Reserva Dividendos não Distribuídos	Total Não Controladores	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.565.633	-	421.658	-	67.091	1.641.080	-	-	(1.157.787)	2.537.675	18.583	2.556.258
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	85.587	-	-	85.587	(11.715)	73.868
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(26.490)	(26.490)	-	-	(26.490)
Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	(104.157)	590.657	486.500	-	486.500
Registro da Perda Atuarial	-	-	-	-	-	-	-	(104.157)	564.167	460.010	-	460.010
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	(104.157)	564.167	460.010	-	460.010
Cisão CEEE-GT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes ativos e passivos pela cisão	(584.290)	-	-	-	-	(133.650)	-	(38.407)	(6.791)	(763.137)	-	(763.137)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	-	-	1.985	(1.985)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	-	-	-	675	675	-	-	675
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(70.854)	-	-	-	(70.854)	-	(70.854)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(227.701)	-	-	-	(227.701)	-	(227.701)
Destinação do Resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	-	(54.992)	-	54.992	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	981.343	-	421.658	-	67.091	1.153.883	-	-	(601.721)	2.022.254	6.868	2.029.122
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	908.166	301.666	1.209.832	(2.378)	1.207.454
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	908.166	-	908.166	(2.378)	905.788
Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.546)	(3.546)	-	(3.546)
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	305.212	305.212	-	305.212
Mutação internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	59.887	45.408	-	(105.295)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	45.408	-	(45.408)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucro a realizar	-	-	-	-	59.887	-	-	(59.887)	-	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	-	(16.148)	(421.658)	-	-	(799.516)	572.931	(802.870)	-	(1.467.261)	482	(1.466.778)
Transferência de saldos de reserva fiscal	-	-	(421.658)	-	-	421.658	-	-	-	-	-	-
Reconhecimento de perda sem alteração de controladores	-	(482)	-	-	-	-	-	-	-	(482)	482	-
Resgate compulsório de ações	-	(15.666)	-	-	-	-	-	-	-	(15.666)	-	(15.666)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(1.221.174)	-	-	-	(1.221.174)	-	(1.221.174)
Juros sobre capital próprio - AGE 30/12/2022	-	-	-	-	-	-	-	(95.000)	-	(95.000)	-	(95.000)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	572.931	(572.931)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(134.939)	-	(134.939)	-	(134.939)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	981.343	(16.148)	-	-	59.887	112.499	572.931	-	(300.055)	1.764.824	4.973	1.769.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("CPFL Transmissão" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objeto principal realizar estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, bem como celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul - Brasil. A Companhia detém três concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, são elas: **Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL**: Firmado em 2001, e aditado em 2012, o contrato para transmissão de energia elétrica, estabelece: (i) quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente; (ii) as condições para a prestação do serviço; (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e (iv) a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão. O aditivo de 2012 estabeleceu: (i) os valores de indenização das instalações não depreciadas, construídas posteriores a maio de 2000 - RBNI e das instalações não depreciadas, construídas anteriormente a maio de 2000 - Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), vide nota 13, (ii) o reajuste anual (julho) e revisão quinzenal da receita anual permitida (RAP). Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabelece em regulamentação específica as regras e metodologia para cálculo dessa revisão, e (iii) prorrogou o prazo do contrato de concessão por mais 30 anos, até 31 de dezembro de 2042. **Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL**: Em 2002, a Companhia firmou o contrato de concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3, que estabeleceu: (i) a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão, (ii) quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores), (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, (iv) indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão, (v) prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período, desde que requerida pela Companhia até 36 meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato, (vi) reajuste anual (julho) das tarifas e revisão nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovados seus impactos. Os critérios e as metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em regulamentação específica. **Contrato de Concessão nº 04/2021 - ANEEL**: Em 2021 a Companhia firmou contrato para a construção, operação e manutenção da Subestação 230/138 kV Cachoeirinha 3, incluindo obras de seccionamento de linhas de transmissão 230 kV e 138 kV. O prazo estabelecido para energização é até 30 de setembro de 2024 e a RAP de R\$ 9.234 será auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações. **Contrato de Concessão nº 0001/2011 - ANEEL**: Em 2011 a Controlada TESB firmou o contrato para a construção, operação e manutenção de cinco linhas de transmissão e quatro subestações, referente ao lote A do Leilão ANEEL 008/2010. O término desta concessão está previsto para 27 de julho de 2041, 30 anos a partir da data de assinatura do contrato. **1.1 Mudanças Climáticas CPFL**: Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa "GEE". Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles: • Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia; • Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia; • Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor. A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro* a partir de 2025, reduzindo 35% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Na publicação "Nossa jornada contra as mudanças climáticas" a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures - TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). *Compensando as emissões dos escopos 1, 2 e 3.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" - *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia e sua controlada também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Energia Elétrica Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 13 de março de 2023. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 34

de Instrumentos Financeiros. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são: • Nota 11 - Ativo contratual; • Nota 18 - Empréstimos e financiamentos; • Nota 19 - Debêntures; • Nota 20 - Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos); • Nota 22 - Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas e depósitos; e • Nota 23 - Créditos e débitos fiscais diferidos. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Informações por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, sendo está a forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e sua controlada avaliam a performance e alocam os recursos necessários. **2.6 Informações sobre participações societárias:** As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e coligadas estão descritas na nota 12. A controlada Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. (TESB) é consolidada de forma integral, as coligadas Transmissora Porto Alegrense Ltda. (TPAE) e Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (ETAU) são registradas por equivalência patrimonial e as demais coligadas são registradas pelo método de custo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida na controlada TESB. **2.7 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores. **3.2 Ativo Contratual da Concessão:** Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Companhia reconhece como Ativo Contratual os investimentos realizados nas concessões de transmissão. O valor do Ativo Contratual representa os investimentos em construção e melhorias que serão remunerados através da Receita Anual Permitida de Transmissão (RAP), durante toda vigência do contrato de concessão e condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho. Eventuais investimentos não amortizados geram direito de indenização ao final do contrato de concessão. A amortização do Ativo Contratual é estimada de forma a cobrir a remuneração do ativo e a reintegração dos investimentos realizados. Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme suas políticas contábeis, a Companhia esclarece que: I. Para fins do consolidado a Companhia apresenta margens negativas de construção, implícita no custo, em função dos atrasos de obras e custos acima do orçado verificados na subsidiária TESB. Em relação aos contratos indenizatórios por se tratar exclusivamente de indenização e não construção de ativos, não são reconhecidas margens. Para os demais contratos do grupo a Companhia a Administração possui margem de construção entre 6% e 29%. II. A companhia reconhece margem de operação e manutenção de até 45%. III. A atualização monetária do Ativo Contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida em cada projeto, determinada através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão após alocação de suas devidas margens. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 4% a.a. e 12% a.a. **3.3 Instrumentos financeiros: 3.3.1 Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas

cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. **Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. **Custo amortizado:** um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 34). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: • a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **3.3.2 Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem: i. **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes. ii. **Mensurados ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 34. **3.4 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

acordo com o CPC 16/IAS 2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio. **3.5 Imobilizado e atividades não vinculadas à concessão:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que os mesmos estejam em condição de operar, assim como os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estejam instalados e os custos de juros sobre financiamentos para a sua aquisição, respeitando o limite regulatório. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que retorne com os benefícios econômicos esperados e que possa ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente substituído. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme são incorridos. A depreciação é calculada linearmente com taxas anuais variáveis 3,33% até 14,29%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens conforme as orientações do órgão regulador. Os ganhos e perdas na alienação e baixa de um ativo imobilizado são registrados no resultado na mesma competência em que os recursos advindos da alienação ocorram. A Companhia possui em seu acervo patrimonial uma série de bens administrativos e outros não vinculados ao serviço da concessão, sendo estes bens destinados à sua utilização própria. Os bens e instalações utilizados nas atividades de transmissão são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica. **3.6 Intangível:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, como por exemplo os direitos de uso de softwares e serviços de passagem para as linhas de transmissão. **3.7 Redução ao valor recuperável ("impairment"):** Ativos financeiros: A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como em default quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações. A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos. A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9/CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (Expected Credit Losses), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - Probability of Default), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - Exposure At Default) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - Loss Given Default). Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contidos pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. • Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. As perdas por *impairment* relacionadas às concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício. **3.8 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **3.9 Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego:** As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes, com base na expectativa de vida do participante, na idade média de aposentadoria e na inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente. **3.10 Dividendo e juros sobre capital próprio:** De acordo com o ICPC 08, apenas o dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei 6.404/76, para sociedades anônimas, pode ser provisionado como exigível, de forma que o dividendo declarado e ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após sua aprovação pelo órgão competente. Conforme definido no Contrato Social da Companhia e em consonância com a legislação vigente, compete à Reunião do conselho da Administração a declaração de dividendo intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Reunião do conselho da Administração. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. **3.11 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são: • Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras. • Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos mensalmente pelo regime de competência com base na taxa implícita do contrato de concessão sobre o montante a receber da receita de construção. • Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações reconhecidos mensalmente pelo regime de competência. **3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto corrente no caso de contrato de concessão de serviços públicos, o lucro decorrente da receita reconhecida pela construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura, cuja contrapartida seja ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, poderá ser tributado à medida do efetivo recebimento. Para fins dos pagamentos mensais determinados sobre a base de cálculo estimada de que trata o art. 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a concessionária poderá considerar como receita o montante efetivamente recebido. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal

de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.13 Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33. **3.14 Arrendamentos:** De acordo com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de alugueis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia. O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo prazo estabelecido em contrato e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso. **3.15 Base de consolidação: Controlada e coligadas:** As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para as coligadas, este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento da aquisição. As políticas contábeis das controladas e das coligadas consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações das coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de sua controlada. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para a controlada. Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Para controlada, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado. Os saldos das coligadas, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 12. **Aquisição de participação de acionistas não controladores:** É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação. **3.16 Mudanças nas principais políticas contábeis:** A partir de 1º de janeiro de 2022, a Companhia adotou inicialmente as alterações ao CPC 25/IAS 37 sobre custos para cumprir um contrato, considerando avaliações a fim de identificar se existem contratos onerosos. Também adotou inicialmente as alterações ao CPC 15 (R1), sobre a atualização da norma de definição relacionada à Estrutura Conceitual. E por fim, destaca-se as alterações referentes ao CPC 27/IAS 16 de ativo imobilizado, de proibição da entidade em deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo não estiver pronto para uso. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. **3.17 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras: **(a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23/IAS 8):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de estimativa contábil, além de outras alterações para ajudar as entidades a distinguir mudanças em estimativas contábeis de mudanças em políticas contábeis. Na nova definição, estimativas contábeis constitui-se como "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza de mensuração". Em relação às demais alterações, também houve o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. **(b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, para fornecer orientações através de guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem o termo de "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais", considerando que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciam nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Isto é, são materiais devido à natureza das transações, eventos ou condições que estão relacionadas. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. **(c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações sobre o CPC 32/IAS 12):** Em maio de 2021 o IASB emitiu alterações ao IAS 12 (norma correlata ao CPC 32), na qual, estabelece o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	Controladora				Consolidado				
	Saldos		Vencidos		Saldos		Vencidos		
	Vincendos	até 90 dias	> 90 dias	Total	Vincendos	até 90 dias	> 90 dias	Total	
Concessionárias e permissionárias	112.052	1.114	9.076	122.242	115.064	1.145	9.111	125.320	104.933
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	112.052	1.114	9.076	122.242	115.064	1.145	9.111	125.320	104.933
Total				(9.076)	(3.952)			(9.076)	(3.952)
				113.166	99.200			116.244	100.981

Referem-se basicamente aos valores a receber de concessionárias e permissionárias referente ao uso do sistema de transmissão faturados através dos Avisos de Crédito (AVC's), com valores autorizados pelas Resoluções Homologatórias das RAPs, e pelos faturamentos dos contratos de conexão firmados com os acessantes ao sistema. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"):** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 34. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 9)	Total
Saldo em 31/12/2020	(4.108)	(20.536)	(24.644)
Reestruturação societária	11	17.292	17.303
Provisão revertida (constituída) líquida	145	(4.326)	(4.181)
Saldo em 31/12/2021	(3.952)	(7.569)	(11.521)
Provisão revertida (constituída) líquida	(5.124)	(1.686)	(6.810)
Saldo em 31/12/2022	(9.076)	(9.255)	(18.331)
Circulante	(9.076)	(9.255)	(18.331)

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. **(d) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26/IAS 1):** Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não estão vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração. - Ativo contratual: O valor justo do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. - Instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 34).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos bancários	(240)	840	(234)	1.209
Título de crédito privado (*)	216.097	741.083	269.149	745.957
Total	215.857	741.923	268.915	747.166

(*) Corresponde a títulos de crédito privado de operação de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") montante de R\$ 216.097 (R\$ 741.083 em 31 de dezembro de 2021), tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 103,10% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") para CDB e 90,87% do CDI para Operações Compromissadas.

6. INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO GOVERNO

Refere-se a investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B (NTN-B), com as seguintes características: i. Data-base: 15 de julho de 2000; ii. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais); iii. Modalidade: nominativa e negociável; iv. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior; v. Juros remuneratórios: 6% a.a.; vi. Pagamento do principal em parcela única, na data de vencimento do título e dos juros semestralmente com ajuste do prazo no primeiro período de fluência. O investimento é classificado como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). **Forma de atualização das NTN-Bs:** Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado. Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal e atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios de 6% a.a., calculados pró-rata-die). O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). **Movimentação:** O valor justo e os juros efetivos das NTN-Bs estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	Passivo e Patrimônio Líquido				Resultado	
	Ativo		Outros resultados		Receita	
	Investimentos em Títulos do Governo	Impostos diferidos	abrangentes	financeira	Impostos	
Saldo em 31/12/2020	121.188	24.769	12.477	8.466	(2.879)	
Atualização pela taxa efetiva	13.817	-	-	-	13.817	-
Valorização do valor justo	(21.183)	-	(21.183)	-	-	-
Juros Recebíveis	(5.701)	-	-	-	-	-
Efeito tributário	-	(2.505)	7.202	-	(4.698)	-
Saldo em 31/12/2021	108.121	22.264	(1.504)	13.817	(4.698)	
Atualização pela taxa efetiva	7.465	-	-	-	7.465	-
Valorização do valor justo	(10.181)	-	(10.181)	-	-	-
Juros Recebíveis	-	-	4.810	-	-	-
Venda do ativo financeiro	(49.404)	-	-	-	-	-
Efeito tributário	-	2.676	1.826	-	(4.502)	-
Saldo em 31/12/2022	56.000	24.940	(5.049)	7.465	(4.502)	
Circulante	46.744					
Não Circulante	9.256					

Conforme divulgado na nota 18, as NTN-Bs estão vinculadas às garantias do empréstimo com o BNDES.

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	13.770	2.274	13.852	2.356
IRPJ Saldo Negativo	20.338	11.509	20.340	11.511
CSLL Saldo Negativo	10.832	5.754	10.832	5.754
Imposto de renda e contribuição social a compensar	44.941	19.537	45.025	19.621
Programa de integração social - PIS	316	109	318	111
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.484	531	1.484	531
Instituto nacional de seguridade social - INSS	313	218	313	218
Outros	429	77	447	95
Outros tributos a compensar	2.542	935	2.562	955
Total Circulante	47.483	20.472	47.587	20.576
Não circulante				
Imposto de renda a compensar	16.242	-	16.242	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	16.242	-	16.242	-
Outros	-	1	-	1
Outros tributos a compensar	-	1	-	1
Total não circulante	16.242	-	16.242	-

→ **continuação** **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T** - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	8.601	7.486	8.601	7.486
Adiantamento a Fornecedores/Empregados	3.447	5.422	3.486	8.860
Serviços Prestados	9.310	2.646	9.310	2.646
Dividendos a Receber	763	2.108	763	2.108
Custos a Reembolsar	1.440	23.242	1.440	11.469
Alienação de Bens e Serviços	1.521	548	1.521	548
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	17.855	7.871	17.855	7.871
Pagamentos Antecipados	2.177	1.862	2.177	1.862
(-) Provisão para Créditos de				
Liquidação Duvidosa	(9.255)	(7.569)	(9.255)	(7.518)
Outros Devedores	20.085	22.856	20.085	22.856
Total circulante	55.944	66.472	55.984	58.188
Não circulante				
Bens e Direitos Destinados à Alienação/Renda	2.827	2.827	2.827	2.827
Outros	132	1.314	132	1.314
Total não circulante	2.959	4.141	2.959	4.141

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características. Quando da conclusão dos projetos, serão reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente submetidos à auditoria e à avaliação final da ANEEL. **Custos a Reembolsar** - refere-se aos contratos de prestação de serviços que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras.

10. EMPRÉSTIMOS

Refere-se a contrato assinado em 2014 com a então parte relacionada Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) - devedora com aditivos e refinanciamentos, todos aprovados pela ANEEL. Em maio de 2020, um novo refinanciamento foi firmado entre a Companhia e a CEEE-D, no montante de R\$ 359.333, com pagamento em 24 parcelas mensais e consecutivas. Os encargos financeiros foram calculados mediante aplicação de 100% da variação do certificado Interbancário (CDI). O contrato foi liquidado em agosto de 2022. Em 2022, a CEEE-D pagou a CEEE-T o montante de R\$ 198.789 (R\$ 135.285 em 2021). O saldo do Contrato de Mútuo era corrigido mensalmente pela CDI.

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	187.180	313.016
Apropriação e Encargos	11.609	9.449
Recebimento de Encargos	(12.129)	(9.093)
Recebimento Principal	(186.660)	(126.192)
Saldo Final	-	187.180

11. ATIVO CONTRATUAL

Com base nos contratos de concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Administração reconhece como "Ativo Contratual" a infraestrutura disponibilizada ao serviço da concessão que está sujeita ao cumprimento das obrigações de desempenho para fazer jus à contraprestação esperada, no caso à RAP (Receita Anual Permitida), e não somente à passagem do tempo. A Administração avalia também que as novas receitas relacionadas aos contratos de concessão renovados têm origem, exclusivamente, nas novas obras de reforços e melhorias, que são submetidas às resoluções autorizativas e às revisões tarifárias. São elas que produzem ajustes diretamente nas receitas inseridas no fluxo de caixa em relação aos valores de investimento realizados. As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como seguem:

	Controladora				Consolidado		
	Contrato 080/2002	Contrato 055/2001	Contrato 055/2001	Contrato 004/2021	Contrato 025/2000	Contrato 001/2011	Total
Saldo em 31/12/2020	45.087	1.470.767	1.012.430	-	109.138	2.637.423	2.989.570
(+) Adições	-	-	103.443	-	-	103.443	179.748
(+) Remuneração	21.467	339.691	167.734	-	921	529.813	16.530
(+) Atualização monetária	8.134	166.747	101.280	-	-	276.161	-
(-) Baixas	-	-	(3.981)	-	-	(3.981)	-
(-) Amortização do exercício	(13.413)	(453.401)	(208.305)	-	(1.805)	(676.924)	(11.257)
(-) Ajustes pela Cisão	-	-	-	-	(108.057)	(108.057)	(108.057)
(-) Outros	-	-	-	-	(197)	(197)	(91.831)
Saldo em 31/12/2021	61.276	1.523.804	1.172.600	-	-	2.757.680	3.099.574
(+) Adições	-	-	223.891	53.149	-	277.040	46.530
(+) Remuneração	25.709	330.026	167.150	846	-	523.731	15.765
(+) Atualização Monetária	54.877	210.767	84.656	-	-	350.300	1.093
(-) Baixas	-	-	(109)	-	-	(109)	-
(-) Amortização do exercício	(13.999)	(421.674)	(198.923)	-	(634.596)	(15.645)	(650.241)
(+/-) Outros (11.1)	-	54.036	266.645	-	-	320.681	(121.236)
Saldo em 31/12/2022	127.863	1.696.959	1.715.910	53.995	-	3.594.727	2.688.402
Circulante	20.448	356.952	178.312	-	-	555.713	18.070
Não Circulante	107.415	1.340.007	1.537.597	53.995	-	3.039.014	2.500.332

A Receita Anual Permitida (RAP), para o ciclo 2022/2023 esta vigente desde 1º de julho de 2022 através da resolução homologatória (REH) ANEEL nº 3.067/2022 para os contratos de concessão de transmissão: (i) nº 055/2001 que entraram em operação após 2012 (RBN1), é de R\$ 220.002, para as operações sobre rede básica existente (RBSE), é de R\$ 713.598, a Parcela de Ajuste (PA) é de (R\$ 16.359), (ii) nº 080/2002, é de R\$ 22.438 e (iii) nº 0004/2021 está em etapa pré-operacional com RAP prevista de R\$ 9.609. Para o contrato 0001/2011 da controlada TESB, a RAP vigente para o ciclo 2022/2023 é de R\$ 27.924, com RAP adicional prevista de R\$ 13.590 na medida em que as obras forem concluídas. Em 08 de julho de 2022 a ANEEL, através do despacho nº 1.844, suspendeu o despacho nº 1.762 de 01 de julho de 2022 que concedeu medida cautelar de suspensão sobre a eficácia da REH nº 2.258 de 2017, não implicando em qualquer efeito para fins de demonstração financeira. A Companhia se mantém ativa e acompanhando qualquer atualização sobre o tema. **11.1) Outros - Ganho ou perda em função da revisão tarifária periódica - RTP e ganho ou perda por eficiência ou ineficiência na construção de infraestrutura de transmissão.** Embasado nas normas vigentes de reconhecimento e mensuração do ativo de contrato, os eventos críticos relacionados a mensuração e reconhecimento do ativo de contrato devem ser reconhecidos quando incorridos. Durante o ano de 2022 a Administração identificou o ganho montante de R\$ 276.899, como seguem descritos os principais impactos. a) O ganho valor de R\$ 320.701 se refere a remensuração do ativo de contrato oriundo a revisão tarifária periódica - RTP do contrato de concessão 055/2001, no qual possui como base as receitas futuras associadas a rede de infraestrutura de transmissão. b) A perda no valor de R\$ 121.236 está associada diretamente a ineficiência na construção de infraestrutura do contrato de concessão 001/2011 da controlada TESB. A ineficiência no processo de construção está ligada aos atrasos nas obras e custos adicionais não estimados, tais como: variações sobre os custos de commodities, custos de servidão e negociações fundiárias, custos associados a questões ambientais e demais eventuais imprevistos durante a execução do projeto.

12. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Participações societárias permanentes				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	256.314	125.132	14.959	13.161
Avaliadas pelo método de custo	2.889	2.889	2.889	2.889
	259.204	128.021	17.848	16.050

12.1 Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial: Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
Controladas				
TESB	799.856	96,85%	435.753	94,22%
Coligadas				
TPAE	38.146	9,65%	38.146	9,65%
ETAU	34.895	10,00%	34.895	10,00%

Controlada - Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda (TESB): A Companhia juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A. (Procable) e a Zhejiang United Engineering CO Ltda (Zhejiang), constituíram a Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. (TESB), sociedade limitada, cujo objeto social é a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão linhas e subestações pelo prazo de 30 anos. Em abril de 2022, a Companhia integralizou o montante de R\$ 99.300 sem contraparte dos demais acionistas no aumento de capital. Assim, a participação acionária da Companhia passou de 94,22% para 96,85%. **Coligadas: Transmissora Porto Alegre Ltda. (TPAE):** Sociedade de Propósito Específico com objetivo de explorar concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da linha de transmissão subterrânea em 230 kV Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4. **Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU):** A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai (ETAU) atua na transmissão de energia elétrica através da linha de transmissão Campos Novos - Santa Marta de 230 kV, subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS, Barra Grande - SC e entradas de linhas e instalações associadas a essas. O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a Companhia possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições. **Informações Financeiras Controladas e Coligadas:**

	31/12/2022		
	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
Controladas			
TESB	501.949	157.725	(60.415)
Coligadas			
TPAE	38.146	42.940	4.240
ETAU	34.895	108.151	30.144

Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Centrais Elétricas SA - ELETROSUL	2.013	2.013
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo	876	876
	2.889	2.889

12.2 Movimentação dos investimentos:

	Controladora					Saldo em 31/12/2022
	Saldos em 31/12/2021	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Integralização Capital	Perda/Ganho de investimento	
Controladas						
TESB	111.971	(58.038)	-	99.300	(482)	114.900
Coligadas						
TPAE	3.445	804	(105)	-	-	4.144
ETAU	9.716	3.014	(1.915)	-	-	10.815
	125.132	(54.219)	(2.020)	99.300	(482)	114.900

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2021	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2022
Coligadas				
TPAE	3.445	804	(105)	4.144
ETAU	9.716	3.014	(1.915)	10.815
	13.161	3.818	(2.020)	14.959

A equivalência patrimonial em 2022, R\$ 54.219, se refere aos investimentos da Companhia, sendo composto pelas investidas TESB, TPAE e ETAU.

12.3 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
TESB	114.900	120.600
Provisão para realização de AFAC	(26.297)	(120.600)
	88.603	-

13. IMOBILIZADO

	Controladora							Total
	Terrenos	Barragens	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Em curso	
Saldo em 31/12/2020	16.154	58.653	8.563	86.674	460	457	46.797	511.446
Adições	-	-	-	-	-	-	20.846	20.846
Baixas	(1.300)	-	(7.668)	(772)	(79)	(29)	(6.819)	(312.155)
Transferências	-	-	-	2	-	-	(2)	-
Ajustes pela Cisão - Custo	(14.127)	(596.582)	(98.946)	(438.085)	(1.306)	(814)	(13.742)	2.031
Depreciação	-	(2.522)	(346)	(4.227)	(244)	(57)	-	(187)
Baixa da depreciação	-	-	5.208	689	79	25	-	6.001
Ajustes pela Cisão - Depreciação	-	-	540.451	96.115	391.135	1.291	738	-
Saldo em 31/12/2021	727	-	2.926	35.416	201	320	47.080	44
Adições	-	-	-	-	-	-	39.187	39.187
Baixas	-	-	(1.289)	(9.591)	-	(2.272)	(35.488)	(4.581)
Depreciação	-	-	(219)	(3.044)	(160)	(45)	-	(8)
Baixa da depreciação	-	-	440	8.926	-	2.058	-	4.545
Saldo em 31/12/2022	727	-	1.858	31.707	41	61	50.779	85.174
Taxa média de depreciação 2021				3,42%	4,35%	14,29%	6,25%	
Taxa média de depreciação 2022				3,42%	4,35%	14,29%	6,25%	

	Controladora							Total
	Terrenos	Barragens	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Em curso	
Saldo em 31/12/2020	16.154	58.653	8.563	86.695	460	457	46.797	511.466
Adições	-	-	-	5	-	-	20.846	20.851
Baixas	(1.300)	-	(7.668)	(772)	(79)	(29)	(6.819)	(312.154)
Transferências	-	-	-	2	-	-	(2)	-
Ajustes pela Cisão - Custo	(14.127)	(596.582)	(98.946)	(438.085)	(1.306)	(814)	(13.742)	2.031
Depreciação	-	(2.522)	(346)	(4.237)	(244)	(57)	-	(187)
Baixa da depreciação	-	-	5.208	689	79	25	-	6.001
Ajustes pela Cisão - Depreciação	-	-	540.451	96.115	391.135	1.291	738	-
Saldo em 31/12/2021	727	-	2.926	35.432	201	320	47.080	44
Adições	-	-	-	-	-	-	79.851	79.851
Baixas	-	-	(1.289)	(9.591)	-	(2.272)	(76.152)	(4.581)
Depreciação	-	-	(219)	(3.047)	(160)	(45)	-	(8)
Baixa da depreciação	-	-	440	8.926	-	2.058	-	4.545
Saldo em 31/12/2022	727	-	1.858	31.720	41	61	50.779	85.187
Taxa média de depreciação 2021				3,42%	4,35%	14,29%	6,25	

→ **continuação** **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Folha de Pagamento Líquida	-	7.794	-	7.794
Provisão para Férias, 13 ° Salário, Gratificações e Encargos Sociais	17.205	37.030	17.205	37.043
Retenções sobre a Folha de Pagamento	2.755	5.693	2.755	5.693
Prêmio Assiduidade	6	282	6	282
	19.966	50.799	19.966	50.812

Em 2022, houve readequação da data de pagamento dos colaboradores, que em 2021 recebiam salário no 5º dia útil do mês subsequente e passaram a receber no último dia útil do mês corrente. Por essa razão, houve redução na rubrica de Folha de Pagamento Líquida.

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	18.928	23.230	19.248	23.404
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	3.629	9.921	3.802	10.010
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22.557	33.151	23.051	33.414
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	1.286	101	1.578	204
Programa de integração social - PIS	1.798	1.535	1.815	1.544
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	8.326	7.155	8.403	7.197
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	7.516	6.171	7.516	6.182
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	890	1.467	890	1.467
IRRF Sobre JSCP	14.250	-	14.250	-
Outros	2.017	4.512	4.653	5.510
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	36.083	20.941	39.105	22.105
Total Circulante	58.640	54.092	62.156	55.518
Não circulante				
Outros	-	-	4.921	5.218
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	-	-	4.921	5.218
Total não circulante	-	-	4.921	5.218

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Controladora					Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	
Moeda nacional						
Mensuradas ao custo						
Pré Fixado	3.147	(2.900)	42	-	(46)	242
TJLP	27.169	(3.832)	2.006	-	(1.855)	23.489
Total Moeda Nacional	30.316	(6.732)	2.048	-	(1.901)	23.731
Moeda estrangeira						
Dólar	649.363	(583.635)	5.762	(25.982)	(45.508)	-
Total Moeda estrangeira	649.363	(583.635)	5.762	(25.982)	(45.508)	-
Total	679.679	(590.367)	7.810	(25.982)	(47.409)	23.731
Circulante	656.088					4.179
Não circulante	23.591					19.552

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Controladora		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2022	31/12/2021		
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
Pré fixado					
FINEM					Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominado Nota do Tesouro Nacional - Série B
	Pré fixado de 2,5%	242	3.147	2016 a 2023	
		242	3.147		
Pós fixado					
TJLP					Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominado Nota do Tesouro Nacional - Série B
	TJLP +3,05%	23.489	27.169	2016 a 2029	
		23.489	27.169		
Total moeda nacional		23.731	30.316		
Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários Incentivados	US\$ + de 1,31% a 4,59%	-	649.363	2017 a 2022	República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul
Total moeda estrangeira		-	649.363		
Total		23.731	679.679		

O valor de R\$ 23.731 (R\$ 30.316 em 31 de dezembro de 2021) refere-se ao contrato de empréstimo com o BNDES, tem como garantia a Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional - Série B. A Companhia cede fiduciariamente em favor do BNDES títulos públicos federais de sua propriedade, em valor equivalente a 130% do valor concedido por meio do saldo devedor do contrato de financiamento. Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de Vencimento	Controladora
2024	3.861
2025	3.861
2026	3.861
2027	3.861
2028 a 2029	4.108
Total	19.552

Pré-pagamento: Durante o exercício de 2022 foram liquidados antecipadamente R\$ 575.470 empréstimos bancários incentivados (AFD e BID), cujos vencimentos originais eram até 2036 e 2037. **Condições restritivas:** Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. As apurações são feitas anualmente. Apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,00; • Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total maior ou igual a 30%. A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

19. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Controladora			
	Saldo em 31/12/2021	Captação	Encargos e atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo - pós fixado				
CDI	-	960.000	79.251	1.039.251
Gastos com captação	-	(2.199)	183	(2.016)
Total	-	957.801	79.434	1.037.235
Circulante	-	-	-	78.937
Não circulante	-	-	-	958.298

Os detalhes de debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Controladora		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2022	31/12/2021		
Mensuradas ao Custo - Pós fixado					
CDI	CDI + 1,34% e CDI + 1,47%	1.039.251	-	2027 a 2029	Finança da CPFL Energia
Gastos com Captação		(2.016)			
Total		1.037.235			

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de Vencimento	Controladora
2027	258.743
2028	349.686
2029	349.869
Total	958.298

Adições no exercício

Modalidade	Emissão	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização do principal	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
		Liberado em 2022	Liberado líquido dos gastos de emissão				
Moeda nacional - CDI							
8ª Issuance - EEEL18	08/06/2022	260.000	260.000	259.404	Semestral 01 Parcela em maio 2027	CDI + 1,34%	CDI + 1,34%
8ª Issuance - EEEL28	08/06/2022	700.000	700.000	698.397	Semestral 02 parcelas anuais a partir de maio 2028	CDI + 1,47%	CDI + 1,47%
		960.000	957.801				

Condições restritivas: As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado

20. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

menor ou igual a 3,75 • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP	308	316	308	316
Contribuição Patrocinadora - Plano Único	1.145	3.165	1.145	3.165
Provisão Plano Único	14.296	22.169	14.296	22.169
Contrato 1254/95 - CEEEPREV	3.905	3.781	3.905	3.781
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV	1.357	7.133	1.357	7.133
Provisão Plano CEEEPREV	45.700	62.086	45.700	62.086
Contrato 1254/95 - Plano Único	3.643	3.528	3.643	3.528
	70.355	102.178	70.355	102.178

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Não circulante				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP	3.026	3.541	3.026	3.541
Provisão Plano Único	148.178	241.597	148.178	241.597
Contrato 1254/95 - Plano Único	23.074	28.846	23.074	28.846
Provisão Plano CEEEPREV	209.026	401.281	209.026	401.281
Contrato 1254/95 - CEEEPREV	24.719	30.919	24.719	30.919
	408.023	706.184	408.023	706.184
	478.377	808.362	478.377	808.362

Total

20.1 Características: A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo: (i) **“Plano CEEEPREV”:** O CEEEPREV é um plano com características de contribuição variável pois contém uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido, no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados. Em 2014 foi instaurado litígio judicial (Processo nº 0065790-57.2014.4.01.3400) relacionado às contribuições não paritárias, ajuizado pela Fundação Família Previdência (Antiga Fundação ELETROCEE) em face da PREVIC, em razão da Portaria do órgão regulador que exigiu a apresentação de solução definitiva sobre os artigos do Regulamento do Plano de Benefícios que tratam da responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, que se encontram irregulares perante a legislação aplicável. Isto porque o Plano de Benefícios da CEEEPREV previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial, o que, segundo a PREVIC, e entendimento corroborado pela Administração da controlada, viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001. O resultado em 1ª e 2ª instância foi desfavorável à Fundação e favorável à controlada, não havendo efeito suspensivo sobre os recursos pendentes. Já em 2019 foi instaurada a segunda demanda judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) relacionada ao tema, está ajuizada pela então CEEE-D e pela então CEEE-GT (antes da cisão entre os segmentos Geração e Transmissão) contra a Fundação, com o objetivo de reconhecimento da nulidade das cláusulas do Plano de Benefícios CEEEPREV, a fim de tornar nula a responsabilidade exclusiva das patrocinadoras perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Após a propositura da demanda pelas empresas integrantes do antigo Grupo CEEE, o próprio Estado do Rio Grande do Sul ingressou na lide, na condição de assistente da parte autora. Em 14 de outubro 2021, a sentença em primeiro grau julgou a ação parcialmente procedente para reconhecer a nulidade das cláusulas do Plano de benefícios que não aplicam a paridade contributiva (no mesmo sentido da sentença e do acórdão da Ação nº 0065790-57.2014.4.01.3400). Apresentados recursos de apelação pelas partes, o TJRS (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul) proferiu acórdão em 28 de julho de 2022 no sentido de manter, na íntegra, a sentença recorrida. No momento, aguardam julgamento no próprio TJRS embargos de declaração opostos por todas as partes contra o acórdão. Sobre o tema ainda tramita a Suspensão de Liminar e Sentença perante a Presidência e a Corte Especial do STJ nº 3.163, que possui decisão favorável para as Companhias. Em atendimento a tutela antecipada antecedente do Processo 50224494-89.2022.8.21.7000/RS, a controlada desde março de 2022 vem recolhendo sua contribuição de forma paritária e a Fundação não tem realizado o tratamento da parcela de equacionamento do déficit que seria devida pelos participantes. O valor envolvido na ação judicial corresponde a aproximadamente 50% da totalidade dos déficits do plano, e os assessores jurídicos avaliam a chance de êxito como possível, com vies de provável. A Companhia estima que entre os meses março a dezembro de 2022 o valor de R\$ 41.369 deveria ter sido cobrado dos participantes, mas o mesmo se encontra alocado dentro do déficit total do plano, não representando repercussão financeira adicional. Considerando os fundamentos jurídicos corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam detalhadamente a matéria, a controlada, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPREV, entende que a partir da nova decisão judicial de outubro de 2021, a melhor estimativa para mensuração desse passivo é utilizar o *risk sharing* como redutor do passivo atuarial a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. (ii) **“Plano Único”:** O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados. Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária. (iii) **“Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP”:** Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a partir de 1997 a controlada era responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação Família Previdência e que ainda não havia cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado era definitivamente aposentado pela Fundação. Atualmente, recebem o complemento de verbas que não entraram no cálculo do INSS, sendo a empresa condenada pela justiça ao pagamento de forma vitalícia. Para isso, a controlada provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a essas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento desses benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

20.2 Movimentações dos planos de benefício definido:

	31/12/2022			
	Plano Único	CTP	CEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura Valor justo dos ativos do plano	1.358.357	3.335	2.252.981	3.614.673
	(889.288)	-	(1.465.818)	(2.355.106)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	469.069	3.335	787.163	1.259.567
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(274.221)	-	(495.115)	(769.337)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	194.848	3.335	292.048	490.230

	31/12/2021			
	Plano Único	CTP	CEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura Valor justo dos ativos do plano	1.247.743	3.857	1.901.248	3.152.848
	(951.603)	-	(1.403.182)	(2.354.785)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	296.140	3.857	498.066	798.063
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (asset ceiling)	-	-	-	-
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	296.140	3.857	498.066	798.063

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	31/12/2020				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020	1.554.790	4.159	237.346	2.518.425	4.314.720
Efeito risk sharing no início do exercício	(238.744)	-	-	-	(238.744)
Efeito Cisão GT	(43.558)	-	-	(14.504)	(58.062)
Custo do serviço corrente bruto	(446)	-	-	6.768	6.322
Juros sobre obrigação atuarial	44.603	256	5.961	164.478	215.998
Contribuições de participantes vertidas no exercício	14.003	-	-	997	15.000
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	87.038				

→ continuação **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Plano		CEEEPREV		
	Único	CTP	EXA	BD	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	245.625	4.159	237.346	1.010.703	1.497.833
Efeito Cisão GT (6.881)	-	-	-	(5.821)	(12.702)
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	13.917	256	5.961	73.028	93.162
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(22.574)	(308)	(19.409)	(59.402)	(101.693)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	87.038	199	-	137.667	224.904
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	229.916	(449)	-	(340.801)	(111.334)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	6.855	-	-	95.588	102.443
Ganho perda atuarial - Ex-autárquico	-	-	(21.345)	-	(21.345)
Baixa por desestização Ex-autárquico	-	-	(202.553)	-	(202.553)
Efeito risk sharing (257.756)	-	-	-	(412.896)	(670.652)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	296.140	3.857	-	498.066	798.063
Outras contribuições	3.165	-	-	7.133	10.299
Total passivo	299.305	3.857	-	505.199	808.362
Circulante	28.862	316	-	73.000	102.178
Não Circulante	270.443	3.541	-	432.200	706.184

da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33/IAS 19. Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixo (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	Aumento (redução)		Plano		
	Único	CTP	EXA	BD	Total
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p.	26.443	-	49.935	76.378
	0,25 p.p.	(25.514)	-	(48.001)	(73.515)
Tábua de biométrica de mortalidade**	1 ano	(35.089)	-	(43.290)	(78.379)
	-1 ano	34.642	-	42.675	77.317

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 10,38%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 10,13% a.a. e 10,63% a.a.** A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da Fundação CESP e BREMS sb v.2015 para os planos da Fundação CEEE. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade. *** Sem incluir as estimativas para o plano CTP.

20.8 Risco de investimento: Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O IPCA é o índice mais próximo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador que corrige o passivo atuarial (associação entre ativos e passivos) dos planos de benefício definido da Companhia. Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe, Sharpe Generalizado e Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de

risco. A Política de Investimentos da Fundação Família Previdência determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

21. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Conta de Desenvol. Energético - Quota da CDE	7.459	8.832	7.465	8.942
RGR - Conta de Fornecedor a Pagar	-	156	44	211
Recursos P&D	29.021	26.894	29.178	26.967
Recursos FNDCT	326	569	345	580
Recursos MME	318	285	328	290
Total circulante	37.124	36.735	37.360	36.990
Não circulante				
Recursos P&D	3.961	3.837	3.961	3.837
Subvenções investimentos	53.227	56.127	53.227	56.127
Outras obrigações da concessão	3	-	3	-
Total não circulante	57.191	59.964	57.191	59.964

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista e cível, bem como em processos judiciais e administrativos de natureza tributária que, na avaliação da Administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante e avaliação individualizada de seus casos, atribuem riscos prováveis e possíveis, sendo a movimentação das contingências do ano de 2022 o primeiro exercício integral de alinhamento com as práticas da adquirente da Companhia. As contingências trabalhistas são atualizadas pela Selic, IPCA e TR (taxa referencial), aplicando-se juros de 1%, conforme decisões judiciais de cada caso, enquanto as cíveis, pelo IGPM mais 1% de juros, ao mês. Em relação às contingências de natureza tributária, os montantes são atualizados pela Selic (taxa de juros do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

20.4 Contribuições e benefícios esperados: As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2022 estão apresentadas a seguir:

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2032	Total
CPFL Transmissão - Plano Único	135.689	137.958	140.069	141.956	873.792	1.429.464
CPFL Transmissão - CTP	360	351	340	325	1.485	2.861
CPFL Transmissão - CEEPREV BD	201.616	200.576	206.315	211.772	1.379.494	2.199.773
Total	337.665	338.885	346.724	354.053	2.254.771	3.632.098

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2032	Total
CPFL Transmissão - Plano Único	135.689	137.958	140.069	141.956	873.792	1.429.464
CPFL Transmissão - CTP	360	351	340	325	1.485	2.861
CPFL Transmissão - CEEPREV BD	201.616	200.576	206.315	211.772	1.379.494	2.199.773
Total	337.665	338.885	346.724	354.053	2.254.771	3.632.098

20.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada: Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2023 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2022 e 2021 são como segue:

	2023 estimadas		2022 realizadas		
	Plano Único	CTP	CEEEPREV	BD	Total
Custo do serviço	(33)	-	(10.075)	(10.108)	(10.141)
Juros sobre obrigações atuariais	67.042	328	111.805	179.175	291.350
Rendimento esperado dos ativos do plano	(43.061)	-	(72.386)	(115.447)	(158.504)
Total da despesa (receita)	23.948	328	29.344	53.620	83.296

	2023 estimadas		2022 realizadas			
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV	BD	Total
Custo do serviço	(446)	-	-	6.768	6.322	(112)
Juros sobre obrigações atuariais	44.603	256	5.961	164.478	215.298	266.338
Rendimento esperado dos ativos do plano	(30.240)	-	-	(98.218)	(128.458)	(158.706)
Total da despesa (receita)	13.917	256	5.961	73.028	93.162	106.124

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	Plano Único e CEEPREV BD	
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,39% a.a.	10,38% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,39% a.a.	10,38% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	4,00% a.a.	5,03% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	5,03% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	5,03% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BR-EMSB v.2021 MF (-10) (****)	BR-EMSB-2015 MF (****)

(****) Tábua biométrica de mortalidade geral para o Plano Único é AT-2000 por sexo.

20.6 Ativos do plano: A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Ativos administrados pela Família Previdência			
	Plano Único	CEEEPREV	BD	Total
Renda fixa	67%	70%	65%	64%
Títulos públicos federais	58%	59%	56%	56%
Títulos privados (instituições financeiras)	4%	4%	5%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	3%	3%	3%	3%
Fundos de investimento multimercado	3%	3%	1%	1%
Renda variável	19%	21%	21%	23%
Fundos de investimento em ações	19%	21%	21%	23%
Investimentos estruturados	7%	6%	9%	8%
Fundos de investimento multimercado	7%	6%	9%	8%
Cotados em mercado ativo	94%	97%	96%	95%

Imóveis

	1%	2%	1%	1%
Operações com participantes	3%	2%	4%	4%
Outros ativos	2%	-1%	-1%	-1%
Depósitos judiciais e outros	2%	-1%	-1%	-1%
Não cotados em mercado ativo	6%	3%	4%	5%
	100%	100%	100%	100%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos dos planos

	Família Previdência	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Renda Fixa	66%	67%
Renda variável	16%	17%
Imóveis	1%	1%
Empréstimos e financiamentos	3%	4%
Investimentos estruturados	14%	12%
Investimentos no exterior	0%	0%
Total	100,00%	100,00%

20.7 Análise de sensibilidade: As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes. Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente

Riscos Prováveis
Riscos Possíveis/Remotos

	31/12/2022		31/12/2021			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Ambiental	Total
Riscos Prováveis	233.752	10.998	16.287	-	261.037	171.949
Riscos Possíveis/Remotos	221.281	211.469	9.230	11	53	442.044
Total	455.033	222.467	25.517	11	311.290	613.993

Riscos Prováveis
Riscos Possíveis/Remotos

	31/12/2022		31/12/2021			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Ambiental	Total
Riscos Prováveis	233.918	30.209	16.287	-	280.415	172.077
Riscos Possíveis/Remotos	221.281	248.445	9.230	11	53	479.021
Total	455.199	278.655	25.517	11	53	759.435

22.1 Composição dos processos de riscos prováveis: Provisão e contas a pagar reconhecidas sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	Passivo circulante		Passivo não circulante		
	Saldo da provisão	Passivo não circulante	Saldo da provisão	Total	Total geral
Saldo da provisão	224.981	10.448	16.287	251.716	146.832
Saldo da provisão	233.752	10.998	16.287	261.037	171.949
Total geral	458.733	21.446	32.574	512.753	318.781

22.2 Movimentação da provisão para contingências

	Controladora				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
Saldo em 31/12/2020	146.584	147.943	20.062	15.582	330.171
(+) Novos Ingressos	128.534	10.622	13.030	-	152.236
(-) Pagamentos	(26.058)	(2.681)	(5.511)	-	(34.250)
(-) Montantes Revertidos	(54.350)	(10.463)	(12.252)	-	(77.065)
(+) Atualização Monetária	14.412	24.137	1.437	1.625	41.613
(-) Ajustes pela Cisão	(37.175)	(155.964)	(2.619)	(17.207)	(212.965)
Saldo em 31/12/2021	171.948	13.595	14.147	-	199.690
(+) Novos Ingressos	159.542	22.280	935	-	182.757
(-) Pagamentos	(13.862)	(158)	(11)	-	(14.031)
(-) Montantes Revertidos	(104.221)	(23.291)	(1.114)	-	(128.626)
(+) Atualização Monetária	20.345	(1.428)	2.331	-	21.248
Saldo em 31/12/2022	233.752	10.998	16.287	-	261.037

	Consolidado				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
Saldo em 31/12/2020	146.977	148.383	20.239	15.582	331.182
(+) Novos Ingressos	128.534	27.383	13.030	-	168.997
(-) Pagamentos	(26.188)	(2.681)	(5.688)	-	(34.557)
(-) Montantes Revertidos	(54.485)	(10.463)	(12.253)	-	(77.201)
(+) Atualização Monetária	14.412	24.137	1.438	1.625	41.613
(-) Ajustes pela Cisão	(37.175)	(155.964)	(2.619)	(17.207)	(212.965)
Saldo em 31/12/2021	172.076	30.796	14.147	-	217.019
(+) Novos Ingressos	159.587	25.510	935	-	186.032
(-) Pagamentos	(13.862)	(158)	(11)	-	(14.031)
(-) Montantes Revertidos	(104.228)	(24.510)	(1.114)	-	(129.851)
(+) Atualização Monetária	20.345	(1.428)	2.331	-	21.248
Saldo em 31/12/					

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada diretamente pela CPFL Cone Sul, empresa controlada indiretamente pela CPFL Energia S.A., que por sua vez possui as seguintes empresas como acionistas controladores: • State Grid Brazil Power Participações S.A. Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético. • ESC Energia S.A. Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A. Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: a) **Concessionárias e Permissonárias:** Refere-se aos saldos de contas a receber sobre valores faturados de uso do sistema de transmissão. O faturamento é realizado conforme os valores listados nos Avisos de Créditos emitidos pelo ONS - Operador Nacional do Sistema. b) **Disponibilização do Sistema de Transmissão:** Trata-se dos valores faturados sobre o uso do sistema de transmissão que impactam na Receita Operacional da CEEE-T. O faturamento é realizado conforme os valores listados nos Avisos de Créditos emitidos pelo ONS - Operador Nacional do Sistema. c) **Contribuição Patrocinadora:** Refere-se à parcela de responsabilidade da CEEE-T sobre os planos de previdência complementar CEEEPREV e Plano Único. Vide notas explicativas nº 20. d) **Empréstimo:** Contrato SF nº 1254/95 de confissão de dívida por contribuições não pagas, com renegociação feita em maio de 2013 e carência até junho de 2018, com reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018 e término previsto para maio de 2031. Durante a carência, a Companhia realizou o pagamento

referente à atualização monetária e aos juros mensais. e) **Despesa operacional - Pessoal:** As despesas operacionais são relacionadas às contribuições da Patrocinadora dos Planos de Benefícios Previdenciários. f) **Renda de Prestação de Serviço:** Referem-se aos contratos de prestação de serviços, que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras. g) **Custos a Reembolsar:** Referem-se aos contratos de prestação de serviços, que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras. A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantidos junto à Família previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 20 - Entidade de Previdência Privada. A controladora, CPFL Energia, possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2022, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) foi de R\$ 4.804 (R\$ 1.224 em 2021). Este valor é composto por R\$ 3.644 (R\$ 1.217 em 2021) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 54 (R\$ 7 em 2021) de benefícios pós-emprego e R\$ 1.106 de outros benefícios de longo prazo. Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimento controlados em conjunto:

	Controladora													Total	
	Fundação ELETROCEEE		RGE Sul Distribuidora de Energia S/A	Companhia Paulista de Força Luz	Companhia Piratininga de Força Luz	Companhia Jaguari de Energia	Paulista Lajeado Energia S.A.	CPFL Energias Renováveis e Subsidiárias	CPFL Serviços	CPFL Finanças	CPFL Infra	CPFL Pessoas	CPFL Eficiência energética		CPFL Transmissão Sul II
Ativo															
Concessionárias e Permissonárias	-	-	4.604	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.604
Outros Créditos a Receber	-	-	47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	195	242
	-	-	4.651	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	195	4.846
Passivo															
Fornecedores	-	-	26	-	-	-	-	-	10.329	633	1.417	846	734	-	13.985
Contribuição Patrocinadora	1.357	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.357
Contrato de Compartilhamento	-	-	21	88	75	-	-	253	-	-	-	-	-	-	436
Outros Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo Atuarial - Empréstimo SF 1254 Circulante	7.548	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.548
	8.905	-	47	88	75	-	-	253	10.329	633	1.417	846	734	-	23.327
Resultado															
Renda da Prestação de Serviços	-	21.180	882	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	209	22.270
Disponibilização do Sistema de Transmissão	-	-	328.011	17.750	6.576	1.835	93	716	-	-	-	-	-	-	354.981
Despesa Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa operacional - Pessoal	6.973	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.973
Despesas Operacionais - MSO	-	-	-	-	-	-	-	-	15.727	-	-	-	-	-	16.461
Alocação de gastos	-	-	124	526	448	-	-	1.517	-	2.937	3.382	1.224	-	-	10.158
Despesas Gerais e Administrativas	-	18	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	20
Receita financeira	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Despesa financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Valor Recuperável AFAC	-	(94.303)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(94.303)
	6.973	(73.106)	329.023	18.276	7.024	1.835	93	2.233	15.727	2.940	3.382	1.224	734	209	316.567

	Controladora													Total	
	CEEE-G	Fundação ELETROCEEE	Eletrobras	TESB	RGE Sul Distribuidora de Energia S/A	Companhia Paulista de Força Luz	Companhia Piratininga de Força Luz	Companhia Jaguari de Energia	Paulista Lajeado Energia S.A.	CPFL Energias Renováveis e Subsidiárias	CPFL Serviços	CPFL Finanças	CPFL Infra		CPFL Pessoas
Ativo															
Concessionárias e Permissonárias	-	-	-	-	28.475	-	1.201	480	141	8	-	-	-	60	30.364
Outros Créditos a Receber	-	-	-	11.773	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.773
Pagamento antecipado PROINFA	-	-	1.862	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.862
	-	-	1.862	11.773	28.475	-	1.201	480	141	8	-	-	-	60	44.000
Passivo															
Contribuição Patrocinadora	-	6.923	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.923
Passivo Atuarial - Empréstimo SF 1254 Circulante	-	7.309	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.309
	-	14.232	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.232
Resultado															
Renda da Prestação de Serviços	-	-	-	5.406	-	133	-	-	-	-	-	-	-	-	5.540
Disponibilização do Sistema de Transmissão	3.050	-	-	-	84.827	-	3.601	1.430	-	428	23	-	-	182	93.541
Despesa Proinfa	-	-	23.429	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.429
Despesa operacional - Pessoal	-	7.245	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.245
Despesas Gerais e Administrativas	-	-	-	(78)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(78)
Provisão Valor Recuperável AFAC	-	-	-	120.600	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120.600
	3.050	7.245	23.429	125.928	84.960	-	3.601	1.430	-	428	23	-	-	182	250.276

32. SEGUROS

Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2022
Ativo vinculados a Concessão	Riscos Nomeados	168.000
Transporte	Nacional e Internacional	18.000
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	6.821
Garantia	Seguro Garantia	7.120
Outros	D&O	150.000
Total		349.941

33. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, transmissão de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades são reguladas pela ANEEL. **Estrutura do gerenciamento de risco:** Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (Data Protection Officer), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos. Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia: • Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de riscos propostos; • Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia; • Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração; • Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos; • Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los; e • Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia. Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração: • Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento; • Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados. • Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento e; • Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos. Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles. A Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe: • Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação; • Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação; • Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos. A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO da CPFL Energia é responsável por: • Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos; • Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas; • Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite; • Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios; • Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia; • Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e • Avaliar o ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interagir com os respectivos Gestores dos Negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 34. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. **Risco regulatório:** A Transmissora receberá pela prestação de serviço público de transmissão o pagamento da receita anual permitida (RAP), de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia descrita nas cláusulas do contrato. Uma vez a Aneel revisando e homologando a Receita Anual Permitida, a transmissora aplica as condições de cobrança para as concessionárias e permissionárias. A receita assim fixada, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão da RAP, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Empresa. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus

ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco.

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria de Mensuração	Nível (*)	Controladora		Consolidado	
				31/12/2022	31/12/2022	Contábil	Valor Justo
Ativos							
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	(a)	Nível 2	215.857	215.857	268.915	268.915
				215.857	215.857	268.915	268.915
Passivos							
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos	18	(a)	Nível 2	23.731	23.731	23.731	23.731
Debêntures - principal e encargos	19	(a)	Nível 2	1.037.235	1.027.280	1.037.235	1.027.280
Total				1.060.966	1.051.012	1.060.966	1.051.012

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

Legenda

Categoria/Mensuração

(a) - Valor justo contra o resultado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são: • Ativos financeiros: (i) concessionárias e permissionárias, (ii) Arrendamentos; e (ii) serviços prestados a terceiros. • Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias apagar, e (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT. Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo. **a) Valorização dos instrumentos financeiros:** Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. **b) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **c) Análise de sensibilidade:** A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (CDI e TJLP), conforme demonstrado: **c.1) Variação das taxas de juros:** Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no período	Cenário Provável (a)	Receita (despesa)	
					Elevação/ Redução de índice em 25% (b)	Elevação/ Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros passivo	23.489	Baixa TJLP	6,78%	7,37%	1.731	2.164
	23.489				1.731	2.164
Instrumentos financeiros passivo	1.039.251	Baixa CDI	13,65%	13,93%	144.768	180.960
	1.039.251				144.768	180.960
Total	1.062.740				146.499	183.123
Efeitos no resultado do exercício					146.499	183.123

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

d) Risco de crédito: O risco de crédito nas operações de concessionárias e permissionárias é decorrente da exposição a perdas financeiras resultantes do descumprimento de obrigações financeiras pelas contrapartes. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

→ **continuação** **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Concessionárias e Permissonárias - A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. **Fatores macroeconômicos** - Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência. **Caixa e equivalentes de caixa** - A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito. **e) Análise de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2022	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	67.598	47	137	186	118	1.408	69.495
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	18	761	1.039	4.665	10.785	9.435	4.454	31.139
Debêntures - principal e encargos	19	-	104.176	104.536	201.350	421.091	763.201	1.594.352
Obrigação da Concessão	21	8.103	-	-	-	-	-	8.103
Outros	24	174	-	-	-	-	-	174
Concessionárias	-	174	-	-	-	-	-	174
Total		76.637	105.262	109.338	212.320	430.643	769.062	1.703.263

35. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2022, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2022	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
Projetos de construção de infraestrutura	3	161.645	80.345	-	241.990
Fornecedores de materiais e serviços	5	168.548	57.810	1.133	227.491
Total		330.193	138.156	1.133	469.482

36. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

36.1. Parcela Variável Descontada: Em 12 de Janeiro de 2023, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) concluiu a apuração do indicador da Parcela Variável Descontada referente ao ano de 2022. A Parcela Variável (PV) foi constituída como um incentivo à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica e consiste em um desconto sobre a remuneração mensal das concessionárias com base na disponibilidade e na capacidade operativa dos ativos.

Como resultado dessa apuração, a Companhia novamente obteve um excelente resultado operacional, alcançando a segunda melhor colocação, dentre as nove maiores transmissoras com contratos de concessão renovados no país, com um desconto de 0,915% da Receita Anual Permitida (RAP). **36.2 Reajuste Tarifário Anual:** A REH nº 3.067, de 12 de julho de 2022, estabeleceu as RAPs da Companhia e suas controladas, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023. Com a retificação da REH nº 2.960/2021 que trouxe o resultado definitivo da Revisão Tarifária Periódica ("RTP") de 2018 (após a fiscalização da SFF/ANEEL), para o Contrato de Concessão nº 055/2001, o índice de reposicionamento definitivo ficou em +4,71%. Nos ciclos 2020-2021 e 2021-2022 foram recebidos os valores considerando o índice de reposicionamento da RTP provisória que era de +7,53%, conforme REH nº 2.845/2021. A diferença dos valores entre as RTP definitiva (+4,71%) e provisória (+7,53%) está sendo devolvida por meio de parcela de ajuste, no ciclo 2022-2023. A RAP do Contrato de Concessão nº 055/2001, apresentou um incremento na ordem de 22% quando comparada à RAP Homologada do ciclo anterior (2021-2022). Este aumento é devido, principalmente ao segundo ciclo do repêrtilamento do componente financeiro da PRT nº 120/2016 (RBSE) onde há um incremento de 46% no componente, bem como da trajetória de O&M oriunda da RTP de 2018 e de ajustes no componente econômico da PRT nº 120/2016. Além destes, houve o reconhecimento de recursos interpostos contra as REH nº 2.895/2021 e REH nº 2.959/2021 e outros ajustes realizados na base, somados ao reajuste pelo IPCA que superam o impacto da redução do índice de reposicionamento da RTP e resultam no incremento de receita para o ciclo 2022-2023.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

37.1 Novas captações: A partir de 1º de janeiro de 2023 e até o momento da aprovação destas demonstrações financeiras, foi adicionada à dívida a captação abaixo:

Modalidade	Mês de Liberação	Valor Liberado	Pagamento de juros	Amortização do principal	Taxa efetiva anual	Destinação do Recurso
Moeda nacional - CDI 9ª Emissão - EEEL19 - 1ª Série	jan/23	300.000	Semestral	Parcela única em dezembro de 2026	CDI + 1,20%	(a)

a) Plano de investimento, refinanciamento e reforço de capital de giro.

37.2 Decisão do STF sobre causas tributárias

Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia, mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

Contabilidade

Diretoria				Ricardo Fernando Ferreira Gerente de Serviços Contábeis - CRC 1SP 321353/O-4		
André Luiz Gomes da Silva Diretor Presidente	Celso Guimarães Filho Diretor de Operações	Yuehui Pan Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	José Alexandre Almeida Serra Diretor de Engenharia	Fu Li Diretor Presidente Adjunto		

Conselho de Administração

Gustavo Estrella Presidente	Yuehui Pan	Futao Huang	Karin Regina Luchesi Conselheiras	Luis Henrique Ferreira Pinto	Xinjian Chen	Vitor Fagali de Souza
--------------------------------	------------	-------------	--------------------------------------	------------------------------	--------------	-----------------------

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T e da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Discussão Judicial Relacionada às Contribuições para o Plano de Previdência CEEEPprev (Nota 20)

A Companhia mantém planos de previdência nas modalidades benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido da CEEEPprev previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Em 2014, foi instaurado litígio judicial relacionado às contribuições não paritárias, questionando a responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, por entender que esse procedimento viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001.

Considerando os fundamentos jurídicos corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam sobre a matéria, a administração da Companhia, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPprev, entende que a partir da nova decisão judicial de outubro de 2021, a melhor estimativa para mensuração desse passivo é considerar contribuições paritárias (*risk sharing*) entre patrocinador e Fundação. Dessa forma, desde março de 2022, a Companhia vem recolhendo suas contribuições de forma paritária.

O referido Plano CEEEPprev encontra-se deficitário em 31 de dezembro de 2022, uma vez que o total das obrigações atuariais estimadas no plano de benefícios definidos superam o valor justo dos ativos do plano, sendo a obrigação atribuível à Companhia, após a aplicação da paridade, de R\$ 292.048 mil.

Consideramos esse tema foco de auditoria, tendo em vista que envolve julgamentos da administração sobre as premissas utilizadas no cálculo atuarial das obrigações do plano, incluindo a forma de contribuição paritária, as quais se sofrerem variações, podem impactar de maneira relevante as demonstrações financeiras.

Como o Assunto foi Conduzido em Nossa Auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação, com o apoio de nossos especialistas atuariais, da consistência dos critérios e das premissas utilizados pela administração para mensuração e reconhecimento da obrigação atuarial;
- Obtenção de opinião legal de outros assessores jurídicos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade do prognóstico determinado pelo advogado da respectiva causa, bem como avaliar os argumentos e jurisprudências adotadas pelos assessores jurídicos da Companhia.
- Envolvimento de nossos especialistas atuariais para avaliação da razoabilidade das principais premissas, tais como taxas de desconto, projeções de crescimento salarial, paridade e tábuas biométricas, bem como conferência dos cálculos aritméticos; e
- Leitura do regulamento do plano e avaliação das respectivas divulgações em Nota Explicativa.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 15 de março de 2022, sem ressalvas.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

 pwC	Campinas, 15 de março de 2023
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5	Adriano Formosinho Correia Contador CRC 1BA029904/O-5



RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

CNPJ nº 02.016.440/0001-62

www.grupocpfl.com.br **Companhia Aberta**

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2021, exceto quando especificado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2022, a RGE cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 3,1 milhões de clientes, em 381 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 8,9% em relação ao exercício de 2021. Destaca-se a classe Industrial, que registrou uma redução de 9,1% ante 2021, devido ao aumento da migração dos clientes para o mercado livre e a migração das permissionárias.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

Ambiente macroeconômico

O ano de 2022 começou sob os auspícios de uma nova onda global de Covid-19, causada pela variante Ômicron. A variante se mostrou muito mais transmissível, porém menos letal (para a população vacinada). Isso levou à forte redução das restrições de circulação e a pandemia se tornou uma questão de menor impacto econômico.

Mas, isso não significou imediata normalização da economia. Ao desequilíbrio das cadeias produtivas já existente no início de 2022 se somou um novo choque, trazido pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Os temores com relação à disponibilidade de grãos, metais e energia decorrentes do conflito elevou sobremaneira os preços das principais commodities. Por seu turno, a retomada das atividades pós-pandemia impulsionou o consumo de serviços e o mercado de trabalho, repercutindo sobre o consumo de forma geral. A inflação global se tornou uma grande preocupação ao longo do ano e os principais bancos centrais mundiais promoveram um aperto sincronizado e significativo de condições monetárias.

Já o Brasil foi beneficiado pela alta de preços de commodities no mercado internacional em duas frentes. A primeira foi nas contas externas: com o bom desempenho da balança comercial, foi possível manter em patamar confortável o déficit em transações correntes e os indicadores de endividamento externo. O segundo benefício foi o aumento da arrecadação federal associada ao setor de minério de ferro (2021) e do petróleo (2022), que foi decisivo para que o setor público consolidado brasileiro voltasse a registrar superávits primários em 2021 e 2022 - algo que não se observava desde 2013.

Contudo, tais surpresas proporcionaram espaço para aumento dos gastos e desonerações. Elevando as incertezas sobre a sustentabilidade fiscal brasileira, principalmente a partir do momento em que a regra fiscal em vigor - o teto de gastos - foi alterada para viabilizar a expansão de despesas pela União em pleno ano eleitoral. Este cenário gerou forte deterioração das perspectivas para o endividamento público. Boa parte dos analistas passou a prever alta expressiva da razão dívida/PIB ao longo da década atual (partindo de um nível em 2022 já relativamente elevado para uma economia emergente).

Estas incertezas com relação à sustentabilidade fiscal foram responsáveis também, em larga medida, por manter a taxa de câmbio mais pressionada no segundo semestre de 2022. Essa pressão sobre o câmbio ocorreu a despeito da forte alta dos juros reais e dos bons resultados das contas externas.

Por outro lado, as desonerações permitiram uma expressiva decompressão da inflação, especialmente no segundo semestre do ano, quando se registrou deflação na comparação mensal por três meses consecutivos (jul-set). Assim, a despeito de ter atingido 12,1% no acumulado em 12 meses até abril, a inflação encerrou o ano de 2022 em 5,8%. Apesar de se situar pelo segundo ano consecutivo acima do teto da meta, está bastante abaixo da taxa de 10,1% registrada no ano anterior e do que teria sido sem as medidas de desoneração.

A atividade econômica também se beneficiou do impulso fiscal, especialmente na segunda metade do ano. O primeiro semestre foi marcado pela forte expansão do mercado de trabalho e aumento do consumo, especialmente dos serviços prestados às famílias (reflexo da retomada pós-pandemia), o que garantiu uma expansão de 1,4% em relação ao encerramento de 2021. Já as medidas de desoneração e gastos consolidaram a expansão da renda real (pelo Auxílio Brasil turbinado, consignado do Auxílio Brasil, queda da inflação, entre outros) e garantiram uma expansão do PIB no terceiro trimestre do ano, a despeito dos efeitos negativos da contração monetária já começarem a se fazer sentir no quarto trimestre.

Tarifas de energia elétrica

Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2022:

Em 22 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.045, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da RGE em 8,72%, sendo 7,60% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e 1,12% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 10,98% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 4,07% e da Parcela B de 3,53%.

Em 1º de setembro de 2021, por meio da Resolução nº 3/2021, entrou em vigor a "Bandeira Escassez Hídrica", no valor de R\$ 14,20 a cada 100 kWh, que ficou em vigor até abril de 2022. A escassez hídrica onerou o caixa das distribuidoras no fim de 2021, dado que os custos de energia se elevaram em função do despacho de termelétricas movidas a combustível fóssil, e a Bandeira Tarifária Vermelha II não foi suficiente para cobrir tal déficit.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Clientes: a RGE encerrou o ano com 3,1 milhões de clientes, com acréscimo de 42 mil consumidores, representando um crescimento de 1,4%.

Vendas de energia

Em 2022, as vendas para o mercado cativo totalizaram 11.779 GWh, uma queda de 8,9% em relação a 2021.

A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2022 foi de 48,8% para a classe residencial, 15,0% para a classe comercial e 10,7% para a classe industrial. Para essas classes de consumo destaca-se:

- **Classe Residencial:** crescimento de 0,4%, refletindo o aumento do número de consumidores em 2022 em relação a 2021 e o efeito positivo de temperatura no ano. Esses impactos foram parcialmente compensados pelo crescimento da geração distribuída na área de concessão da distribuidora, além da volta da mobilidade, após a pandemia de Covid-19;
- **Classes Comercial e Industrial:** reduções de 3,6% e 9,1%, o crescimento da geração distribuída na área de concessão da distribuidora e o efeito da movimentação de clientes para o mercado livre.

Nota: as vendas para o mercado cativo não consideram a energia vendida por meio da tarifa de uso (Uso D) das permissionárias que se tornaram parcialmente livres ao longo de 2021 e 2022, incluída na linha de "Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas" da nota explicativa de "Receita Operacional".

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente: a RGE obteve em 2022 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 72,2, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, resultado 3,4 pontos (ou 4,9%) acima do resultado de 2021. O índice foi superior à média nacional de 67,0, mantendo a empresa na 13ª posição no ranking de sua categoria que já ocupava em 2021.

Fornecimento de energia: a RGE desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2022, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 10,55 horas, e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,63 vezes.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 14.793 milhões em 2022, representando uma redução de 8,9% (R\$ 1.441 milhões), decorrente das seguintes reduções: (i) de 9,7% no fornecimento de energia elétrica (R\$ 1.043 milhões); (ii) de 86,3% no ativo e passivo financeiro setorial (R\$ 838 milhões); (iii) de 58,4% no suprimento de energia elétrica (R\$ 405 milhões). Estas variações foram parcialmente compensadas pelos seguintes aumentos: (iv) de 55,8% na receita com construção de infraestrutura (R\$ 679 milhões); (v) de 6,4% em outras receitas (R\$ 138 milhões); e de 5,5% na atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 28 milhões).

As deduções da receita operacional foram de R\$ 4.352 milhões em 2022, representando uma redução de 21,9% (R\$ 1.221 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 10.441 milhões em 2022, representando uma redução de 2,1% (R\$ 220 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): em 2022, o EBITDA foi de R\$ 2.621 milhões, representando um aumento de 20,8% (R\$ 451 milhões), devido à redução de 23,8% no custo com energia elétrica (R\$ 1.476 milhões). Esta redução foi parcialmente compensada pelas seguintes variações: (i) aumento de 55,8% nos custos com construção de infraestrutura (R\$ 679 milhões), que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; (ii) redução de 2,1% na receita líquida (R\$ 220 milhões); e (iii) aumento de 11,9% (R\$ 126 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de 13,4% (R\$ 46 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Aumento de 39,9% (R\$ 34 milhões) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 15,0% (R\$ 41 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Aumento de 0,6% (R\$ 2 milhões) em outros custos/despesas operacionais;
- ✓ Aumento de 24,8% (R\$ 3 milhões) no item Entidade de Previdência Privada.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2022	2021
Lucro Líquido	1.065.789	976.685
Amortização	474.783	412.698
Resultado Financeiro	501.841	276.604
Contribuição Social	153.772	134.381
Imposto de Renda	424.710	369.273
EBITDA	2.620.896	2.169.641

*Conforme Resolução CVM nº 156/22

Lucro líquido: a RGE apurou lucro líquido de R\$ 1.066 milhões em 2022, representando um aumento de 9,1% (R\$ 89 milhões), refletindo o aumento 20,8% no EBITDA (R\$ 451 milhões). Esta variação foi parcialmente compensada pelos seguintes aumentos: (i) de 81,4% nas despesas financeiras (R\$ 225 milhões); (ii) de 14,9% no imposto de renda e contribuição social (R\$ 75 milhões); e (iii) de 15,0% na amortização (R\$ 62 milhões).

Endividamento: no final de 2022, a dívida financeira (incluindo derivativos) da RGE atingiu R\$ 6.746 milhões, representando um aumento de 14,6%.

5. INVESTIMENTOS

No ano, foram investidos R\$ 1.956 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

6. ASPECTOS ESG (AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA)

A RGE desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaca a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de Sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: www.cpfl.com.br/ri > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Gestão ambiental: A empresa possui um Sistema de Gestão Ambiental certificado na norma ISO 14001 que abrange ações para garantir a conformidade com a legislação e normas vigentes, a melhoria contínua dos processos e o gerenciamento adequado dos riscos identificados. Possui contrato para atendimento a situações de emergência ambiental, além de seguimento específico. Realiza projetos visando aprimorar a qualidade ambiental nos municípios de sua área de concessão, como o Arborização + Segura.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): O Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e

externos; (iii) apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, (iv) monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade. O Programa conta, ainda, com um canal de ética gerido por uma empresa externa e independente, e um processo de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2022, temos como principal destaque a obtenção da Certificação ISO 37001 - Sistema de Gestão Antissuborno que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Além disso, enfatizamos a nota máxima no quesito Ética nos Negócios do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3); a revisão do Código de Conduta Ética e da Política Anticorrupção, bem como dos demais normativos internos, e ainda, a formalização de procedimentos de *due diligence*, *background check* e *compliance risk assessment*; a aplicação da metodologia do CRA (*Compliance Risk Assessment*) para todas as diretorias da empresa; treinamentos sobre temas do Programa de Integridade para colaboradores e fornecedores, a disponibilização do primeiro Game de Integridade e 11 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas "Integridade e diversidade", "Comportamento íntegro durante o período eleitoral", "Assédio moral e sexual", e "Comportamento íntegro e o combate à corrupção", dentre outras ações de comunicação; além de apurações de denúncias, avaliações de riscos, emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*, e aplicação do formulário de conflito de interesses.

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a RGE atua, em 2022 destacam-se: (i) **CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte em 11 cidades, beneficiando cerca de 3.900 mil jovens, através de projetos voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social entre crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo; (ii) **CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de melhorias na infraestrutura hospitalar, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar em 8 cidades, beneficiando cerca de 44 mil pessoas; (iii) **CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital - alcance nacional):** foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente atingiu 598 mil pessoas; (iv) **Circuito CPFL:** retomadas as atividades presencias do Circuito CPFL, que realizou 3 corridas do Circuito CPFL Energia e 20 sessões de cinema com o CineSolar. Ao todo o Circuito CPFL passou por 3 cidades, alcançando 7 mil pessoas;

(v) **Café Filosófico CPFL (programação digital - alcance nacional):** produzidas 26 gravações e exibidos 102 programas na grade da TV Cultura com audiência de mais de 23 milhões de espectadores. Nos canais do Instituto CPFL e do Café Filosófico CPFL no Youtube, 127 novos vídeos foram publicados com alcance durante o ano de 180 milhões de pessoas; (vi) **Voluntariado:** O programa atendeu 3 ONGs ao longo do ano. Em 2022, 298 pessoas foram beneficiadas; e (vii) **Eficiência Energética (0,5% da ROL)** - Em 2022 foram investidos R\$ 41,5 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: R\$ 9,6 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na (a) regularização de 3.066 clientes; substituição de (b) 43.300 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED); e (c) 1.390 trocadores de calor. Foram executados, também, projetos educacionais (d) RGE nas Escolas, que beneficiou 67.435 alunos e capacitou 1.535 professores do ensino fundamental e médio no uso consciente e seguro da energia elétrica, com um investimento de R\$ 3,2 milhões. Executou ainda (e) projetos de Iluminação Pública, que proporcionaram a substituição de 6.054 pontos de iluminação por LED, com um investimento total de R\$ 6,9 milhões. (f) Em ações no Comércio, Indústrias e outros, foram aplicados mais R\$ 4,3 milhões. Por fim, (g) investiu R\$ 19,2 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a Substituição de lâmpadas por LED em Hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão e substituição de geladeiras tradicionais por freezers científicos em unidades de saúde.

Gestão de Recursos Humanos: Em 2022, treinamos 4.410 colaboradores da base ativa, 97% já passou por algum treinamento. Foram 382.977 horas de treinamento. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com Escolas para formação de eletricitistas ao longo do ano, foram 320 participantes, 292 aprovados, 298 admitidos (54 mulheres e 244 homens) sendo 91% dos participantes aprovados x 100% contatados.

Rede de Valor: Em 2022, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, todos em formato online. Eles contaram com a participação de 145 parceiros e abordaram os seguintes temas: Cenário Econômico 2022, Plano Estratégico CPFL, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Práticas de Gestão, Sustentabilidade, Mercado Livre de Energia e Segurança do Trabalho.

7. AUDITORES INDEPENDENTES

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi contratada pela RGE para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)
Revisão da ECD Contábil do ano calendário 2022
Serviços de Tecnologia da Informação - Segurança da Informação
Serviços de Benchmarking para dados de Capital Humano

A contratação dos auditores independentes é de competência do Conselho de Administração, que analisa sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes. Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a Administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. AGRADECIMENTOS

A Administração da RGE Sul agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2022. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

continua →

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais)

Demonstrações dos Resultados
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto lucro por ação)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022		31/12/2021		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022		31/12/2021		Receita operacional líquida	Nota explicativa	2022		2021	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021	2022	2021						
Circulante						Circulante						25		10.440.750		10.660.448	
Caixa e equivalentes de caixa	5	464.913	322.437			Fornecedores	15	890.460	1.090.239								
Títulos e valores mobiliários	6	615	3.568			Empréstimos e financiamentos	16	491.124	435.612								
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	1.219.024	1.403.690			Debêntures	17	130.440	159.762								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	25.465	14.001			Taxas regulamentares	19	9.292	142.599								
Outros tributos a compensar	8	132.966	99.338			Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	22.425	17.875								
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	541.208	478.204			Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	66.007	159.921								
Derivativos	32	39.714	103.613			Mútuos com coligadas, controladas e controladora	29	-	126.750								
Ativo financeiro setorial	9	52.746	595.997			Dividendo e juros sobre capital próprio	29	185.718	-								
Estoques		30.167	18.507			Obrigações estimadas com pessoal		38.556	34.070								
Outros ativos	12	336.620	411.022			Passivo financeiro setorial	9	134.653	-								
Total do circulante		2.843.438	3.450.376			PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	250.942	-								
Não circulante						Outras contas a pagar	22	545.918	442.046								
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	58.168	79.690			Total do circulante		2.765.534	2.608.874								
Depósitos judiciais	21	93.954	106.144			Não circulante											
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	403	2.751			Fornecedores	15	244.771	221.283								
Outros tributos a compensar	8	172.572	114.026			Empréstimos e financiamentos	16	3.089.830	3.283.120								
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	1.963.226	2.283.726			Debêntures	17	3.124.420	2.376.098								
Ativo financeiro setorial	9	55.675	253.379			Entidade de previdência privada	18	90.209	160.542								
Derivativos	32	128.930	289.343			Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	9.154	8.802								
Créditos fiscais diferidos	10	-	539			Débitos fiscais diferidos	10	322.552	-								
Ativo financeiro da concessão	11	8.010.390	5.904.078			Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	208.196	215.196								
Outros ativos	12	19.043	4.566			Derivativos	32	78.634	24.133								
Ativo contratual	13	614.740	650.777			Passivo financeiro setorial	9	98.267	-								
Intangível	14	2.263.970	2.340.592			PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	2.069.786	2.768.506								
Total do não circulante		13.381.071	12.029.611			Outras contas a pagar	22	155.174	117.810								
						Total do não circulante		9.490.993	9.175.490								
						Patrimônio líquido											
						Capital social		2.842.391	2.831.534								
						Reserva de capital		163.105	173.962								
						Reserva legal		288.073	234.784								
						Reserva de lucros a realizar		355.275	-								
						Reserva estatutária - reforço de capital de giro		404.100	-								
						Dividendo		-	591.850								
						Resultado abrangente acumulado		(84.962)	(136.508)								
						Total do patrimônio líquido		3.967.983	3.695.623								
						Total do passivo e do patrimônio líquido		16.224.509	15.479.987								
Total do ativo		16.224.509	15.479.987					16.224.509	15.479.987								

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros		Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
				Reserva de lucros a realizar	Reserva de capital de giro				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.820.677	184.819	185.950	-	489.922	-	(140.739)	-	3.540.630
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	976.685	976.685
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	18.405	18.405
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(14.174)	(14.174)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	10.857	(10.857)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	48.834	-	-	-	-	-	(48.834)
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	591.850	-	(591.850)	-
Aprovação de dividendos intermediários AGE 07/10/2021 e 11/11/2021	-	-	-	-	-	(489.922)	-	(336.000)	(825.922)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.831.534	173.962	234.784	-	-	591.850	(136.508)	-	3.695.623
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.065.789	1.065.789
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	54.011	54.011
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(2.466)	(2.466)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	10.857	(10.857)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	53.289	-	-	-	-	-	(53.289)
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	355.275	-	-	-	-	(355.275)
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	404.100	-	-	-	(404.100)
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	(67.407)	(67.407)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(591.850)	-	-	(591.850)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(185.718)	(185.718)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.842.391	163.105	288.073	355.275	404.100	-	(84.962)	-	3.967.983

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes dos tributos	1.644.271	1.480.339
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	474.783	412.698
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	97.149	66.648
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	85.430	110.853
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	55.054	(125.018)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	16.095	12.896
Perda (ganho) na baixa de não circulante	92.320	95.517
	2.465.102	2.053.933
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	28.530	(173.143)
Tributos a compensar	375.392	189.930
Depósitos judiciais	18.940	20.405
Ativo financeiro setorial	47.428	(607.717)
Contas a receber - CDE	(4.961)	(1.615)
Outros ativos operacionais	168.277	(95.119)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(176.291)	69.415
Outros tributos e contribuições sociais	(99.067)	(5.540)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(4.594)	(5.395)
Taxas regulamentares	240	118.942
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(112.735)	(112.535)
Passivo financeiro setorial	243.944	(268.451)
Contas a pagar - CDE	7.321	(6.869)
Outros passivos operacionais	106.644	87.106
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	3.064.170	1.263.347
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(372.095)	(191.055)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(273.976)	(330.353)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	2.418.099	741.939
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(191.669)	(26.239)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	178.224	775.179
Adições de ativo contratual	(1.955.912)	(1.253.015)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(1.969.357)	(504.075)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	1.877.592	2.260.046
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(1.267.748)	(1.920.552)
Liquidação de operações com derivativos	(121.920)	525.509
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(659.258)	(989.230)
Amortização de mútuo com controladas e coligadas	(134.932)	(183.800)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(306.266)	(308.027)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	142.476	(70.163)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	322.437	392.601
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	464.913	322.437

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.065.789	976.685
Outros resultados abrangentes	51.546	4.231
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	54.011	18.405
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	(2.466)	(14.174)
Resultado abrangente do exercício	1.117.335	980.916

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais)

	2022	2021
1 - Receita	14.707.509	16.122.687
1.1 Receita de venda de energia e serviços	12.895.993	15.015.776
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	1.896.946	1.217.764
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(85.430)	(110.853)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(7.840.591)	(8.679.290)
2.1 Custo com energia elétrica	(5.276.707)	(6.875.202)
2.2 Material	(1.149.682)	(703.038)
2.3 Serviços de terceiros	(1.093.370)	(802.375)
2.4 Outros		

→ continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras foi dada pela Administração em 10 de março de 2023. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos Financeiros. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são: • Nota 7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição ("TUSD") não faturados); • Nota 9 - Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens); • Nota 10 - Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos em função de disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados); • Nota 11 - Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 32); • Nota 12 - Outros ativos (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada); • Nota 13 - Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 14 - Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 16 - Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 17 - Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 18 - Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos); • Nota 20 - Imposto de renda e contribuição social a recolher (incertezas sobre os tributos sobre o lucro); • Nota 21 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e; • Nota 32 - Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo). Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Segmento operacional:** A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional. **2.6 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas. **3.2 Contratos de concessão:** O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão. Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos e (ii) ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 25). O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflete o benefício econômico esperado até o término da concessão. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contrapõe a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica. Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes. **3.3 Instrumentos financeiros:** - **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequente e ganhos e perdas: **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. **Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros

resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 32). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. **Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: • a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; e • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). - **Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem: i. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes. ii. Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Para as dívidas contratadas a partir do primeiro trimestre de 2020, devido à características na época das contratações, a Companhia reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo no resultado (nota 16). Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32. - **Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **3.4 Intangível e Ativo contratual:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem. O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflete o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2. Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica. Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47. **3.5 Redução ao valor recuperável ("impairment"):** - **Ativos financeiros:** A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado, como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento em um montante líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações. A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos. A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em

um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*). Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou, • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. As perdas por *impairment* relacionadas a consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício. - **Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros com vida útil indefinida como o ágio, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso. Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa - "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*. **3.6 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **3.7 Benefícios a empregados:** A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão sendo considerada Patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características: i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados. ii. Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado. Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano. **3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data-base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. **3.9 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, consequentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como "Não Faturado". Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia. **3.10 Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporariamente inaduetivas, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos não são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.11 Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício.

continua →

→ continuação **RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12 Subvenção governamental - CDE: As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares - nota 25.3). As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

3.13 Ativo e passivo financeiro setorial: Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis). A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

• Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificável como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.14 Arrendamentos: Com a adoção do CPC 06 (R2) a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia. O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de amortização aplicado para itens similares do ativo intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia mensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Novas normas e emendas às normas foram emitidas pela CVM e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras: **a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23):** Em maio de 2022 a CVM aprovou as alterações ao CPC 23, no qual introduz a definição de estimativas contábeis, além de outras alterações para ajudar as entidades a distinguir mudanças em estimativas contábeis de mudanças em políticas contábeis. Na nova definição, estimativas contábeis constitui-se como "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza de mensuração". Em relação às demais alterações, também houve o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. **b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26):** Em maio de 2022 a CVM aprovou as alterações ao CPC 26 (R1) para fornecer orientações através de guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem o termo de "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais", considerando que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Isto é, são materiais devido à natureza das transações, eventos ou condições que estão relacionadas. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. **c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações ao CPC 32):** Em maio de 2022, a CVM aprovou as alterações ao CPC 32, na qual, estabelece o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis. As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. **d) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26):** Em maio de 2022 a CVM emitiu alterações ao CPC 26 (R1) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não estão vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras

4 DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO
 Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória. - **Intangível e ativo contratual:** O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. - **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora. O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação. Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos bancários	34.501	55.033
Aplicações financeiras	430.412	267.404
Títulos de crédito privado (a)	430.412	261.053
Operações compromissadas (b)	-	6.351
Total	464.913	322.437

a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") no montante de R\$ 354.544 (R\$ 261.053 em 31 de dezembro de 2021) e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 75.868 (R\$ 6.351 em 31 de dezembro de 2021), ambas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,81% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (101,93% do CDI em 31 de dezembro de 2021). b) Representa valores aplicados em operações compromissadas em debêntures R\$ 6.351 em 31 de dezembro de 2021, e remuneração equivalente, na média de 86,50% do CDI.

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicação direta	615	3.568
Total	615	3.568

Representa valores em títulos de capitalização no montante de R\$ 615 cuja remuneração é equivalente, à média de 100% da TR e R\$ 3.568 em 31 de dezembro de 2021 são valores em debêntures de emissão própria mantidas em tesouraria com remuneração equivalente, na média de 109,75% do CDI.

7 CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Circulante	Saldos		Vencidos		Total	
	vencidos	até 90 dias > 90 dias	até 90 dias	> 90 dias	31/12/2022	31/12/2021
Classes de consumidores						
Residencial	320.037	133.210	24.262	477.509	643.063	
Industrial	20.756	12.842	21.322	54.920	48.711	
Comercial	69.694	19.248	25.682	114.624	148.207	
Rural	54.356	14.215	12.676	81.247	95.366	
Poder público	20.057	1.667	3.787	25.511	33.103	
Iluminação pública	22.762	423	1.063	24.249	32.008	
Serviço público	14.033	807	123	14.963	17.216	
Faturado	521.696	182.412	88.915	793.022	1.017.675	
Não faturado	421.331	-	-	421.331	380.271	
Parcelamento de débito de consumidores	37.163	17.224	14.985	69.373	109.018	
Operações realizadas na CCEE	10.624	-	-	10.624	78.421	
Concessionárias e permissionárias	16.757	-	-	16.757	22.653	
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(2.477)	-	-	(2.477)	(96.476)	
Outros	1.799	-	-	1.799	2.508	
Total	1.006.894	199.636	103.900	1.310.429	1.514.069	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(91.405)	(110.379)	
Total				1.219.024	1.403.690	
Não circulante						
Precatórios	31.148	-	-	31.148	36.263	
Parcelamento de débito de consumidores	27.021	-	-	27.021	43.427	
Total	58.168			58.168	79.690	

Parcelamento de débitos de consumidores - refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia. **Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica:** criado pelo Governo Federal no âmbito da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética (CREG) ofereceu descontos aos consumidores que reduziram o consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), limitado a 20% (vinte por cento), no período de setembro a dezembro de 2021 comparado ao de setembro a dezembro de 2020. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"):** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 32 (e). A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2020	(81.897)	(16.908)	(98.805)
Provisão revertida (constituída) líquida	(170.141)	(191)	(170.332)
Recuperação de receita	59.479	-	59.479
Baixa de contas a receber provisionadas	82.180	-	82.180
Saldo em 31/12/2021	(110.379)	(17.099)	(127.478)
Provisão revertida (constituída) líquida	(152.940)	128	(152.813)
Recuperação de receita	67.383	-	67.383
Baixa de contas a receber provisionadas	104.531	-	104.531
Saldo em 31/12/2022	(91.405)	(16.972)	(108.377)

9 ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2021	Receita operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)		Recebimento			Saldo em 31/12/2022				
		Diferido	Homo-logado	Total	Cons-tituição	Realização	Atualização monetária	Devolução de PIS/COFINS	Conta de comércio-lização de Itaipu	Conta de escassez hídrica	CDE Eletrobrás	Diferido	Homo-logado
Parcela "A"	700.474	163.228	863.702	(189.887)	(203.626)	90.059	-	(5.172)	(107.791)	(198.326)	106.559	142.402	248.961
CVA (*)													
CDE (**)	(42.531)	15.666	(26.865)	187.148	8.424	6.137	-	-	-	(198.326)	(6.505)	(16.976)	(23.481)
Custos energia elétrica	(41.058)	(83.385)	(124.443)	(875.674)	402.972	(48.447)	-	-	(29.951)	-	(353.691)	(321.852)	(675.543)
ESS e EER (***)	395.388	43.536	438.924	(84.474)	(184.252)	34.516	-	-	(77.840)	-	(45.225)	172.098	126.873
Proinfa	-	6.798	6.798	40.492	(29.687)	4.001	-	-	-	-	-	21.604	21.604
Rede básica	61.972	38.303	100.275	145.716	(78.550)	14.168	-	-	-	-	146.292	35.318	181.609
Repasse de Itaipu	467.677	134.170	601.847	232.446	(407.461)	77.585	-	(5.172)	-	-	158.741	340.504	499.245
Transporte de Itaipu	(939)	7.089	6.150	7.660	(5.821)	192	-	-	-	-	9.575	(1.394)	8.181
Neutralidade dos encargos setoriais	6.546	(8.353)	(1.807)	4.799	14.544	21	-	-	-	-	23.418	(5.860)	17.558
Sobrecontratação	(146.581)	9.406	(137.175)	152.164	76.205	1.885	-	-	-	-	174.119	(81.004)	93.079
Bandeira Tarifária Faturada	-	-	-	(164)	-	-	-	-	-	-	(164)	-	(164)
Outros componentes financeiros	101.841	(116.167)	(14.326)	134.840	391.718	18.730	(657.746)	(66.561)	(180.114)	-	(96.406)	(277.054)	(373.460)
Devolução crédito de PIS e COFINS	-	(117.845)	(117.845)	-	449.731	6.008	(657.746)	-	-	-	-	(319.853)	(319.853)
Outros	101.841	1.678	103.519	134.840	(58.013)	12.722	-	(66.561)	(180.114)	-	(96.406)	42.799	(53.607)
Total	802.315	47.061	849.376	(55.047)	188.092	108.789	(657.746)	(71.733)	(287.905)	(198.326)	10.153	(134.653)	(124.499)
Ativo circulante			595.997										52.746
Ativo não circulante			253.379										55.675
Passivo circulante			-										(134.653)
Passivo não circulante			-										(98.267)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"
 (**) Conta de desenvolvimento energético
 (***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")
CVA: referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. **Neutralidade dos encargos setoriais:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras. **Sobrecontratação:** as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. **Outros componentes financeiros: (i) Devolução do crédito de PIS/COFINS:** conforme resolução homologatória ("REH") nº 3.045 relativo ao RTA de 2022, foi considerado o passivo regulatório relativo aos créditos de PIS/COFINS, decorrente da ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 657.746. Este valor estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no segundo trimestre de 2022 (nota 8.1). **(ii) Outros:** (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que será amortizado quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica.

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Recebimento da conta de Comercialização de Itaipu: conforme disposto no Decreto nº 10.665/21, em função do saldo positivo da Conta de Comercialização de ITAIPU em 2020, a Companhia recebeu aporte adicional no primeiro semestre de 2022, no valor de R\$ 5.172, devido à mitigação do reajuste tarifário de junho de 2021. Ademais, conforme disposto no Decreto nº 11.027/22 e na Resolução Homologatória nº 3.093 /22, em função do saldo positivo dessa conta em 2021, foi estabelecido novo repasse em setembro de 2022, no montante de R\$ 66.561, de forma a miligar o reajuste tarifário de junho de 2022. Os repasses serão cobrados posteriormente de todos os consumidores para devolução à Conta de Comercialização de ITAIPU, quando então será oferecido como bônus aos consumidores residenciais e rurais, nos termos do art. 21 da Lei nº 10.438/02. **Recebimento - Conta de escassez hídrica:** O Decreto nº 10.939/2022 regulamentou as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica. Ficou autorizada a criação da Conta de Escassez Hídrica, posteriormente regulamentada pela ANEEL por meio da Consulta Pública nº 02/2022 resultando na publicação da Resolução Normativa nº 1.008/2022. A Companhia manifestou necessidade de aporte por meio de termo de aceitação, e teve o recurso homologado através do Despacho nº 1.177/2022, com recebimento de R\$ 287.905 no segundo trimestre de 2022, para cobrir os custos com: i) "Importação de Energia" com repasse de R\$ 29.951; ii) "Custo do Bônus de Redução Incentivada" com repasse de R\$ 77.840 e iii) Diferimento do processo tarifário de 2021" com repasse de R\$ 180.114. **Recebimento - CDE Eletrobrás:** Conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás serão destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, com início em 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2022 ocorreu em julho de 2022, cujo valor de R\$ 198.326 foi homologado por meio do Despacho nº 1.959. **Alterações em função da versão 2022 do Manual de contabilidade do setor elétrico - MCSE:** A ANEEL, através do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021, aprovou a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, cujas principais mudanças envolvendo os ativos e passivos financeiros setoriais foram: (i) alteração da contabilização da Bandeira tarifária faturada ainda não homologada pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRB") para ativo ou passivo financeiro setorial, antes era registrada em taxas regulamentares (nota 19), e (ii) alteração na contabilização dos ativos e passivos financeiros setoriais por ciclo tarifário (homologado e diferido).

10 CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 - Composição dos créditos e (débitos) fiscais diferidos:

	31/12/2022	31/12/2021
Crédito (Débito) de contribuição social		
Bases negativas	20.449	52.952
Benefício fiscal do intangível incorporado	37.396	39.513
Diferenças temporariamente ineditáveis/tributáveis	(147.899)	(97.561)
Subtotal	(90.054)	(5.096)
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Prejuízos fiscais	59.677	149.240
Benefício fiscal do intangível incorporado	118.657	127.397
Diferenças temporariamente ineditáveis/tributáveis	(410.831)	(271.002)
Subtotal	(232.498)	5.635
Total	(322.552)	539

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de bases negativas e prejuízo fiscais, diferenças temporariamente ineditáveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros. **10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:** Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) - Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. A taxa anual de amortização aplicada é linear de 4,11% ao ano.

10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente ineditáveis/tributáveis:

	31/12/2022		31/12/2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente ineditáveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19.153	53.202	19.782	54.951
Entidade de previdência privada	1.566	4.351	531	1.476
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.323	28.675	11.940	33.165
Provisão energia livre	313	870	313	870
Programas de P&D e eficiência energética	(805)	(2.237)	1.261	3.502
Provisão relacionada a pessoal	1.711	4.753	1.439	3.996
Marcação a Mercado - Derivativos	18.334	50.928	8.271	22.975
Marcação a Mercado - Dívidas	(24.266)	(67.405)	(12.102)	(33.618)
Derivativos	(26.534)	(73.707)	(42.225)	(117.291)
Registro da concessão - ajuste do intangível	1.516	4.212	1.830	5.083
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(165.083)	(458.564)	(116.636)	(323.990)
Outros	9.707	26.964	14.842	41.228
Diferenças temporariamente ineditáveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	6.621	18.393	13.987	38.852
Marcação a Mercado - Derivativos	109	302	196	545
Marcação a Mercado - Dívidas	(565)	(1.568)	(988)	(2.745)
Total	(147.899)	(410.831)	(97.561)	(271.002)

10.4 - Expectativa do período de recuperação: A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de bases negativas, prejuízos fiscais, diferenças temporariamente ineditáveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Expectativa de recuperação				
2023			214.833	
2024			90.389	
2025			55.553	
2026			55.553	
2027			81.855	
Total			498.182	

10.5 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2022 e 2021:

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.644.271	1.644.271	1.480.339	1.480.339
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Amortização de intangível adquirido	-	44	-	44
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(5.664)	(5.664)	(10.628)	(10.628)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	61.704	61.704	52.935	52.935
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	8.272	(1.516)	(29.916)	(45.596)
Base de cálculo	1.708.583	1.698.839	1.492.730	1.477.093
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(153.772)	(424.710)	(134.346)	(369.273)
Provisão para riscos fiscais	-	-	(35)	-
Total	(153.772)	(424.710)	(134.381)	(369.273)
Corrente	(75.842)	(206.102)	(90.189)	(244.397)
Diferido	(77.930)	(218.608)	(44.192)	(124.876)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social e diferidos registrados no resultado do exercício de R\$ 296.538 (R\$ 169.068 em 2021), referem-se a, (i) benefício fiscal do intangível incorporado de R\$ 10.857 (R\$ 10.857 em 2021), (ii) diferenças temporárias de R\$ 163.615 (R\$ 8.281 em 2021) e (iii) prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 122.066 (R\$ 149.931 em 2021).

10.6 - Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas (ganhos) atuariais				
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	28.785	28.785	(12.024)	(12.024)
Base de cálculo	(81.835)	(81.835)	(23.437)	(23.437)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	7.365	20.459	2.109	5.859
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	-	-	(787)	(2.185)
Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuariais	7.365	20.459	1.322	3.675
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	3.736	3.736	21.476	21.476
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados sobre o risco de crédito	(336)	(934)	(1.933)	(5.369)
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	7.029	19.525	(612)	(1.694)

11 ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

	2022	2021
Saldo em 31/12/2020	4.513.915	
Transferência - ativo contratual	898.439	
Transferência - intangível em serviço	9.010	
Ajuste ao valor justo	522.435	
Baixas	(39.721)	
Saldo em 31/12/2021	5.904.078	
Transferência - ativo contratual	1.595.009	
Transferência - intangível em serviço	885	
Ajuste ao valor justo	559.063	
Baixas	(48.646)	
Saldo em 31/12/2022	8.010.390	

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" - nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do exercício. Em 2022, o valor das baixas de R\$ 48.646 (R\$ 39.721 em 2021) refere-se a baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 20.768 (R\$ 12.316 em 2021) e a baixa do ativo de R\$ 27.878 (R\$ 27.405 em 2021).

12 OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos - fornecedores	256	9.876	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	29.417	11.613	-	-
Ordens em curso	168.303	153.090	-	-
Serviços prestados a terceiros	7.464	10.368	-	-
Despesas antecipadas	26.236	29.326	2.885	4.566
Contas a receber - CDE	67.878	62.917	-	-
Adiantamentos a funcionários	6.825	6.483	-	-
Arrendamentos e alugueis	21.613	17.278	-	-
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica a receber (nota 7)	4.378	96.478	-	-
Outros	21.221	30.691	16.158	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(16.972)	(17.099)	-	-
Total	336.620	411.022	19.043	4.566

Ordens em curso - compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética ("PEE") e Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 22). **Despesas antecipadas** - refere-se a antecipação de despesas com licença de software, IPTU e PROINFA. **Contas a receber - CDE** - refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 13.997 (R\$ 11.877 em 31 de dezembro de 2021); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 51.200 (R\$ 51.040 em 31 de dezembro de 2021) (nota 25.3) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 2.681. **Outros:** refere-se, principalmente, ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia.

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo Pós Fixado							
TJLP	427	-	(426)	6	-	(7)	-
IPCA	1.903.727	297.139	(114.794)	225.108	-	(94.892)	2.216.290
Gastos com captação	(17.179)	-	-	3.176	-	-	(14.003)
Total moeda nacional	1.886.975	297.139	(115.220)	228.290	-	(94.899)	2.202.287
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	1.692.701	-	(119.198)	31.541	(115.664)	(31.174)	1.458.206
Euro	187.339	-	(168.330)	193	(18.865)	(337)	-
Marcação a mercado	(48.284)	-	-	(31.255)	-	-	(79.539)
Total moeda estrangeira	1.831.756	-	(287.528)	479	(134.529)	(31.511)	1.378.667
Circulante	3.718.732	297.139	(402.748)	228.769	(134.529)	(126.410)	3.580.954
Não circulante	435.612	-	-	-	-	-	491.124
Total	4.154.344	297.139	(690.276)	228.769	(134.529)	(157.921)	3.089.830
Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo Pós Fixado							
TJLP	1.451	-	(1.022)	43	-	(45)	427
IPCA	1.196.305	661.480	(104.293)	210.977	-	(60.742)	1.903.727
Gastos com captação	(20.357)	-	-	3.178	-	-	(17.179)
Total moeda nacional	1.177.398	661.480	(105.315)	214.199	-	(60.787)	1.886.975
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	2.474.018	340.000	(1.246.053)	46.968	133.421	(55.652)	1.692.701
Euro	644.243	-	(444.184)	3.138	(12.473)	(3.385)	187.339
Marcação a mercado	(20.422)	-	-	(27.862)	-	-	(48.284)
Total moeda estrangeira	3.097.839	340.000	(1.690.237)	22.244	120.948	(59.037)	1.831.756
Total	4.275.237	1.001.480	(1.795.552)	236.443	120.948	(119.825)	3.718.732
Circulante	1.803.770	-	-	-	-	-	435.612
Não circulante	2.471.467	-	-	-	-	-	3.283.120

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
Moeda nacional					
Mensuradas ao custo Pós Fixado					
TJLP	-	-	427	2017 a 2022	Fiança Bancária
FINEP	-	-	427	-	-
IPCA	-	-	-	-	-
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74% (*)	2.216.290	1.903		

→ continuação **RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratos em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32. (*) A Companhia possui empréstimo em moeda estrangeira atrelado a Libor, e apesar de a taxa Libor ser descontinuada em junho de 2023, esta mudança não trará impactos nas demonstrações financeiras, pois temos um SWAP nos mesmos termos do empréstimo que anula a exposição da Libor trocando-a por CDI. A Administração da Companhia está avaliando junto à Instituição financeira qual indexador irá substituir a Libor. **Taxa efetiva a.a.:** (*) De 90% a 120% do CDI. Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil. As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2022 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 79.539 (R\$ 48.284 em 31 de dezembro de 2021), que reduzidos das perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 76.740 (R\$ 33.874 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação cambial (nota 32), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 2.799 (R\$ 14.410 em 31 de dezembro de 2021). Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	
2024	537.153
2025	840.147
2026	385.475
2027	1.395.605
Subtotal	3.158.380
Marcação a mercado	(68.551)
Total	3.089.830

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		% da dívida	
	2022	2021	31/12/2022	31/12/2021
TJLP	6,31	4,80	-	0,01
IPCA	7,17	10,06	61,50	50,73
CDI	13,65	4,40	38,50	49,26
			100,00	100,00

Adições no exercício:

Modalidade	Total aprovado	Montantes liberados em 2022	Pagamento de juros	Amortização do principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro e taxa efetiva anual
Moeda nacional - IPCA						
Empréstimo bancário (IPCA - BNDES)	353.019	70.607	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,34%
Empréstimo bancário (IPCA - BNDES)	1.132.601	226.532	Trimestral	em junho de 2027	Investimento	IPCA + 4,34%
	1.485.620	297.139				

Condições restritivas: Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"). Ainda o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e, • EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia, para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos). A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia, não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

17 DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	1.489.897	1.090.000	(865.000)	179.457	(175.245)	1.719.109
IPCA	168.163	-	-	18.662	(8.932)	177.893
Gastos com captação	(26.836)	(2.547)	-	23.407	-	(5.977)
Total ao custo	1.631.223	1.087.453	(865.000)	221.526	(184.177)	1.891.025
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	1.001.805	493.000	-	126.891	(61.508)	1.560.188
Marcação a mercado	(97.169)	-	-	(99.185)	-	(196.354)
Total ao valor justo	904.637	493.000	-	27.705	(61.508)	1.363.834
Total	2.535.860	1.580.453	(865.000)	249.232	(245.685)	3.254.860
Circulante	159.762					130.440
Não circulante	2.376.098					3.124.420

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	CDI + 1,20% a 1,40%	(a) 1.719.109	1.489.897	2021 a 2028	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 5,35%	(b) 177.893	168.163	2017 a 2024	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação		(5.977)	(26.836)		
Total mensuradas ao custo		1.891.025	1.631.223		
Mensuradas ao valor justo					
Pós fixado					
IPCA	IPCA + 4,30% a 5,99% (1)	(c) 1.560.188	270.320	2018 a 2029	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
IPCA	IPCA + 4,30% (1)	(c) -	731.485	2029 a 2031	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado		(196.354)	(97.169)		
Total mensuradas ao valor justo		1.363.834	904.637		
Total		3.254.860	2.535.860		

(1) Algumas debêntures possuem swap convertendo variação em IPCA para variação CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

Taxa efetiva a.a.:

- (a) CDI + 1,20% a 1,58%
- (b) IPCA+ 5,49%
- (c) CDI + 1,48% e IPCA + 5,99% a 6,31%

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil. As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2022 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 196.354 (R\$ 97.169 em 31 de dezembro de 2021), que deduzidos das perdas obtidas não realizadas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 128.179 (R\$ 66.571 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 32), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 68.175 (R\$ 30.598 em 31 de dezembro de 2021). O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	
2024	224.745
2025	138.765
2026	1.289.844
2027	200.428
2028	1.466.991
Subtotal	3.320.774
Marcação a mercado	(196.354)
Total	3.124.420

Adições no exercício:

Modalidade	Montante em R\$ mil				Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
	Quantidade emitida	Liberado em 2022	Liberado dos gastos de emissão	Pagamento de juros				
Moeda nacional								
IPCA								
13ª Emissão	493.000	493.000	493.000	Semestral	2 Parcelas Mai/28 e Mai/29	IPCA + (a) 5,9853%	IPCA +	CDI + 0,60%
CDI								
14ª Emissão	1.090.000	1.090.000	1.087.453	Semestral	Parcela única em dezembro de 2026	CDI + (a) 1,20%	CDI +	Não se aplica
	1.583.000	1.583.000	1.580.453					

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívida e reforço de capital de giro Companhia.

Pré-pagamento: Durante o exercício de 2022 foram liquidadas antecipadamente R\$ 1.398.334 em debêntures, cujo os vencimentos originais eram até maio de 2024. **Condições restritivas:** As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia:** • Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75. • EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia, não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

18 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados e ex-empregados administrado pela Fundação Família Previdência de Previdência Privada, que são distintos entre os colaboradores da incorporadora e os colaboradores da incorporada (extinta Rio Grande Energia S.A.), sendo conforme abaixo:

18.1 - Características: "Plano 1" (Plano Único da incorporada): Plano do tipo "benefício definido" com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 1997. Este plano estava registrado na extinta Rio Grande Energia S.A. até o agrupamento das distribuidoras aprovado em 31 de dezembro de 2018, conforme mencionado na nota 1; e **"Plano 2" (Plano Único da incorporadora):** Plano do tipo "benefício definido", que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da Companhia é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação Família Previdência. Para os colaboradores contratados após o fechamento dos planos da Fundação Família Previdência, foram implantados planos de previdência privada na modalidade de "contribuição definida", sendo Bradesco Vida e Previdência para colaboradores contratados entre 1997 e 2018 pela extinta Rio Grande Energia S.A., e Itauprev para os colaboradores contratados pela companhia a partir de 2011, bem como para novos colaboradores a serem contratados após o evento de agrupamento das distribuidoras. Ao final do exercício de 2022 a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

18.2 - Movimentações dos planos de benefício definido:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	439.609	589.674	472.498	622.201
Valor justo dos ativos do plano	(468.394)	(499.466)	(451.414)	(482.743)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	(28.785)	90.209	21.084	139.458
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	28.785	-	-	-
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	-	90.209	21.084	139.458

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos e passivos do plano são como segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020	452.237	670.330		
Custo do serviço corrente bruto	(1.167)	1.142		
Juros sobre obrigação atuarial	33.746	50.085		
Contribuições de participantes vertidas no exercício	205	554		
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	25.026	14.221		
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(9.252)	(76.057)		
Benefícios pagos no exercício	(28.297)	(38.074)		
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021	472.498	622.201		
Custo do serviço corrente bruto	(79)	1.367		
Juros sobre obrigação atuarial	42.801	56.456		
Contribuições de participantes vertidas no exercício	160	565		
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	10.647	-		
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(52.349)	(45.221)		
Benefícios pagos no exercício	(34.069)	(45.694)		
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022	439.609	589.674		
Plano 1	463.399	(493.876)		
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020	(468.394)	(499.466)		
Rendimento esperado no exercício	(34.980)	(36.792)		
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(205)	(554)		
Contribuições de patrocinadoras	(2.160)	(3.201)		
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	21.033	13.616		
Benefícios pagos no exercício	28.297	38.074		
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2021	(451.414)	(482.733)		
Rendimento esperado no exercício	(40.933)	(43.517)		
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(160)	(565)		
Contribuições de patrocinadoras	(2.308)	(2.286)		
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(7.648)	(16.049)		
Benefícios pagos no exercício	34.069	45.694		
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2022	(468.394)	(499.456)		

18.3 - Movimentações dos passivos registrados: As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2
Passivo atuarial no início do exercício	21.084	139.458	-	176.444
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	1.789	14.306	(1.539)	14.435
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(2.308)	(2.286)	(2.160)	(3.201)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	10.647	-	25.026	14.221
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(52.349)	(45.221)	(9.252)	(76.057)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(7.648)	(16.049)	21.033	13.616
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	28.785	-	(12.024)	-
Passivo atuarial no fim do exercício	-	90.209	21.084	139.458

18.4 - Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2023 estão apresentadas no montante de R\$ 2.425 (plano 1) e R\$ 2.411 (plano 2). Os benefícios esperados a serem pagos pela Fundação Família Previdência nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano de pagamento	Plano 1	Plano 2
2023	35.530	47.085
2024	36.729	48.670
2025	37.973	50.198
2026	39.189	51.726
2027 a 2032	260.908	345.337
Total	410.329	543.016

Em 31 de dezembro de 2022, a duração média da obrigação do benefício definido foi 9,4 anos (Plano 1) e 9,6 anos (Plano 2).

18.5 - Receitas e despesas com entidade de previdência privada: Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2023 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2022 e 2021, são como segue:

	2023 estimadas		2022 realizadas	
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2
Custo do serviço	(80)	848	(79)	1.367
Juros sobre obrigações atuariais	43.830	58.821	42.801	56.456
Rendimento esperado dos ativos do plano	(46.955)	(49.605)	(40.933)	(43.517)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	2.991	-	-	-
Total da despesa (receita)	(214)	10.0		

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	Planos 1 e 2	
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,39% a.a.	9,41% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,39% a.a.	9,41% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,88% a.a.(*)	5,74% a.a.(*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.

Tábua biométrica de mortalidade geral:	(**)	BR-EMS sb v.2015
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light média
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula

Probabilidade de ingresso na aposentadoria: primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(*) Índice estimado de aumento nominal dos salários para a RGE (Plano 1) foi de 4,45% em 2022 e de 5,22% em 2021.

(**) Tábua biométrica de mortalidade geral para a RGE Sul é BR-EMSsb v.2021 por sexo.

18.6 - Ativos do plano: As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, administrados pela Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2023, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2022. A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	Plano 1		Plano 2	
	2022	2021	2022	2021
Renda fixa	75%	78%	74%	77%
Títulos públicos federais	66%	68%	64%	65%
Títulos privados (instituições financeiras)	3%	4%	3%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	2%	3%	3%	3%
Fundos de investimento multimercado	4%	4%	4%	4%
Renda variável	12%	12%	14%	14%
Fundos de investimento em ações	12%	12%	14%	14%
Investimentos estruturados	9%	7%	8%	5%
Fundos de investimento multimercado	9%	7%	8%	5%
Cotados em mercado ativo	97%	98%	96%	97%
Imóveis	1%	1%	1%	1%
Operações com participantes	2%	2%	3%	3%
Outros ativos	-	-1%	-	-1%
Depósitos judiciais e outros	-	-1%	-	-1%
Não cotados em mercado ativo	3%	2%	4%	3%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	Metas 2023 - Fundação Família Previdência	
	Plano 1	Plano 2
Renda fixa	72,0%	71,9%
Renda variável	10,2%	10,8%
Imóveis	1,0%	1,2%
Empréstimos e financiamentos	1,8%	2,6%
Investimentos estruturados	15,0%	13,5%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%
	100,0%	100,0%

A meta de alocação para 2023 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2022 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2023, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores. A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos é o Estudo de Asset Liability Management - ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano. Os estudos levam em consideração, além do risco histórico dos ativos, a projeção de rentabilidade dos mesmos e o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pela Fundação. O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos (isto é, a alocação de médio e longo prazos), que compreende as participações alvo nos segmentos das classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativo, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco. O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos. Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazo, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício. **18.7 - Análise de sensibilidade:** As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes. Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33. • Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 10.444 no plano 1 e R\$ 14.288 no plano 2 (redução de R\$ 10.017 no plano 1 e R\$ 13.691 no plano 2). • Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 7.400 no plano 1 e R\$ 10.770 no plano 2 (aumento de R\$ 7.172 no plano 1 e R\$ 10.476 no plano 2). A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 10,38% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 10,13% a.a. e 10,63% a.a.. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade. **18.8 - Risco de investimento:** Os planos de benefícios da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O IPCA é o índice mais próximo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador que corrige o passivo atuarial (associação entre ativos e passivos) dos planos de benefício definido da Companhia. Os planos de benefícios da Companhia tem sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. A Fundação Família

Previdência utiliza ainda, o *Sharpe, Sharpe Generalizado e Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição à risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco. A Política de Investimentos da Fundação Família Previdência determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	1.355	1.114
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	7.937	7.937
Bandeiras tarifárias e outros	1	133.549
Total	9.292	142.599

Bandeiras tarifárias e outros - O saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha escassez hídrica) faturada em dezembro de 2021. A partir de janeiro de 2022 a bandeira tarifária passou a ser registrada no grupo de Ativo e passivo financeiro setorial.

20 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	14.659	10.170
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	7.766	7.704
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22.425	17.875
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	115.806
Programa de integração social - PIS	8.412	5.293
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	39.138	24.862
Outros	18.456	13.960
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	66.007	159.921
Total Circulante	88.432	177.796
Não circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	7.138	6.906
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.016	1.896
Imposto de renda e contribuição social a recolher	9.154	8.802
Total Não circulante	9.154	8.802

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. **Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS** - a redução deve-se principalmente às alterações trazidas pela Lei Complementar nº 194/2022, que foram: (i) redução da alíquota de ICMS sobre energia elétrica e (ii) não incidência do ICMS sobre determinados itens do faturamento. A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

21 PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	83.841	39.054	75.682	41.612
Cíveis	68.577	12.072	104.178	24.882
Fiscais	20.764	42.829	19.058	39.649
Regulatórios	34.645	-	15.909	-
Outros	369	-	369	-
Total	208.196	93.954	215.196	106.144

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021		Adições		Reversões		Pagamentos		Atualização monetária 31/12/2022		Saldo em 31/12/2022	
		75.682	24.849	(6.055)	(19.466)	8.832	83.841	104.178	68.858	(28.976)	(92.941)	17.457
Trabalhistas	19.058	417	(69)	(328)	1.686	20.764	15.909	16.819	-	1.918	34.645	34.645
Cíveis	369	-	-	-	-	369	-	-	-	-	-	-
Fiscais	215.196	110.943	(35.100)	(112.735)	29.893	208.196	-	-	-	-	-	-
Regulatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	215.196	110.943	(35.100)	(112.735)	29.893	208.196	-	-	-	-	-	-

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia. O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue: a. **Trabalhistas** - os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e terceirizados da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade, insalubridade e equiparação salarial. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão nas categorias, empregados próprios, terceirizados e ações de indenização; b. **Cíveis** - as causas cíveis correspondem a pedidos de indenização por corte de luz, danos em equipamentos causados pela rede elétrica, anulação de débitos cobrados com base em recuperação de consumo, indenização por danos em geral causados na rede elétrica, entre outros; c. **Fiscais** - os processos fiscais são relativos a Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza - ISSQN, SAT e ICMS, cujas discussões são mantidas na esfera administrativa e judicial; d. **Regulatórios** - os processos administrativos regulatórios estão relacionados a fiscalizações do órgão regulador; e e. **Outros** - referem-se a Autos de Infração da AGERGS - Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS. **Perdas possíveis:** A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim representadas:

	31/12/2022	31/12/2021	Principais causas
Trabalhistas	289.726	325.171	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	1.016.744	1.005.363	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos
Fiscais	1.119.564	1.056.046	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	580.542	546.262	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	79.320	48.394	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	3.085.896	2.981.235	

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

22 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Consumidores e concessionárias	220.192	112.063	84.754	75.415
Programa de eficiência energética - PEE	135.235	137.480	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	54.235	70.116	16.348	1.451
EPE/FNDCT/PROCEL (*)	15.232	21.560	-	-
Adiantamentos	18.344	15.219	2.051	3.084
Descontos tarifários - CDE	26.515	19.194	-	-
Folha de pagamento	4.137	3.754	-	-
Participação nos lucros	21.206	16.940	2.119	1.933
Convênios de arrecadação	38.239	38.935	-	-
Garantias	-	-	823	993
Outros	12.584	6.786	49.079	34.934
Total	545.918	442.046	155.174	117.810

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos. O saldo no passivo não circulante de R\$ 84.754 (R\$ 75.415 em 31 de dezembro de 2021), refere-se à energia de curto prazo (CCEE) relacionada ao Despacho ANEEL nº 288 (nota 35). **Programas de eficiência energética - PEE e Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à Conta de desenvolvimento energético ("CDE") em favor da modicidade tarifária. **Adiantamentos:** referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes. **Descontos tarifários - CDE:** refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE. **Participação nos lucros:** em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. **Convênios de arrecadação** - referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros. **Outros:** refere-se, principalmente, ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia.

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

★ continuação **RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
25 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA						
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	2.618.664	2.562.073	5.753	5.732	5.140.312	5.893.062
Industrial	17.299	17.843	1.259	1.385	1.026.876	1.150.286
Comercial	178.460	175.366	1.768	1.833	1.667.058	1.917.877
Rural	229.900	248.130	1.458	1.548	975.962	966.324
Poderes públicos	22.862	22.115	360	316	326.332	316.171
Iluminação pública	574	539	537	553	269.557	307.184
Serviço público	3.911	3.780	296	313	238.188	279.012
Fornecimento faturado	3.071.670	3.029.846	11.430	11.680	9.644.284	10.829.915
Consumo próprio	236	225	6	6	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	13.728	(129.146)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(4.973.807)	(5.215.346)
Fornecimento de energia elétrica	3.071.906	3.030.071	11.436	11.685	4.684.205	5.485.423
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	-	-	342	1.249	212.319	400.021
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(111.666)	(100.162)
Energia elétrica de curto prazo	-	-	1.380	837	76.616	293.752
Suprimento de energia elétrica			1.722	2.086	177.269	593.611
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	-	-	-	-	5.085.473	5.315.508
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	-	-	-	-	1.473.348	1.362.721
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	-	-	-	-	(64.447)	(44.240)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	-	-	-	-	1.896.946	1.217.764
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)	-	-	-	-	133.045	971.353
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)	-	-	-	-	538.295	510.119
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	-	-	-	-	707.953	697.980
Outras receitas e rendas	-	-	-	-	160.852	123.301
Outras receitas operacionais					9.931.465	10.154.506
Total da receita operacional bruta					14.792.939	16.233.540
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	-	-	(1.747.535)	(3.164.980)
PIS	-	-	-	-	(171.301)	(207.417)
COFINS	-	-	-	-	(788.935)	(955.379)
ISS	-	-	-	-	(152)	(153)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	-	-	(1.465.147)	(983.845)
Programa de P & D e eficiência energética	-	-	-	-	(80.700)	(89.768)
PROINFA	-	-	-	-	(68.862)	(45.989)
Bandeiras tarifárias e outros	-	-	-	-	(13.902)	(112.599)
Outros	-	-	-	-	(15.656)	(12.963)
					(4.352.189)	(5.573.092)
					10.440.750	10.660.448

25.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos: No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de janeiro de 2018, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET. Em 7 de fevereiro de 2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) passivos financeiros setoriais e (ii) obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas e apresentadas líquido no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25. **25.2 - Reajuste Tarifário Anual ("RTA"):** Em junho de cada ano, a ANEEL, através de Resolução Homologatória ("REH"), reajusta a tarifa da Companhia. As tarifas têm vigência de 16 de junho até 15 de junho do ano subsequente e os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram: Em 14 de junho de 2022 a ANEEL publicou a Resolução homologatória ("REH") 3.044, postergando o reajuste tarifário da Companhia. Em 22 de junho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") Nº 3.045, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em 8,72%, sendo 7,60% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,12% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 10,98%. Em 2021 (REH nº 2.880), o reajuste médio foi de +15,23%, sendo +16,68% referentes ao reajuste tarifário econômico, -1,45% relativos aos componentes financeiros pertinentes e 9,95% o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores. **25.3 - Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares:** A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2022, foi registrada receita de R\$ 707.953 (R\$ 697.980 em 2021), sendo (i) R\$ 79.667 (R\$ 62.083 em 2021) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 595.080 (R\$ 587.451 em 2021) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 431 (R\$ 7 em 2021) de desconto tarifário - liminares e (iv) R\$ 32.775 (R\$ 48.439 em 2021) de subvenção CCRBT. **25.4 - Conta de desenvolvimento energético ("CDE"):** A ANEEL, por meio da REH nº 3.004, de 14 de dezembro de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO, relativas às competências de janeiro a abril de 2022. A REH nº 3.034, de 26 de abril de 2022, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2022. E, criada por meio da REN nº 885, de 23 de junho de 2020, a CDE Conta-Covid teve suas quotas homologadas por meio do despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, posteriormente retificadas por meio do despacho nº 939 de 05 de abril de 2021, e os valores são pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário da distribuidora. **25.5 Redução das alíquotas de ICMS nas tarifas de energia elétrica:** Em 23 de junho de 2022 foi publicada a Lei Complementar nº 194, que determinou a redução das alíquotas do ICMS sobre energia elétrica pelos Estados, bem como reduziu a base de cálculo do tributo. Nesse contexto, a Companhia realizou a análise das normas e legislações estaduais sobre o tema de forma a refletir o melhor entendimento da nova determinação em seus sistemas de faturamento.

	GWh		R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021
26 CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA				
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	3.215	3.315	936.675	1.173.077
PROINFA	278	314	166.119	104.659
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	11.855	12.465	2.405.054	3.814.735
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(312.537)	(456.181)
Subtotal	15.347	16.095	3.195.311	4.636.290
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	-	-	1.009.597	815.126
Encargos de transporte de itaipu	-	-	89.518	95.504
Encargos de conexão	-	-	187.872	157.817
Encargos de uso do sistema de distribuição	-	-	5.208	7.285
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	-	-	192.011	603.967
Encargos de energia de reserva - EER	-	-	208.772	52.357
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(156.597)	(160.212)
Subtotal			1.536.380	1.571.843
Total			4.731.691	6.208.132

(*) Conta de energia de reserva
A redução do custo com energia adquirida para revenda no ano de 2022 está associada principalmente ao menor acionamento de usinas térmicas (contratos por disponibilidade) e ao PLD em níveis mínimos, em comparação ao mesmo período de 2021. A Redução no custo com ESS deve-se a grande melhora do cenário energético que reduziu o acionamento de usinas termelétricas no ano de 2022.

	Outros custos com operação		Custo do serviço prestado a terceiros				Outras despesas operacionais				
	2022	2021	Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total		
			2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Pessoal	223.883	196.337	-	-	93.711	84.879	73.847	63.931	-	391.441	345.147
Entidade de previdência privada	16.095	12.896	-	-	-	-	-	-	-	16.095	12.896
Material	104.543	71.824	471	343	9.941	8.879	3.983	3.987	-	118.939	85.033
Serviços de terceiros	151.347	131.088	467	450	38.005	40.666	123.175	99.969	-	312.993	272.174
Custos com construção da infraestrutura	-	-	1.896.946	1.217.764	-	-	-	-	-	1.896.946	1.217.764
Outros	23.742	24.926	(4)	(3)	24.227	28.315	124.327	88.171	94.028	266.320	238.807
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	25.846	28.624	-	-	-	25.846	28.624
Arrendamentos e aluguéis	24.273	23.066	-	-	-	394	9.049	-	-	24.667	32.115
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	6.904	5.198	-	-	6.904	5.198
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	112.102	73.527	-	-	112.102	73.527
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92.320	95.517
Outros	(531)	1.861	(4)	(3)	(1.618)	(309)	4.927	397	1.708	1.881	4.481
Total	519.609	437.072	1.897.880	1.218.554	165.884	162.739	325.332	256.059	94.028	97.398	3.002.734

	2022	2021
	28 RESULTADO FINANCEIRO	
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	64.997	24.500
Acréscimos e multas moratórias	95.830	100.063
Atualização de créditos fiscais	159.487	59.191
Atualização de depósitos judiciais	6.759	2.741
Atualizações monetárias e cambiais	23.087	59.588
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	5.881	4.222
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	116.562	22.332
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(23.427)	(15.418)
Outros	25.691	27.032
Total	474.867	284.251
Despesas		
Encargos de dívidas	(424.638)	(222.955)
Atualizações monetárias e cambiais	(369.367)	(247.767)
(-) Juros capitalizados	20.847	12.959
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(7.773)	-
Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 8.1)	(146.836)	(54.904)
Outros	(48.943)	(48.187)
Total	(976.709)	(560.854)
Resultado financeiro	(501.841)	(276.603)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,13% a.a. em 2022 (7,19% a.a. em 2021) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1). As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 401.706 (ganhos R\$ 6.713 em 2021) (nota 32).

29 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2022, as seguintes empresas como acionistas controladores: • State Grid Brazil Power Participações S/A. Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético. • ESC Energia S.A. Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S/A. Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: a) **Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria. b) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL. A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação Família Previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 - Entidade de Previdência Privada. A controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas. A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2022, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 7.561 (R\$ 4.207 em 2021). Este valor é composto por R\$ 6.600 (R\$ 3.250 em 2021) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 116 (R\$ 77 em 2021) de benefícios pós-emprego e R\$ 845 (R\$ 880 em 2021) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência. As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/Custo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	532	576	4.792	3.663	-	-	49.783	41.052
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	297	-	-	-	246	147
Contrato de Mútuo								
Entidades sob o controle da CPFL Energia (*)	-	-	-	126.750	-	-	9.918	13.281
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	185.718	-	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	15.516	7.706	-	-	61.514	26.608
Entidades sob o controle da CPFL Energia (**)	555	281	10.457	7.737	-	-	139.597	56.596
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	23	15	11.318	5.338	137	123	382.471	90.428
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	6.245	6.700	-	-	51.245	57.309
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	6	6	-	-	-	-	102.182	86.919
Outras operações financeiras								
State Grid Brazil Power Participações S.A. (***)	-	-	380.000	-	-	-	-	-
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	24.451	-	-	-	-	-
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	-	(50)	-	-	-
Outros								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	-	-	3.453	866
(*) O saldo do mútuo com remuneração de 107% a.a. do CDI, foi quitado em dezembro de 2022. (***) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispênd								

★ continuação **RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável por: • Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos; • Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas; • Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite; • Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios; • Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia; • Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reequacionamento das exposições aos limites aprovados; e • Avaliar o ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interagir com os respectivos Gestores dos Negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 32. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas. **Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento. **Risco de sub/sobrecontratação:** Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias. **Risco quanto à escassez de energia hídrica:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2022 observou-se uma hidrologia favorável, o que possibilitou a recuperação dos reservatórios das usinas hidrelétricas em todo país que haviam iniciado o ano com volumes reduzidos devido à condição adversa de 2021. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. **Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

32 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2022	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	464.913	464.913
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	615	615
Derivativos	32	(a)	Nível 2	168.644	168.644
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	8.010.390	8.010.390
Total				8.644.562	8.644.562
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (**)	2.202.287	2.202.287
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	1.378.667	1.378.667
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	1.891.025	1.875.759
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	1.363.835	1.363.835
Derivativos	32	(a)	Nível 2	78.634	78.634
Total				6.914.447	6.899.182

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo; (**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 130.440 em 2022 (um ganho de R\$ 138.289 em 2021); (***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1). **Legenda: Categoria/Mensuração:** (a) - Valor justo contra o resultado (b) - Mensurados ao custo amortizado A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são: • Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber - CDE; (iii) cauções; fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial. • Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários - CDE, (ix) passivo financeiro setorial, e (x) mútuo entre coligadas, controladas e controladora. Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo. **a) Valorização dos instrumentos financeiros:** Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. **b) Instrumentos derivativos:** A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moody's ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada a menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)							Nacional
	Ativo	Passivo	Valores justos	Valores a custo	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda/ indexador	Moeda/ indexador	
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
						US\$ +		
						(Libor 3 meses + 0,87%) ou CDI + 0,8%		jan/23
Empréstimos bancários - Lei 4.131	118.814	(35.884)	82.930	159.670	(76.740)	(1,83% a 2,64%)	a 1,26%	a jun/26 1.268.777
	118.814	(35.884)	82.930	159.670	(76.740)			
Hedge variação índice de preços								
							104,3% a 111,07%	
							IPCA + do CDI ou	ago/24
Debêntures	49.831	(42.751)	7.080	135.259	(128.179)	4,3% a 5,80% CDI + 0,6%	a 0,6%	a maio/31 1.392.600
	49.831	(42.751)	7.080	135.259	(128.179)			
Total	168.644	(78.634)	90.010	294.929	(204.919)			
Circulante	39.714	-						
Não circulante	128.930	(78.634)						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17. (†) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nominal refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Saldo em 31/12/2021	Atualização		Saldo em 31/12/2022
		monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	
Para dívidas designadas a valor justo	469.269	(296.260)	121.920	294.929
Marcação a mercado (*)	(100.446)	(104.473)	-	(204.919)
Total	368.823	(400.733)	121.920	90.100
Ativo circulante	103.613			39.714
Ativo não circulante	289.343			128.930
Passivo não circulante	(24.133)			(78.634)

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2022 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo. Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a dívida e debêntures para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17). A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2022 e 2021 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido/operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2022	2021	2022	2021
Variação de taxas de juros	(30.968)	69.712	-	-
Marcação a mercado	(62.368)	(103.507)	761	(1.723)
Variação cambial	(265.292)	99.104	-	-
Marcação a mercado	(43.078)	(58.595)	212	4.220
Total	(401.706)	6.713	973	2.498

c) Ativos financeiros da concessão: Conforme mencionado acima, a Companhia classifica o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício em 2022 de R\$ 559.063 (R\$ 522.435 em 2021), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 11 e 25. **d) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. **Análise de sensibilidade:** A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado: **d.1) Variação cambial:** Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2022 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
		Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25% (c)	Apreciação cambial de 50%(c)
(1.378.667)		(110.712)	261.633	633.978
1.402.465		112.623	(266.149)	(644.921)
Total	23.798 baixa dólar	1.911	(4.516)	(10.943)
		1.911	(4.516)	(10.943)

(a) A taxa de cambio considerada em 31.12.2022 foi de R\$ 5,22 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 5,64 e a depreciação cambial de 8,03% em 31.12.2022. (c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável. **d.2) Variação das taxas de juros:** Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Taxa no período	Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Taxa de índice em 25% (b)	Taxa de índice em 50% (b)	Elevação/ Redução
Instrumentos financeiros ativos	460.444			64.140	80.175	96.210	
Instrumentos financeiros passivos	(1.719.109)			(239.472)	(299.340)	(359.208)	
Derivativos - swap plain vanilla	(2.804.442)			(390.659)	(488.324)	(585.988)	
	(4.063.108)	alta CDI	13,65%	(565.991)	(707.489)	(848.986)	
Instrumentos financeiros passivos	(3.758.017)			(247.653)	(185.740)	(123.827)	
Derivativos - swap plain vanilla	1.491.987			98.322	73.741	49.161	
Ativo financeiro da concessão	8.010.390			527.885	395.914	263.942	
	5.744.361	baixa IPCA	5,79%	378.554	283.915	189.276	
	(124.499)			(17.343)	(21.678)	(26.014)	
	(124.499)	alta SELIC	13,65%	(17.343)	(21.678)	(26.014)	
Total	1.556.753			(204.780)	(445.252)	(685.724)	
Efeitos no resultado abrangente acumulado				245	100	(45)	
Efeitos no resultado do exercício				(205.025)	(445.352)	(685.679)	

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado. (b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável. **e) Risco de crédito:** Risco de crédito é o de que a Companhia incurra em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração. As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias. **Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias:** A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito. A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma "Receita ajustada", refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice "Ajustado" de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD") para o mês, que foi determinado dividindo-se a "PCLD Real" pela "Receita Ajustada" de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais "Ajustados", e aplicada sobre a receita real do mês corrente. Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel. A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência ("*Probability of Default - PD*"), Exposição na Inadimplência ("*Exposure at Default - EAD*") e Perda Dada a Inadimplência ("*Loss Given Default - LGD*"). **Fatores macroeconômicos:** Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outro índice ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência. **Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários:** A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA- (nota 32 b). A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito. **Derivativos:** A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moody's Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 32 b). A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. **f) Análise de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

→ continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2022	Nota Explicativa	1-3 meses					Mais		Total
		de 1 mês	meses	a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	de 5 anos		
Fornecedores	15	871.801	18.659	-	-	-	244.771	1.135.231	
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	27.665	443.862	515.150	1.927.832	1.904.152	-	4.818.661	
Derivativos	32	-	-	-	35.884	-	42.751	78.634	
Debêntures - principal e encargos	17	-	148.695	247.760	830.258	1.790.166	1.515.069	4.531.948	
Taxas regulamentares	19	9.292	-	-	-	-	-	9.292	
Outros	22	11.028	248.924	13.710	-	-	84.754	358.416	
Consumidores e concessionárias		11.028	208.588	575	-	-	84.754	304.946	
EPE/FNDCT/PROCEL		-	2.097	13.135	-	-	-	15.232	
Convênio de arrecadação		-	38.239	-	-	-	-	38.239	
Total		919.787	860.140	776.620	2.793.974	3.694.318	1.887.345	10.932.183	

33 TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2022 um valor de R\$ 20.847 (R\$ 12.959 em 2021) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28). Ainda em 2022, houve o aumento do capital social (nota 23) da Companhia no montante de R\$ 10.857 (R\$ 10.857 mesmo período de 2021), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2022.

34 COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2022	Duração	Menos				Mais		Total
		de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	de 5 anos			
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 5 anos	2.692.823	5.026.772	4.664.725	-	-	12.384.320	
Compra de energia de Itaipu	Até 5 anos	640.398	1.305.109	1.308.628	-	-	3.254.135	
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 5 anos	1.605.382	3.431.087	3.189.563	-	-	8.226.031	
Projetos de construção de subestação	Até 1 ano	258.351	30.091	1.664	2.708	-	292.814	
Fornecedores de materiais e serviços		731.858	544.149	43.183	-	-	908	
Total		5.928.811	10.337.208	9.207.763	3.616	-	25.477.398	

35 EXPOSIÇÃO DECORRENTE DE PREÇOS ENTRE SUBMERCADOS - CCEE

A Companhia é parte ativa no processo nº 2002.34.00.026509-0, cujo pleito é a anulação dos efeitos do Despacho ANEEL nº 288, que determinou a obrigatoriedade da adesão ao mecanismo de alívio de exposição financeira para as operações realizadas no âmbito do extinto Mercado Atacadista de Energia (MAE), atualmente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). As transações efetuadas sem a adesão ao mecanismo de alívio de exposição de diferença de preços entre os submercados resultaram num ganho de

R\$ 437.800 em 16 de maio de 2002. A ANEEL emitiu o Despacho nº 288, considerando ilegal a opção da Companhia durante o período anterior à aprovação do ato. A Companhia, mesmo não concordando com o Órgão Regulador e mantendo o questionamento judicial do Despacho nº 288, registrou em 31 de dezembro de 2002, por tratar-se de ativo contingente, provisão para perdas sobre esse crédito no mesmo montante de R\$ 437.800. Durante o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, a Companhia efetuou transações de compra e venda de energia no âmbito da CCEE, resultando no montante líquido a pagar de R\$ 244.771 (R\$ 217.800 em 31 de dezembro de 2021) (nota 13), cujo pagamento está suspenso por conta de decisão judicial obtida em Medida Cautelar nº 0043277-81.2012.4.01.0000/DF. Com o ajuizamento do processo nº 2002.34.00.026509-0, a Companhia obteve liminar a fim de que os valores que o Despacho nº 288 lhe suprimiram, fossem imediatamente pagos. Em decorrência disso, a ANEEL e a CCEE executaram os atos necessários para tanto, determinando a um conjunto de empresas que depositasse os valores em favor da Companhia. Parte dessas empresas se insurgiu contra a decisão e, em 10 de novembro de 2008, a Companhia recebeu o valor de R\$ 27.783 de empresas que não obtiveram liminares. Em 18 de novembro de 2008 foi proferida decisão reconsiderando, em parte, a antecipação de tutela, para torná-la sem efeito no tocante à imposição à ANEEL da obrigação de contabilizar esses valores em favor da Companhia e, em função dessa decisão, a Companhia registrou um passivo no mesmo montante de R\$ 84.754 (R\$ 75.415 em 31 de dezembro de 2021 nota 22). Em 29 de junho de 2012, foi publicada a sentença do processo nº 2002.34.00.026509-0, que julgou improcedentes os pedidos da Companhia. De acordo com a sentença, a adesão ao mecanismo de alívio de exposição deve ser entendida como mandatória - e não facultativa, conforme defendido pela Companhia - e o Despacho nº 288 considerado como legal. Em 11 de julho de 2012, a Companhia interpsu recurso de apelação contra tal sentença que, em 27 de março de 2014, por maioria de votos (2x1), foi provido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, determinando a ilegalidade do Despacho nº 288. As partes requeridas no processo apresentaram recursos de embargos de declaração contra esta decisão. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada decisão negando provimento aos recursos e mantendo a decisão favorável à Companhia. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recursos de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão favorável obtida pela Companhia. Os recursos aguardam julgamento. Além da existência da discussão judicial sobre a legalidade do Despacho nº 288, diversos agentes do mercado de energia elétrica ingressaram em juízo contra a Companhia objetivando a cobrança dos valores dos créditos oriundos da liquidação promovida pela CCEE sob os efeitos do Despacho nº 288, sendo que a única ação desta natureza que prosperou foi a ajuizada pela Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A., cuja liquidação ocorreu em 27 de setembro de 2016, encerrando desta forma a ação de cobrança no valor atualizado de R\$ 16.644, sendo de (i) principal R\$ 2.503, (ii) correção monetária e juros R\$ 12.603 e (iii) custas judiciais e honorários de R\$ 1.538.

36 EVENTO SUBSEQUENTE

Decisão do STF sobre causas tributárias: Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

Conselho de Administração

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO Presidente	YUEHUI PAN Vice Presidente	FABRÍCIO MANGANELLI KLAFKE Conselheiro
---	--------------------------------------	--

Diretoria

MARCO ANTONIO VILLELA DE ABREU Diretor Presidente	YUEHUI PAN Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	RAFAEL LAZZARETTI Diretor Comercial	OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA Diretor de Operações	JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES Diretor de Assuntos Regulatórios	FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO Diretor Administrativo
---	--	---	---	--	--

Diretoria de Contabilidade

SÉRGIO LUIS FELICE Diretor de Contabilidade CT CRC 1SP192.767/O-6 S-RS	ANA PAULA PERESSIM DE PAULO Gerente de Contabilidade das Distribuidoras CT CRC 1SP217200/O-6
---	---

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da RGE Sul Distribuidora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da RGE Sul Distribuidora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RGE Sul Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Notas 3.9 e 7)

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Conseqüentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor, que em 31 de dezembro de 2022 somava R\$ 421.331 mil. O reconhecimento da receita não faturada é determinado com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos: Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados. Em relação aos testes de transações, avaliamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo. Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida pela multiplicação desta carga pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades. Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no referido cálculo, confrontando o volume de total de consumo de energia menos o volume faturado com o volume não faturado considerado como premissa para a estimativa da administração, e efetuamos teste de valorização com as tarifas por consumidor para volume alocado pela administração e confrontamos com os valores reconhecidos de receita. Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 17 de março de 2022, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP000160/O-5

Campanas, 15 de março de 2023

Adriano Formosinho Correia.
Contador - CRC 1BA029904/O-5

ACOMPANHE COM PRATICIDADE AS NOTÍCIAS MAIS IMPORTANTES E EXCLUSIVAS DO DIA



BAIXE O APP JC



PUBLICIDADELEGAL

Facta Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ 15.581.638/0001-30
NIRE 43.3.0005463.2

Ata de Assembleia Geral Extraordinária: I - Local, Data e Hora: Na sede social da Companhia, localizada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Rua dos Andradas, nº 1409 Salas 701 e 702 - Bairro Centro - CEP: 90.020-011, no dia 31 de maio de 2022, às 09:00 horas, reuniram-se a totalidade dos acionistas da Cia., conforme assinaturas lançadas no livro de presença. Aberta a assembleia deliberaram, por unanimidade, os senhores acionistas: **II - Mesa:** foi escolhido para Presidente da mesa **Evaldo Francisco da Rosa** e, para secretária-lo, **Everton Francisco da Rosa. III - Aumento do Capital Social:** colocado em votação o aumento do capital social no montante de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) mediante subscrição particular de 25.000.000 (vinte e cinco milhões) ações ordinárias pelo valor de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, para integralização em moeda corrente nacional de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) nesta data, em moeda corrente nacional. Foi o aumento aprovado, passando o capital social, então, para R\$ 117.000.000,00 (cento e dezessete milhões de reais), divididos em 117.000.000 (cento e dezessete milhões) ações ordinárias sem valor nominal; **IV - Boletim de Subscrição:** face à subscrição total do aumento nas condições propostas, o Presidente da mesa suspendeu os trabalhos pelo prazo de uma (1) hora, para que fosse lavrado o **Boletim de Subscrição**, que passará a fazer parte integrante desta ata como se transcrito em inteiro teor e forma, sob nº **DOC. 01: V - Direito De Preferência:** o direito de preferência de que trata a lei e o Estatuto da Cia restou preservado, face à presença da totalidade dos acionistas nesta assembleia geral; **VI - Alterações No Estatuto Social:** a) necessária reforma estatutária da Cia, que passa a vigor com nova redação em seu "Art. 2º - O capital social é de R\$ 117.000.000,00 (cento e dezessete milhões de reais), dividido em 117.000.000 (cento e dezessete milhões) de ações ordinárias, todas sem valor nominal."; sem consolidação formal do estatuto social; b) além disso, em razão do disposto da Resolução CMN n. 4.860/20 e da determinação do Ofício 8.234/2021-BCB/Deorf/GTPAL, os acionistas aprovaram, por unanimidade, a alteração no artigo 9º do Estatuto Social, o qual passa a vigor com o seguinte teor: "Art. 9º - A Companhia terá uma Ouvidoria, nos termos da Resolução nº 4.860, de 23 de outubro de 2020, do Conselho Monetário Nacional cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor, atender em última instância as demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da instituição e atuar como canal de comunicação entre a instituição e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. § 1º - O Ouvidor será eleito pela Diretoria da Companhia para um mandato de 36 (trinta e seis) meses, admitida a reeleição, podendo ser destituído por maioria de votos da Diretoria, que, nessa hipótese, deverá eleger um substituto, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando os seguintes requisitos: I - Da Eleição: a) qualificação para desempenhar o cargo; b) conduta ilibada, conhecimento dos produtos e serviços comercializados pela Companhia, aptidão em termos relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor, à mediação de conflitos e estar apto para o desempenho da atividade de ouvidor, através de exame de certificação organizado por entidade de reconhecida capacidade técnica; c) pertencer ao quadro de funcionários da instituição e não desempenhar atividades que possa configurar conflito de interesse ou de atribuições; d) efetuar reporte diretamente ao Diretor Presidente da instituição. II - Da Destituição: a) deixar de pertencer ao quadro funcional da instituição; b) não ter a aprovação na renovação periódica da Certificação; c) não desempenhar adequadamente suas funções, conduta ética incompatível com a função e/ou vier a cometer alguma irregularidade no desempenho de suas funções; d) assumir cargo na instituição que configure conflito de interesse ou de atribuições para desempenhar o cargo com independência, imparcialidade ou isenção. § 2º - O Ouvidor terá atuação independente e segregada da área de auditoria interna e não poderá desempenhar outra função na Companhia. § 3º - A Companhia deverá criar condições para o adequado funcionamento da Ouvidoria, cuja atuação deverá ser pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção, assegurando o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. § 4º - Constituem atribuições da Ouvidoria: a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Companhia; b) atuar como canal de comunicação entre a Companhia e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e c) informar à Diretoria da Companhia a respeito das atividades de Ouvidoria. §5º - São atividades da Ouvidoria: a) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; b) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não pode ser ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação; c) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto no item anterior; d) manter a Diretoria informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições, e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Companhia para solucioná-los; e e) elaborar e encaminhar à auditoria interna e à Diretoria da Companhia, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. § 6º - O Ouvidor terá acesso às informações necessárias para elaboração de respostas adequadas aos reclamantes, apoio administrativo e o direito de solicitar informações e documentos para desempenhar as demais atribuições previstas no presente estatuto."; **VII - Estatuto Social/Atualização:** aprovaram os acionistas, em ato contínuo, que fosse lido e consolidado o inteiro teor do Estatuto Social Atualizado, que passa a fazer parte integrante desta ata como se transcrito de inteiro teor e forma, posto que aprovado por unanimidade dos presentes, na forma do **DOC. 02: VIII - Encerramento:** homologado o aumento e aprovadas as demais matérias, deu-se por satisfeita a ordem do dia da assembleia, informando o Presidente dos trabalhos que face à presença da totalidade dos acionistas, não foram publicados os documentos de que trata o artigos 124, § 4º e 133, § 4º, ambos da Lei 6.404/76, bem como foi autorizada a lavratura desta ata de forma sumária, conforme faculta o § 1º do art. 130 da Lei n. 6.404/76. Ato seguinte, o Presidente mandou lavrar esta ata que após lida, discutida e aprovada, vai assinada por todos os presentes a saber: **Evaldo Francisco da Rosa** e **Everton Francisco da Rosa**. O presente exemplar é cópia fiel do transcrito no livro próprio. Porto Alegre, 31 de maio de 2022. Evaldo Francisco da Rosa - Presidente; Everton Francisco da Rosa - Secretário. **Estatuto Social: Capítulo I: Denominação, Sede, Foro, Duração e Objeto Social: Art. 1º - Facta Financeira S.a. - Crédito Financiamento e Investimento**, é uma sociedade por ações, com prazo de duração por tempo indeterminado, que será regida por este Estatuto Social, pelas normas legais pertinentes e pela jurisprudência aplicável. § 1º - Tem sede e foro jurídico na cidade de Porto Alegre (RS), na Rua dos Andradas, nº 1409 Salas 701 e 702 - Bairro Centro - CEP: 90.020-011. § 2º - Poderá, por decisão da Diretoria, criar, instalar e extinguir filiais, postos, agências, escritórios em qualquer parte do País e/ou no exterior. § 3º - Tem por objeto social a realização de operações de financiamento, a prazos curto, médio e longo, para suprimentos de capital fixo ou de movimento, mediante a aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros, assim como a administração de valores mobiliários e quaisquer outras atividades permitidas, isto é, a realização de todas as operações e serviços de previsão para instituições da espécie, contempladas na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, segundo as normas editadas pelas autoridade competentes, ou que venham a ser permitidas por essas mesmas autoridades. **Capítulo II: Capital Social e Acionistas:** Art. 2º - O capital social é de R\$ 117.000.000,00 (cento e dezessete milhões de reais), dividido em 117.000.000 (cento e dezessete milhões) de ações ordinárias, todas sem valor nominal. § 1º - As ações são indivisíveis perante a sociedade e cada ação ordinária dará direito a 1 (um) voto nas deliberações assembleiárias. § 2º - As ações poderão ser representadas por certificados, títulos múltiplos e/ou cautelares, sempre assinados por dois Diretores, atendidos os requisitos dos artigos 24 e 25 da Lei nº 6.404/76. Art. 3º - Os acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, terão direito de preferência para subscrição de novas ações e para aquisição de ações, direito este a ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência da oferta em caso de venda. § Único - O acionista que desejar alienar as suas ações deverá dar ciência da oferta por escrito à Companhia, através de qualquer de seus Diretores, informando o preço de venda e a forma de pagamento, bem como o nome e a qualificação completa de terceiro estranho ao quadro acionário eventualmente interessado na aquisição das ações. A companhia, no prazo de cinco (5) dias úteis deverá dar conhecimento da oferta aos demais acionistas para que os mesmos manifestem, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da comunicação, o interesse na aquisição das ações ofertadas. Em sua manifestação, o acionista deverá consignar interesse em adquirir quantidade de ações superior ao percentual que lhe corresponde, caso venha a existir sobre. Decorrido o prazo estipulado, as ações que não tiverem sido adquiridas, poderão ser transferidas ao terceiro oferecido, no mesmo prazo e condições da oferta, o qual deverá ser feito junto à Companhia em prazo de cinco dias úteis, após os quais o depósito em nome da própria Companhia. § 2º - **Dois Diretores em conjunto:** V - ceder, endossar, transferir, receber, aceitar, emitir, descontar ou caucionar títulos de créditos em geral, bem como cheques, cambiais e assemelhados; VI - movimentar, por qualquer forma, contas correntes junto ao sistema financeiro, às entidades privadas, públicas ou de economia mista; VII - acordar, concordar, discordar, exigir, transigir, confessar, desistir, novar, promover e assegurar direitos; VIII - efetuar aplicações no mercado financeiro autorizado por lei; IX - contratar empréstimos e financiamentos; X - adquirir ações de emissão da própria Companhia; XI - constituir procuradores em nome da Companhia; § 3º - Exclusivamente ao Diretor Presidente: XII - emitir e assinar cheques isoladamente; XIII - adquirir, alienar, hipotecar ou de qualquer forma gravar bens imóveis, ações ou cotas representativas do capital social de outras empresas; XIV - conceder avais, fianças e assemelhados em nome da Companhia e em atos e negócios de interesse da referida instituição. § 4º - Aos Diretores é permitida a outorga de procuração entre si para os atos que exigirem a participação conjunta. **Seção III: Conselho Fiscal:** Art. 8º - O Conselho Fiscal, que somente será instalado nos exercícios em que houver solicitação por parte de algum acionista, será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos na forma da lei e remunerados consoante for definido pela assembleia geral que os eleger, respeitado o limite legal. § Único - Obedecerá quanto à instalação e funcionamento o que a respeito determina o CAPÍTULO XIII, art. 161 e respectivos da Lei nº 6.404/76 e suas modificações. **Seção IV: Ouvidoria:** Art. 9º - A Companhia terá uma Ouvidoria, nos termos da Resolução nº 4.860, de 23 de outubro de 2020, do Conselho Monetário Nacional cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor, atender em última instância as demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da instituição e atuar como canal de comunicação entre a instituição e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e c) informar à Diretoria da Companhia a respeito das atividades de Ouvidoria. §5º - São atividades da Ouvidoria: a) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; b) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não pode ser ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação; c) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto no item anterior; d) manter a Diretoria informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições, e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Companhia para solucioná-los; e e) elaborar e encaminhar à auditoria interna e à Diretoria da Companhia, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. § 6º - O Ouvidor terá acesso às informações necessárias para elaboração de respostas adequadas aos reclamantes, apoio administrativo e o direito de solicitar informações e documentos para desempenhar as demais atribuições previstas no presente estatuto. **Capítulo IV: Exercício Social e Destinação dos Resultados:** Art. 10 - Os exercícios sociais encerram-se em 31 de dezembro, oportunidade em que serão adotados, no que couberem, os procedimentos previstos no Capítulo XV, da Lei nº 6.404/76 e suas modificações. Art. 11 - O resultado do exercício sofrerá as deduções de que trata o artigo 189 da Lei nº 6.404/76, ao passo que o prejuízo terá a destinação prevista no parágrafo único do mesmo artigo. Art. 12 - O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação: I - 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que a mesma atinja a 20% (vinte por cento) do capital social; II - 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado na forma do artigo 202 da lei 6.404/76, serão distribuídos como dividendo obrigatório a todos os acionistas; III - o saldo será destinado à constituição de reserva estatutária, a qual, a critério da Assembleia Geral, terá as seguintes finalidades: (a) incorporação ao capital social; (b) retenção, visando atender as necessidades de investimentos; (c) distribuição como dividendo a todos os acionistas e (d) compensar eventuais prejuízos. § 1º - A Assembleia Geral, sempre que for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório, poderá atribuir aos membros da Diretoria uma participação nos lucros, observados os limites legais. § 2º - A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou intermediários por deliberação da Diretoria, e declarar dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, bem como declarar dividendo à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. § 3º - O valor dos juros pagos ou creditados aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor do dividendo obrigatório previsto no parágrafo primeiro deste artigo. **Capítulo V: Dissolução e Liquidação da Companhia:** Art. 13 - A dissolução, liquidação e extinção da Companhia ocorrerão nas hipóteses previstas no Capítulo XVII da Lei nº 6.404/76, cabendo à Assembleia determinar o modo de liquidação, a nomeação do liquidante e do Conselho Fiscal para tal finalidade. **Capítulo VI: Disposições Finais:** Art. 14 - Os casos aqui não previstos deverão ser solucionados com base nos princípios gerais de Direito, na jurisprudência, na doutrina aplicável e demais normas complementares. JUCIS/RS: certifico o registro sob o nº 8552150 em 05/12/2022 e protocolo 223996157 - 23/11/2022. José Tadeu Jacoby - Secretário Geral.

PUBLICIDADE LEGAL

LOJAS RENNER S.A.
CNPJ/MF nº 92.754.738/0001-62
NIRE 43300004848

LOJAS RENNER S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 92.754.738/0001-62
NIRE 43300004848
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

LREN
B3 LISTED NM

Ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem, no dia 20 de abril de 2023, às 13h, em Assembleia Geral Ordinária, parcialmente digital, por meio de participação: (i) presencial, na sede da Companhia; (ii) via sistema eletrônico; ou (iii) via boletim de voto à distância, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 2. examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3. fixar o número de membros do Conselho de Administração; 4. eleger os membros do Conselho de Administração; 5. fixar o montante da remuneração global dos Administradores; 6. fixar o número de membros do Conselho Fiscal; 7. eleger os membros do Conselho Fiscal; e 8. fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho Fiscal. **Informações Gerais:** 1. A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Resolução CVM nº 81/2022. O acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida resolução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia - Proposta da Administração. 2. Os acionistas que, por si ou por seus procuradores ou representantes legais, desejarem participar da AGO presencialmente, deverão comparecer à sede da Lojas Renner S.A., localizada na Av. Joaquim Porto Villanova, 401, Bairro Jardim do Salsó, Porto Alegre, RS, CEP 91410-400, munidos dos documentos obrigatórios, conforme informado no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia - Proposta da Administração. Para uma melhor organização e andamento da AGO, a Companhia iniciará o cadastramento de acionistas com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência. Assim, os acionistas que forem participar presencialmente poderão encaminhar antecipadamente, aos cuidados da Área de Governança Corporativa, por meio do e-mail acionistas@lojasrenner.com.br, os documentos obrigatórios. Neste mesmo sentido, a Companhia recomenda que o acionista compareça, no dia 20 de abril de 2023, com ao menos 45 (quarenta e cinco) minutos de antecedência da Assembleia. 3. Adicionalmente, a Companhia, no intuito de facilitar a participação dos acionistas na AGO, coloca à disposição uma plataforma eletrônica, onde os acionistas poderão participar e votar de forma virtual, nos termos da Resolução CVM 81/22 ("Plataforma Virtual"). Para participação por meio deste formato, os acionistas deverão enviar, **impreterivelmente até às 23:59 do dia 18 de abril de 2023**, ao endereço eletrônico acionistas@lojasrenner.com.br, e-mail contendo as informações e documentos obrigatórios, conforme informado no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia - Proposta da Administração. 4. Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 70 de 22 de março de 2022, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Neste sentido, a Companhia recomenda que eventual pedido de voto múltiplo seja feito com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas, nacionais e estrangeiros. 5. Os acionistas encontrarão todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias acima no "Manual para Participação de Acionistas - Proposta da Administração - Assembleia Geral Ordinária" que está no site da Companhia <http://lojasrenner.mzweb.com.br/> e no site da CVM www.cvm.gov.br. A Companhia disponibiliza o e-mail acionistas@lojasrenner.com.br para acesso a Área de Governança Corporativa, que está apta a esclarecer qualquer dúvida em relação à Assembleia.

Porto Alegre, RS, 17 de março de 2023.
José Galló
Presidente do Conselho de Administração

BAIXE O

APP JC

DISPONÍVEL NO
Google play

DISPONÍVEL NA
App Store

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!



CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

PROCERGS
CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2022



GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL
 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: A administração da PROCERGS - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do RS S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, bem como aos nossos usuários, fornecedores e demais entidades com as quais mantemos relações e a comunidade sul rio-grandense, as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. **A DIRETORIA**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em R\$ 1.000)

ATIVO					PASSIVO				
	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado	01/01/2021		Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado	01/01/2021
ATIVO					PASSIVO				
CIRCULANTE		234.511	89.593	89.593	CIRCULANTE		122.169	118.039	107.581
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.a	140.106	24.001	24.001	FORNECEDORES	4.n	22.398	20.894	20.894
BANCOS E APLICAÇÃO FINANCEIRA		140.106	24.001	24.001	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4.o	21.028	15.669	15.669
CRÉDITOS		77.335	52.183	52.183	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	4.p	24.878	21.141	10.683
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	4.b	73.471	50.018	50.018	ACORDOS TRABALHISTAS A PAGAR	5	405	3.033	3.033
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	4.c	(2.063)	(1.377)	(1.377)	PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS	4.q	24.054	19.853	19.853
CRÉDITOS DE PESSOAL	4.d	1.852	1.246	1.246	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	6	27.700	36.000	36.000
IMPOSTOS E CONTRIB. A RECUPERAR E COMPENSAR	4.e	3.202	932	932	OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.r	1.706	1.449	1.449
OUTROS CRÉDITOS	4.f	873	1.364	1.364					
ESTOQUES		2.712	1.059	1.059	NÃO CIRCULANTE		53.744	62.008	62.008
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO	4.g	39	39	39	FORNECEDORES	4.n	15.512	23.406	23.406
MATERIAIS INDIRETOS	4.g	536	542	542	ACORDOS TRABALHISTAS A PAGAR	5	0	21	21
SERVIÇOS EM ANDAMENTO	4.h	2.137	478	478	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	6	38.232	38.581	38.581
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	4.i	14.359	12.350	12.350					
NÃO CIRCULANTE		69.860	66.429	66.429	TOTAL DO PASSIVO		175.913	180.047	169.589
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		41.774	49.058	49.058	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS/JUDICIAIS	4.j	24.719	25.282	25.282	CAPITAL SOCIAL		203.219	115.319	115.319
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	4.i	17.055	23.776	23.776	CAPITAL SUBSCRITO	7.a	203.219	115.319	115.319
INVESTIMENTOS	4.k	151	151	151	RESERVAS DE CAPITAL		8	8	8
IMOBILIZADO	4.l	25.005	13.785	13.785	C.M. DO CAPITAL REALIZADO		8	8	8
INTANGÍVEL	4.m	2.930	3.435	3.435	PREJUÍZO ACUMULADO	7.b	(74.769)	(139.352)	(128.894)
TOTAL DO ATIVO		304.371	156.022	156.022	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		128.458	(24.025)	(13.567)
					TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		304.371	156.022	156.022

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em R\$ 1.000)

	Nota Explicativa	2022	2021 Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	8.a	490.204	400.016
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(60.985)	(51.796)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		429.219	348.220
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	8.b	(251.333)	(224.003)
LUCRO BRUTO		177.886	124.217
DESPESAS OPERACIONAIS		(100.254)	(104.339)
DESPESAS COM VENDAS	8.c	(9.022)	(7.827)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	8.d	(100.871)	(97.805)
DESPESAS FINANCEIRAS		(1.378)	(728)
RECEITAS FINANCEIRAS		11.017	2.021
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		813	521
RESULTADO OPERACIONAL		78.445	20.399
OUTRAS RECEITAS		132	4
OUTRAS DESPESAS		(1)	(8)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		78.576	20.395
IMPOSTO DE RENDA	8.e	(10.205)	(1.648)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.e	(3.789)	(602)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		64.582	18.145
Lucro por lote de mil ações		0,09	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em R\$ 1.000)

	2022	2021 Reapresentado
1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	64.582	18.145
AJUSTES PARA RECONCILIAÇÃO:		
DEPRECIACÃO/AMORTIZAÇÃO	8.809	6.100
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-	524
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	(649)
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	73.391	24.120
VARIAÇÕES DO ATIVO		
AUMENTO CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(22.766)	(2.240)
AUMENTO DOS ESTOQUES	(1.652)	5.549
AUMENTO DE IMPOSTOS A RECUPERAR	(2.269)	(129)
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER	(115)	(1.393)
REDUÇÃO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	4.712	(30.759)
REDUÇÃO DEPÓSITOS JUDICIAIS	562	(1.465)
VARIAÇÕES DO PASSIVO		
AUMENTO SALÁRIOS E ENCARGOS	6.241	(832)
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR	256	(972)
AUMENTO PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO DE RESULTADOS-PPR A PAGAR	1.698	10.458
AUMENTO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE	2.186	378
AUMENTO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS	3.173	830
REDUÇÃO DE FORNECEDORES	(6.389)	17.994
REDUÇÃO ACORDOS TRABALHISTAS A PAGAR	(2.650)	(4.716)
REDUÇÃO CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	(8.649)	(1.897)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	47.729	14.926
2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
BAIXAS DE ATIVOS IMOBILIZADOS	1	8
COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS	(18.366)	(6.689)
COMPRA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	(1.159)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(19.524)	(6.681)
3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	87.900	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	87.900	-
VARIAÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	116.105	8.245
	2022	2021
SALDO INÍCIO PERÍODO	24.001	15.756
BANCOS	4.576	1.661
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	135.530	22.340
SALDO FINAL PERÍODO	140.106	24.001
VARIAÇÃO	116.105	8.245

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em R\$ 1.000)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL RESERVA CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31/12/2020	115.319	8	(157.497)	(42.170)
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO			18.145	18.145
SALDO EM 31/12/2021 (Reapresentado)	115.319	8	(139.352)	(24.025)
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO			64.582	64.582
AUMENTO DE CAPITAL	87.900		-	87.900
SALDO EM 31/12/2022	203.219	8	(74.770)	128.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua >>>

>>> Continuação



CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

PROCERGS
CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2022



GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em R\$ 1.000)

1. Contexto Operacional

A Procergs – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A., criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre. Suas atividades concentram-se na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

2. Regime Tributário

A Companhia é tributada pelo Lucro Real e sua escrituração é mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos do Art. 177, da Lei n.º 6.404 de 15/12/1976 e alterações, e aos princípios de contabilidade. Observa critérios contábeis uniformes, registra as mutações patrimoniais segundo o regime de competência. Os direitos e obrigações estão em conformidade com seus efetivos valores reais e as provisões em estimativas razoáveis.

3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras e as notas explicativas estão apresentadas em R\$ 1.000 e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária (Art.176 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, alterada pela Lei n.º 11.638 de 28/12/2007, pela Lei n.º 11.941 de 27/05/2009).

As políticas, estimativas e julgamentos contábeis são os mesmos que os adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais, sendo que em 2022 optou-se pela apresentação em R\$ 1.000 para dar mais agilidade à leitura das mesmas.

As demonstrações foram autorizadas pela Diretoria, para envio ao Conselho de Administração em 14/03/2023.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria para envio à Auditoria Independente em 16/03/2023.

O Conselho de Administração da Companhia deliberou sobre as Demonstrações, Relatório da Administração e contas da Diretoria em 15/03/2023.

4. Resumo das Principais Práticas e Políticas Contábeis

(a) Caixa e Equivalente de Caixa

São compostas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera disponibilidades de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Em 2022 o aumento expressivo do saldo do SIAC se dá pelo recebimento de aporte de capital para suportar os investimentos da Companhia.

Caixa e Equivalente de Caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	13	10
Depósitos Bancários a Vista	4.563	1.651
Títulos de Aplicações Financeiras e SIAC	135.530	22.340
Total	140.106	24.001

(b) Contas a Receber de Clientes

Inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizados pelo regime de competência. No encerramento de dezembro havia um saldo de inadimplência de clientes da administração pública direta e indireta do RS, até 30 dias, no valor de R\$ 6.219 mil, que foi saldada em sua maioria (80%) até a primeira quinzena de janeiro de 2023. O saldo a receber de clientes no encerramento do exercício tem a seguinte composição:

Créditos em Aberto	2022		2021	
	Por Segmento de Mercado	Soma	Por Segmento de Mercado	Soma
Vencidos até 2018		536		890
- Administração Direta do RS	131		244	
- Administração Indireta do RS	121		301	
- Outros Mercados	240		252	
- Outros Poderes	44		93	
Vencidos em 2019		1.742		2.144
- Administração Direta do RS	389		678	
- Administração Indireta do RS	1.127		1.215	
- Outros Mercados	204		223	
- Outros Poderes	22		28	
Vencidos em 2020		1.924		2.204
- Administração Direta do RS	1.404		1.424	
- Administração Indireta do RS	144		296	
- Outros Mercados	336		418	
- Outros Poderes	40		66	
Vencidos em 2021		1.755		4.537
- Administração Direta do RS	1.028		2.506	
- Administração Indireta do RS	70		784	
- Outros Mercados	639		1.096	
- Outros Poderes	18		151	
Vencidos em 2022		12.939		40.243
- Administração Direta do RS	10.628		19.481	
- Administração Indireta do RS	868		18.700	
- Outros Mercados	1.209		966	
- Outros Poderes	234		1.096	
Vencidos em 2023		54.575		-
- Administração Direta do RS	24.262		-	
- Administração Indireta do RS	28.348		-	
- Outros Mercados	954		-	
- Outros Poderes	1.011		-	
Total		73.471		50.018

(c) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas não consideradas como Partes Relacionadas, ou seja, que a Procergs não tenha relacionamento de controladora, controlada, coligada ou interligada, com base no Art. 9º da Lei 9.430/1996 e na Política de Transações com Partes Relacionadas, denominadas de "Outros Mercados e Outros Poderes". O valor provisionado é de R\$ 2.063 mil e é considerado suficiente para expectativa de perdas prováveis na realização dos créditos, representando os valores vencidos a mais de 180 dias.

Vencidos	Administração Direta e Indireta do RS	Outros Mercados e Outros Poderes	31/12/2022	31/12/2021
Mais de 180 dias	5.212	2.063	7.275	6.466
Mais que 90 e inferior a 180 dias	1.681	292	1.973	740
Mais que 30 dias e inferior a 90 dias	2.800	310	3.110	1.085
Até 30 dias	6.219	319	6.538	1.484
Total	15.912	2.984	18.896	9.775

(d) Créditos de Pessoa

Nesta rubrica estão lançados os adiantamentos de diárias e viagens a funcionários aguardando a efetiva prestação de contas, antecipações de férias pagas quando da solicitação das mesmas e descontadas quando incluídas em folha de pagamento, assim como as solicitações de antecipações de 13º salário por ocasião de férias e outros.

(e) Impostos e Contribuições a Recuperar e Compensar

São contabilizadas as antecipações e contribuições a recuperar, referentes a créditos de impostos permitidos em Lei ou retidos de fornecedores e as contribuições a compensar em pagamentos futuros.

Impostos e Contribuições a Recuperar e Compensar	31/12/2022	31/12/2021
PASEP e COFINS a Compensar - LEI 10.637/02 E 10.833/03	1.101	649
IRPJ / CSLL a Recuperar	1.735	188
Impostos e Contribuições Retidos a Recuperar	148	95
ICMS a Compensar	218	0
Total	3.202	932

(f) Outros Créditos

São contabilizados créditos tais como: bloqueio judicial ainda não liberados pela justiça, reembolso de funcionários cedidos e plano de saúde parte de responsabilidade dos funcionários que serão descontados em folha de pagamento.

Outros Créditos	31/12/2022	31/12/2021
Bloqueio Judicial	89	932
Reembolso Funcionários Cedidos	518	384
Unimed/Soprevi	250	31
Outros Créditos	16	17
Total	873	1.364

(g) Estoques de Materiais

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia encontram-se classificados no Ativo Circulante e avaliados pelo custo médio de aquisição.

(h) Estoques - Serviços em Andamento - Diferimento do Custo

Os custos diferidos serão levados a resultado, quando do reconhecimento da receita correspondente. O aumento entre o valor diferido em 2021 e 2022 se dá, pois novas Ordens de Serviços foram abertas em Novembro e Dezembro de 2022 e permaneceram em desenvolvimento até o encerramento do exercício. Acrescido a isso, foram diferidos também, custos de sistemas novos, criados em 2022.

Diferidos em Exercícios Anteriores	31/12/2022	31/12/2021
Valor Diferido em 2022	4.018	478
Acréscimo ao Diferido, em 2022, de Exercícios Anteriores	1.525	-
Total dos Valores Diferidos em 2022	5.543	-
Custo Levado a Resultado Diferido em Exercícios Anteriores	(1.073)	-
Custo Levado a Resultado, Diferido no Próprio Exercício	(2.811)	-
Total Apropriado como Custo em 2022	(3.884)	-
Valor Diferido para Exercícios Futuros	1.659	478

(i) Despesas do Exercício Seguinte

A Companhia, por força de contrato ou quando desembolsa valores, em que a despesa ainda não incorreu, apropria em seu Ativo Circulante e Não Circulante o valor total da operação e a medida em que a despesa se realize, apropria proporcionalmente no resultado, respeitando assim o princípio da Competência. Esta rubrica apresenta os seguintes saldos, considerando os valores a serem apropriados até 31/12/2023 (Curto Prazo) e os valores a partir de 01/01/2024 (Longo Prazo). A conta de Licenças de Uso de Software teve uma redução devido a contratos encerrados em 2022, levados a resultado.

Despesas do Exercício Seguinte	Curto Prazo 2022	Longo Prazo 2022	Curto Prazo 2021	Longo Prazo 2021
Prêmios de Seguros a Apropriar	84	0	75	0
Cartão Refeição/Alimentação/ Vale Rancho a Apropriar	1.561	0	1.255	0
Vale Transporte a Apropriar	31	0	16	0
Licença de Uso Software/Manutenção a Apropriar	12.668	17.055	10.938	23.776
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	15	0	66	0
Total	14.359	17.055	12.350	23.776

(j) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais referem-se a ações trabalhistas e são apresentados pelo valor atualizado monetariamente, utilizando-se os índices oficiais da Caixa Econômica Federal para depósitos judiciais da data do depósito até o encerramento do exercício. Para estas ações, existem provisões no Passivo Circulante e Não Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências.

(k) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, OI S.A., Telebrás – Telecomunicações Brasileiras S/A, CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica, CTMR – Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995.

(l) Imobilizado

Os ativos imobilizados estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

A Companhia realizou teste de recuperabilidade de ativos "Teste de Impairment" conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (01 e 27-IT10) em seus imobilizados, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme Laudo apresentado pela empresa PLM AUDITÓRIA E CONSULTORIA LTDA, não foram identificadas perdas com os Ativos Imobilizados, não necessitando seu provisionamento.

Em 2022 foram feitos investimentos, parte do Plano de Investimentos, suportado pelo aporte de capital, visando garantir a sustentabilidade tecnológica da Companhia. Entre os principais estão aquisição de servidores e equipamentos de infraestrutura de redes.

Item	Saldo Líquido Inicial em 31/12/2021	Aquisição	Baixas	Depreciação do Período	Saldo Líquido Final em 31/12/2022
Equipamentos de produção	7.109	17.978	-	(6.279)	18.808
Equipamentos de Apoio	381	105	-	(155)	331
Instalações/Móveis e Utensílios	984	53	-	(252)	785
Outros Bens Imobilizados	5.311	230	(1)	(459)	5.081
TOTAL	13.785	18.366	(1)	(7.145)	25.005

(m) Intangível

Os ativos intangíveis estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os bens registrados na conta de Software estão devidamente amortizados, calculados pelo método das quotas constantes, com base em taxa determinada em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária.

A Companhia realizou teste de recuperabilidade de ativos "Teste de Impairment" conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (01 e 27-IT10) em seus imobilizados, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme Laudo apresentado pela empresa PLM AUDITÓRIA E CONSULTORIA LTDA, não foram identificadas perdas com os Ativos Intangíveis, não necessitando provisionamento.

Item	Saldo Líquido Inicial em 31/12/2021	Aquisição	Baixas	Amortização do Período	Saldo Líquido Final em 31/12/2022
Software	3.435	1.159	0	(1.664)	2.930

(n) Fornecedores

O saldo de fornecedores está subdividido em Fornecedores de Curto Prazo e Fornecedores de Longo Prazo. O valor com vencimento em Curto Prazo é de R\$22.398 mil sendo que neste está incluído R\$3.329 mil lançados como provisão, utilizando-se o valor mensal da obrigação gerada no contrato de fornecimento de serviço, para obedecer o princípio da competência. Em Longo Prazo, o saldo de R\$ 15.512 mil refere-se aos contratos de fornecedores Unisys 5635-00 e Teletex 5657-00 em que os vencimentos ultrapassam 31/12/2023.

(o) Obrigações Tributárias

As Obrigações tributárias são compostas por Impostos e Contribuições apropriadas pela realização da receita operacional por competência e tributos retidos na fonte que são obrigações geradas pela retenção na prestação de serviço de fornecedores e também IRRF retido de funcionários na folha de pagamento.

Obrigações Tributárias	31/12/2022	31/12/2021
ISSQN	4	32
PASEP	1.354	1.020
COFINS	6.252	4.705
ICMS / FUST / FUNTEL	232	411
CPRB (LEI 12.346)	5.113	3.614
IR Retido na Fonte	7.423	5.464
Outros Tributos Retidos na Fonte	650	423
Total de Obrigações	21.028	15.669

(p) Obrigações Sociais e Trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas referem-se aos valores apropriados pela competência, de valores advindos da folha de pagamento de funcionários, INSS e FGTS, Rescisões, PPR e obrigações sindicais a pagar mensalmente.

Obrigações Sociais e Trabalhistas	31/12/2022	31/12/2021
Folha de pagamento	8.812	6.941
INSS	1.899	2.096
FGTS	1.737	1.371
Rescisões	203	210
PPR a Pagar	12.189	10.491
SINDPPD / Imposto Sindical / Dissídio	38	32
Total	24.878	21.141

(q) Provisões de Férias e Encargos

Neste item são registrados os valores de férias devida à funcionários e os respectivos encargos (INSS e FGTS), à fração de 1/12 avos ao mês, calculados pela folha de pagamento.

(r) Outras Obrigações

Neste item registramos como consignações os valores de empréstimos de funcionários com entidades financeiras (Banrisul e Caixa Econômica Federal), além das Pensões Alimentícias, Asprocergs e Procius retido em folha de pagamento e repassado aos beneficiários. Como Obrigações, são registradas as cauções de contratos recebidos, o valor a ser repassado ao Procius (parte empresa), os valores devidos a estagiários, além de outras obrigações de responsabilidade da Companhia.

Consignações	31/12/2022	31/12/2021
Asprocergs	71	86
Procius (Parte funcionários)	451	369
Pensões Alimentícias	151	129
Bancos Empréstimos em Consignação	372	315
Total Consignações	1.045	899
Obrigações	31/12/2022	31/12/2021
Procius (Parte empresa)	506	401
Cauções de Contratos	97	67
Estagiários	45	45
Outras Obrigações	13	37
Total Obrigações Procergs	661	550
Total do Grupo	1.706	1.449

5. Acordos Trabalhistas

Existem 3 acordos com parcelas a pagar, que totalizam R\$405 mil. Este saldo está representado pela rubrica "Acordos Trabalhistas a Pagar" no Passivo Circulante. Todos os processos em que ocorreu acordo entre as partes, foram lançados em contas específicas do Balanço, não fazendo mais parte de provisões e sim do Passivo Circulante.

6. Provisões para Contingências Ações Trabalhistas

A Companhia discute questões trabalhistas nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para desembolsos futuros foi constituída a partir da análise da Administração, em conjunto com a Assessoria de Gestão Trabalhista. O valor provisionado nessa rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perdas prováveis para a Companhia, conhecidas até o momento e não significa necessariamente, que foram obrigações constituídas neste exercício. Após a análise jurídica, os valores foram atualizados e segregados em "Prováveis", "Possíveis" e "Remotos". A estimativa de perda com ações consideradas Prováveis, foram atualizadas, conforme determina a Norma Contábil - NBC TG 25 (R2) - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes".

Quadro dos valores estimados, atualizados até 31/12/2022:

Tipo Objeto	Qtd. Processos	Prováveis	Possíveis	Remotos	Total
Antiguidade	305	55.554	15.336	11.872	82.762
Carga	14	1.167	518	127	1.813
Desvio	17	897	81	3.750	4.728
Outros	66	7.743	6.524	11.760	26.027
Subsidiária	40	571	7.460	99	8.130
Periculosidade SINDPPD	1	-	505.399	-	505.399
TOTAL	443	65.932	535.318		

>>> Continuação



CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

PROCERGS
CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2022



GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em R\$ 1.000)

(c) Ajustes de Exercícios Anteriores

Foi registrado em Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido, o ajuste abaixo. Conforme a NBC TG 23, foi procedida a reapresentação das Demonstrações Financeiras de 2021, demonstradas a seguir na Nota 10.

AJUSTE NEGATIVO		
Ajuste na conta "PPR a Pagar" referente ao PPR da competência de 2021, paga em 2022.	(10.458)	

8. Resultado do Exercício

(a) Receita Operacional

A Receita Operacional Bruta foi de R\$490.204 mil apresentando um crescimento nominal de R\$90.187 mil (22,55%) em relação ao exercício de 2021. A Receita está dividida nos segmentos abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Administração Direta RS	252.034	193.275
Administração Indireta RS	212.999	169.429
Outros Poderes	11.780	11.164
Outros Mercados	13.391	26.148
Total da Receita Operacional Bruta	490.204	400.016

(b) Custos dos Serviços Prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal Próprio e Terceiros Ligados a Operação	211.230	194.063
Custos de Insumos ligados a Operação	57.324	46.739
Depreciação e Amortização	8.194	5.507
Outros Custos	464	464
(-) Lei do Bem	(212)	-
(-) Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	(25.667)	(22.770)
Total dos Custos de Serviços Prestados	251.333	224.003

(c) Despesas Com Vendas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal da Área Comercial	8.329	7.296
Despesas da Área Comercial	2	1
Depreciação e Amortização	5	6
PCLD (Valor acrescido ao Ativo Circulante NE. 4.c)	687	524
Total das Despesas com Vendas	9.022	7.827

(d) Despesas Administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal Administrativo	45.687	50.455
Despesas Administrativas	10.614	10.033
Depreciação e Amortização	611	587
Provisão para Contingências	18.293	13.960
Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	25.667	22.770
Total das Despesas Administrativas	100.871	97.805

(e) Tributos Sobre o Lucro

O regime de apuração adotado pela Procergs é o Lucro Real anual com recolhimento mensal por estimativa em conformidade com a legislação vigente. A partir do exercício de 2022, a Companhia passou a utilizar o benefício da Lei do Bem, com a finalidade de reduzir a base de cálculo dos tributos sobre o Lucro. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

Após o cálculo das adições e exclusões, demonstrado em livro próprio, apurou-se o Lucro Real de R\$60.134 mil. Foi descontado 30% do lucro real do exercício no valor de R\$18.040 mil, resultando uma base de cálculo no valor de R\$42.094 mil. O valor pago por estimativa no exercício de 2022 de R\$ 10.205 mil referente a IRPJ e R\$ 3.789 mil referente a CSLL está lançado na conta contábil própria de resultado e demonstrado na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Dos valores recolhidos por estimativa restou um saldo a recuperar que foi transferido para o ativo circulante no grupo "Impostos a Recuperar e Compensar" no valor de R\$ 1.077 mil e R\$ 395 mil, respectivamente ao IRPJ e CSLL. Ainda resta R\$ 74.769 mil de prejuízos acumulados que poderão ser utilizados na redução da base fiscal do IRPJ e CSLL, limitado a 30% por exercício.

Alíquotas Efetivas	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	78.576	78.576	30.853	30.853
Alíquotas Vigentes	15%	9%	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	11.786	7.072	4.628	2.777
(+) Adições				
Lucro das Faturas recebidas no ano	330.235	330.235	261.040	261.040
Acrescimos à Provisão p/contingência trabalhista	23.189	23.189	21.626	21.626
Outras Adições	203	203	119	119
(-) Exclusões				
Lucro das Faturas não recebidas no ano	(340.089)	(340.089)	(280.236)	(280.236)
Baixas e Reversão da Provisão p/contingência trabalhista	(31.852)	(31.852)	(23.474)	(23.474)
Lei do Bem	(128)	(128)	-	-
(=) Lucro Real	60.134	60.134	9.928	9.928
(-) Compensação Prejuízo Fiscal 30%	(18.040)	(18.040)	(2.978)	(2.978)
Base de Cálculo	42.094	42.094	6.950	6.950
IRPJ e CSLL a Pagar	6.314	3.789	1.043	625
Adicional de IRPJ de 10%	4.185	-	671	-
Programa de Alimentação do Trabalhador (1)	(252)	-	(65)	-
Prorrogação licença maternidade	(42)	-	-	-
Valor Despesa de IRPJ e CSLL	10.205	3.789	1.648	625
Alíquota Efetiva	12,99%	4,82%	5,34%	2,03%

9. Outras informações

(a) Coberturas de Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e também sobre ativos de terceiros que estão em seu poder.

Objeto	Modalidade	Valor Segurado (R\$)
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios (ctt 5783-00)	Incêndio	227.371
Veículos (ctt 5688-00)	Colisão, incêndio e roubo	350
Seguro de Vida em Grupo (Apólices Asprocergs)	Morte e invalidez	25.286

(b) Bens de Terceiros

São bens recebidos de terceiros, que estão em poder da Companhia para uso em suas atividades, mas que deverão ser devolvidos aos seus respectivos proprietários, conforme contratos. Os bens incorporados nesta conta foram enviados, principalmente, pela Secretaria da Fazenda do Estado do RS, para compor o Data Center da Companhia. Para efeito de controle, utilizou-se o custo original de aquisição para contabilização no Ativo e Passivo Não Circulante, não sofrendo depreciação.

(c) Procius

A Companhia contribui mensalmente com o percentual de 3,5% sobre a folha de pagamento para o Procius - Instituto de Assistência da Procergs. O Procius tem por principal objetivo, firmar convênios com Associações de previdência privada para suplementar a previdência oficial em favor dos seus associados, através das contribuições individuais.

10. Reapresentação das Demonstrações Financeiras do Exercício Anterior

A Companhia está reapresentando os saldos das demonstrações contábeis de 2021, para fins de comparação, em razão da reclassificação de "Ajustes de Exercícios Anteriores" (NE 7.c) através de coluna específica "31/12/2021 Reapresentado", juntamente com as demonstrações de 2022, de acordo com a NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O ajuste se deu em função da correção da data de apropriação da despesa do PPR-Programa de Participação de Resultados, alocando a despesa dentro do próprio ano, observando o princípio da competência. Com a alteração, os valores ajustados são os seguintes:

(a) Balanço Patrimonial

No Balanço Patrimonial, as rubricas que variaram, com o ajuste de exercício anterior realizado, foram as abaixo:

Exercício	2021	Ajuste	Saldo em 31/12/2021 Reapresentado
Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.683	10.458	21.141
Total Passivo Circulante	107.581	10.458	118.039
Prejuízo Acumulado	(128.894)	(10.458)	(139.352)
Total do Patrimônio Líquido	(13.567)	(10.458)	(24.025)

(b) Demonstração do Resultado do Exercício

Os reflexos no resultado do exercício, são os abaixo:

Exercício	2021	Ajuste	31/12/2021 Reapresentado
Custos dos Serviços Prestados	(215.278)	(8.725)	(224.003)
Despesas com Vendas	(7.580)	(247)	(7.827)
Despesas Gerais e Administrativas	(96.319)	(1.486)	(97.805)
Resultado Líquido do Exercício	28.603	(10.458)	18.145

(c) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, ocorreram os ajustes abaixo nos valores de 2021, mas não houve alteração na "Variação Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa".

Exercício	2021	31/12/2021 Reapresentado
Lucro Líquido do Exercício	28.603	18.145
Resultado Líquido Ajustado	34.578	24.120
Aumento Programa de Participação do Resultado - PPR a Pagar	-	10.458

(d) Demonstração das Mutações do patrimônio líquido

Exercício	Lucros/Prejuízos Acumulados		Total do Patrimônio Líquido	
	31/12/2021	31/12/2021 Reapresentado	31/12/2021	31/12/2021 Reapresentado
Prejuízo 2021 antes da reapresentação	(128.894)	(128.894)	(13.567)	(13.567)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(10.458)	-	(10.458)
Prejuízo 2021 após reconhecimento dos Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(139.352)	-	(24.025)

11. Continuidade Operacional

A Companhia desde 2020, vem recuperando seus prejuízos acumulados, com sucessivos resultados positivos. Com isso, foi possível reverter o Patrimônio Líquido Negativo. Também, somando-se aos resultados, houve um aporte de capital no ano de 2022, visando a sustentabilidade operacional da Companhia através do Programa de Investimentos, que foi instituído para organizar e coordenar os projetos responsáveis pela execução dos investimentos decorrentes do aumento de capital realizado pelo Estado do Rio Grande do Sul. As demonstrações financeiras foram preparadas com a premissa de continuidade normal das operações, que pressupõem a realização e recuperação dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos na apresentação de seus ativos e passivos, no caso de insucesso das medidas adotadas.

12. Eventos Subsequentes

A NBC TG 24 determina que os ajustes conhecidos em período subsequente, demandam ajustes em demonstrações contábeis, quando a situação em pauta estiver presente na data de levantamento das demonstrações, mas antes da aprovação e emissão dessas demonstrações. Eventos incorridos em datas subsequentes e conhecidos antes da emissão das demonstrações, se relevantes, devem ser divulgados em notas explicativas.

Em 08/02/2023 houve decisão do Supremo Tribunal Federal - STF, determinando às empresas o pagamento retroativo da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido-CSLL, devida e suspensa por ordem judicial anterior. Esta decisão em nada afeta a Procergs, pois este tributo nunca foi discutido com o fisco, administrativa ou judicialmente. Até o encerramento das Demonstrações não foram identificados outros eventos que pudessem influenciar ou alterar as demonstrações do exercício de 2022.

Diretoria		Contador	
JOSÉ ANTONIO COSTA LEAL DIRETOR-PRESIDENTE CPF 849.483.377-49	JAIRO RENATO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA DIRETOR DE SISTEMAS TRANSACIONAIS CPF: 221.432.030-04	KAREN MARIA GROSS LOPES DIRETORA DE SOLUÇÕES DIGITAIS DIRETORA DE INFRAESTRUTURA E OPERAÇÕES CPF 533.611.990-34	JOSUÉ DE SOUZA BARBOSA DIRETOR DE NEGÓCIOS E DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES CPF 290.548.260-53
RICARDO NEVES PEREIRA Presidente	DANIEL HIRAM FERREIRA RAMOS SANTORO Conselheiro	AUGUSTO PANNEBECKER FERNANDES Conselheiro	JOSÉ ANTONIO COSTA LEAL Conselheiro
RODRIGO SCHNITZER DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO CPF 464.124.090-68	ANDRÉA GONÇALVES ALVES CONTADORA CRC-RS 076.011 CPF 658.564.810-20	JORGE FERNANDO KRUG SANTOS Conselheiro	VICTOR HERZER DA SILVA Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e aos Acionistas da PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. Porto Alegre – RS

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Reapresentação das Demonstrações Financeiras do Exercício Anterior
Chamamos a atenção para as notas explicativas nºs. 7, "c" e 10, que divulgam a reapresentação das demonstrações contábeis de 2021, referente a reclassificação de apropriação de despesa do PPR- Programa de Participação de Resultados relativa a 2021, pago em 2022. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista

para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Availamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Availamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Russell Bedford AUDITORES INDEPENDENTES S/S 2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP	Barueri, 16 de março de 2023. Roger Maciel de Oliveira Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP Sócio Responsável Técnico	Jorge Luiz Menezes Cereja Contador CRC RS 43679/O Sócio Responsável Técnico
--	---	---

PARECER DO CONSELHO FISCAL

"Cumprindo determinações previstas nos itens II e VII, do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e art. 42 do Estatuto Social; tendo acompanhado a situação econômica, financeira e fiscal da Companhia, através da análise, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração Dos Resultados Abrangentes, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e com base no Relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes da Empresa RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S, entendemos que as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S/A em 31 de dezembro de 2022. O Conselho Fiscal entende que os documentos estão aptos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária."

Eugenio Carlos dos Santos
Ribeiro Conselheiro Fiscal

Porto Alegre, 16 de março de 2023.
Izabel Christina Cotta Matte
Conselheira Fiscal

Alsones Balestrin
Conselheiro Fiscal